

AS VIAS MÚLTIPLAS DO POLÍTICO

itinerários para uma
História Política



Alisson Cruz Soledade
Natália Abreu Damasceno (Orgs.)

Alisson Cruz Soledade
Natália Abreu Damasceno
Organizadores

*As vias múltiplas do político: itinerários para uma
História Política*

1ª edição

Florianópolis/SC

UFSC

2020

Conselho Editorial:
Alisson Cruz Soledade e
Natália Abreu Damasceno.

Capa e Projeto gráfico:
Clarissa Campos de Almeida.

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

V622 As vias múltiplas do político [recurso eletrônico] : itinerários para uma história política / Alisson Cruz Soledade, Natália Abreu Damasceno, organizadores. – Florianópolis : UFSC, 2020. 160 p.

E-book (PDF)

ISBN 978-65-87206-28-8

1. Política. I. Soledade, Alisson Cruz, org. II. Damasceno, Natália Abreu, org. III. Título.

CDU: 32

SUMÁRIO

Apresentação.....	05
01 Notas sobre a História Política10 em tempos de crise	10
02 Relações de gênero e política:.....23 experiências de maternidade de mulheres militantes durante a ditadura militar brasileira	23
03 Por uma História 2.0: navegando.....39 no arquivo digital da Wikileaks	39
04 A mídia na mediação do debate61 político entre eleitores e candida- tos: uma leitura das campanhas de Collor (1989) e Bolsonaro (2018)	61
05 A política externa para além78 das chancelarias	78
06 Para além das respostas sim-97 ples: reflexões sobre o Direito, a política e o que há entre eles	97
07 A sexopolítica em Uganda114 (1950-2014): uma história política	114
08 Novas políticas culturais para.....133 o carnaval de Salvador e o de- clínio das escolas de samba	133
Autoras e autores.....	155

APRESENTAÇÃO

Um 2019 de ataques sucessivos ao conhecimento acadêmico deu lugar a um 2020 em que a desvalorização da racionalidade científica gerou o agravamento dos efeitos de uma pandemia de dimensões globais. Para além das agudas crises econômicas, sanitárias e de saúde no Brasil e em grande parte do mundo, temos vivido tempos de acirramento de tensões, pouco diálogo e de um preocupante esvaziamento do debate político. Ainda que desolador, esse é o cenário que move a proposta desse livro: divulgar uma produção coletiva e crítica a respeito de temas afeitos à “política” ou ao que pode ser considerado “político”.

A coletânea de textos a seguir é fruto de parcerias, de um trabalho coletivo ancorado em experiências de pesquisa e inquietações pessoais. Os capítulos, cada qual à sua maneira, dialogam com as demandas de mapear possibilidades de debate sobre problemáticas candentes da contemporaneidade e de abrir janelas de discussão sobre temáticas nas quais a História Política toca em aspectos do nosso cotidiano. As páginas a seguir constituem um esforço inicial em tratar de temas complexos, a exemplo da natureza do que é político e das relações de poder que o compõem, de maneira relativamente simples e concreta.

Estamos instigados, assim, pela ideia de aproximar o político daquilo que nos toca, descomplicá-lo, desmistificá-lo para, enfim, compreendê-lo como variável que integra o nosso entorno de forma ampla. Política se discute sim, e a discussão deve ir muito além da clausura dos partidos, de corridas eleitorais e das instâncias oficiais que sustentam o nosso regime republicano, por exemplo. Neste livro, buscamos costurar as dimensões macro e micro do poder político num exercício de reconhecer que o que é político atravessa as relações de gênero, a sexualidade, a religião, o uso das tecnologias, os meios de comunicação, o direito, as manifestações culturais e a própria prática historiográfica.

A partir de abordagens introdutórias, desejosas de encontrar leitores

tanto entre pesquisadores, professores, estudantes de graduação, quanto entre demais interessados externos ao mundo acadêmico, os textos reunidos neste volume apontam para uma noção expandida do que é político. Mediante o desafio de problematizar noções naturalizadoras que o consideram esfera de alcance limitado em relação à vida em sociedade, pensamos o político como uma modalidade da prática social que atravessa de muitas formas a nossa existência. Nesse sentido, o político é pensado neste livro de forma plural, fragmentada, múltipla e, por isso, próxima, palpável e urgente. Num contexto em que o que é político se tornou sinônimo de algo sujo, ruim e abominável, é imperativo reintroduzi-lo no debate público com uma boa dose de lucidez e pensamento crítico.

Cada autora e autor que contribuiu com este volume teve total liberdade na construção de sua análise e de seus argumentos. Compete a cada um deles os êxitos e a responsabilidade pelo que foi escrito. Nós, os organizadores, tivemos o papel de direcionar algumas discussões para que os capítulos pudessem estar alinhavados à proposta comum de oferecer indicações para itinerários possíveis de análises, subsídios para problematizar pautas latentes na conjuntura política atual ou, simplesmente, de fornecer um pontapé inicial para uma discussão atenta aos caminhos que percorrem o político e o poder. Por isso, esse é um livro diverso, que acolhe perspectivas e interpretações múltiplas sobre o político.

Abrindo o debate, temos o texto de Natália Abreu Damasceno intitulado *Notas sobre a História Política em tempos de crise*. Nesse breve capítulo, a autora nos convida a pensar sobre o papel dos historiadores no debate público e sobre a importância de renovar e instrumentalizar a História Política para que esta possa dialogar com as demandas sociais de um presente em crise. Para ela, num contexto de polarização ideológica e acirramento da disputa de narrativas sobre o passado e sobre o presente, a História se torna um importante agente político.

Em seguida, a historiadora Athaysi Colaço Gomes sinaliza a importância de deslocar interpretações tradicionais da História Política do Brasil no capítulo *Relações de gênero e política: experiências de maternidade de mulheres militantes durante a ditadura militar brasileira*. Defendendo a ampliação nos estudos sobre os movimentos de resistência ao regime militar instaurado em 1964, Gomes ressalta a pluralidade das estratégias de enfrentamento da repressão e das formas de resistência dos sujeitos entrelaçando política, relações gênero e relações de poder.

O terceiro capítulo, chamado *Por uma História 2.0: navegando no arquivo digital da Wikileaks*, de autoria de Gabriel L. Kanaan, versa sobre como os computadores e a internet nos ajudam a produzir histórias sobre o passado ou interferem na produção historiográfica. A partir da sua experiência de pesquisa com documentos da *Wikileaks*, o autor discute o exercício de poder em aportes digitais, as implicações da democratização do conhecimento e da ampliação do acesso à informação. Articulando História Digital e História Política, Kanaan propõe uma reflexão sobre os novos sentidos retóricos, políticos e históricos proporcionados pela “navegação” no espaço virtual.

O texto da jornalista e historiadora Luciana Paula Bonetti Silva, intitulado *A mídia na mediação do debate político entre eleitores e candidatos: uma leitura das campanhas de Collor (1989) e Bolsonaro (2018)*, lança um olhar histórico comparativo entre as campanhas eleitorais dos presidentes Fernando Collor e Jair Bolsonaro. Entendendo as eleições como um momento privilegiado dos regimes democráticos para se pensar as relações entre comunicação e política, Silva pontua as principais rupturas nas dinâmicas inauguradas por Collor, há mais de trinta anos atrás, trazidas pela campanha eleitoral do atual presidente brasileiro. Segundo ela, o uso extensivo de redes sociais, em detrimento da TV, possibilitou a construção da imagem pública de Bolsonaro como um *outsider* da política nacional e oportunizou novas formas de participação e interação política.

No capítulo seguinte, *A política externa para além das chancelarias*, de José Victor Lara, nossos leitores são convidados a repensar percepções tradicionais sobre política externa, que a distanciam de pautas domésticas e cotidianas. Situando a política externa como uma política pública, pensada e construída socialmente, Lara entende a diplomacia como uma ferramenta capaz de viabilizar políticas econômicas e projetos políticos de forte impacto social. Nesse sentido, encadeando política interna e política externa, o historiador nos mostra como que as nossas relações com outros países, a exemplo dos Estados Unidos ou da China, podem influenciar significativamente aspectos da nossa vida cotidiana, como as variações no preço do pão, da carne ou do combustível.

O texto subsequente é de coautoria de Andressa Regina Bissolotti dos

Santos e Alice Dandara de Assis Correia. Intitulado *Para além das respostas simples: reflexões sobre o Direito, a política e o que há entre eles*, este capítulo nos brinda com elaborações sobre política sob a perspectiva do Direito. A partir de uma percepção dinâmica dos conceitos de “política” e de “Direito”, as autoras tencionam lugares-comuns e questões importantes como: seria o Direito uma força externa à política? Ou ainda, seria a política uma prática essencialmente desonesta ao passo que o Direito, ancorado na Verdade e na imparcialidade, seria sua regulação moralizadora?

Já o capítulo *A sexopolítica em Uganda (1950-2014): uma história política*, de autoria de Alisson Cruz Soledade, investiga aparatos legais e normatividades religiosas a serviço do controle dos corpos e da sexualidade. Ao analisar as disputas pela definição de políticas governamentais e de relações sociais, Soledade sustenta que as políticas sexuais em Uganda remontam ao passado colonial do país. Este, se atualiza em articulações contemporâneas de poder envolvendo setores evangélicos americanos e ugandenses. Assim, enredando a política institucional e a construção de subjetividades, o texto desloca, a partir do conceito de sexopolítica, o político da sua relação exclusiva com a esfera institucional.

Por fim, no capítulo de Rafael Lima Silva Soares, chamado *Novas políticas culturais para o carnaval de Salvador e o declínio das escolas de samba*, o político é abordado sob a perspectiva dos embates em torno dos festejos carnavalescos na capital baiana. Guiado por um roteiro descritivo das escolas de samba de Salvador, o texto discute a dimensão das políticas culturais voltadas para o carnaval, as disputas por espaço carnavalesco na cidade, por condições financeiras e pela gestão dos festejos ao sabor dos interesses de grupos políticos, do poder público e da exploração da indústria do turismo.

À luz dessa visão panorâmica do livro, resta-nos manifestar o nosso desejo de que esse trabalho conjunto possa estimular leitores e interlocutores a construírem um debate verdadeiramente crítico e fundamentado, mas também instigante e palpável, pois, em tempos tão hostis, a produção de conhecimento científico não pode mais apartar-se do calor e das demandas da vida social.

Boa leitura!

Agosto de 2020,

Alisson Cruz Soledade

Natália Abreu Damasceno



NOTAS SOBRE A HISTÓRIA POLÍTICA EM TEMPOS DE CRISE

Natália Abreu Damasceno ¹

“Só há história contemporânea quando política, quer dizer, que coloque problemas de decisão. A ilusão de uma história sem política repousa num material morto e sem interesse.” (JULLIARD, 1988, p. 186)

Após décadas de glória na produção intelectual do século XIX e início do XX, a História Política² passou a receber duras críticas de historiadores franceses a partir dos anos de 1930. Em certa medida, podemos dizer que essa má fama também vigorou no meio acadêmico brasileiro desse período e se estendeu até pelo menos meados dos anos de 1960. Tachada de personalista, elitista, meramente factual e narrativa, a História Política foi por muito tempo vista como sinônimo da celebração de personagens ilustres, de grandes guerras e de feitos extraordinários.

A partir da franca rejeição a essa história política tradicional, foram lançadas as bases da chamada Nova História Política (NHP) em fins dos anos de 1960 e nos 1970. Ancorada nas reformulações no conceito de poder e na redefinição do lugar do político na historiografia contemporânea, essa escola de pensamento expandiu a busca por objetos de análise, abriu novas frentes de investigação e ressignificou o uso de fontes e o trato de fenômenos tradicionais no estudo do político (FALCON, 1997).

Esse texto não tem o objetivo de fazer um balanço das transformações nesse campo do conhecimento, uma vez que há uma farta produção que as contempla e as problematiza. Tampouco é nossa intenção formular novos conceitos a partir dos postulados da NHP ou fazer uma discussão essencialmente teórica.

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (CAPES/PPGH-UFSC). Membro do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (LabTempo/UEM).

² Quando utilizamos “História Política” ou “História” com iniciais maiúsculas, nos referimos à disciplina, ao campo formalizado de produção de conhecimento.

Nas linhas a seguir, faremos uma articulação entre questões caras a essa renovação do estudo do político e o estatuto da história política em tempos de crise e de enrijecimento do debate público. Afinal, como a História Política pode se aproximar das demandas sociais de uma época em que o debate público tem se tornado cada vez mais hostil e menos dialógico? Como pode a História Política ser uma aliada no combate ao “esvaziamento” das interpretações do passado?

Longe da pretensão de resolver questões tão complexas, esse texto consiste num exercício de articulação entre elaborações sobre política e poder e dilemas de uma esfera pública saturada de conteúdo e sedenta por respostas rápidas para questões políticas, econômicas, sociais e culturais. É preciso entender o porquê e para que renovar e instrumentalizar a História Política. Aqui vão algumas formulações interessadas em trilhar caminhos nesse sentido.

Em fins dos anos de 1980, o historiador François Dosse (1992) afirmou que ainda vivíamos, desde o pós-guerra, uma espécie de ressaca da crise da noção de progresso. Os horrores do conflito, a brutalidade das guerras afro-asiáticas por independência e o crescente uso das tecnologias e da burocracia estatal para a tutela de mentes e corpos abalaram significativamente o ideal humanista de que as sociedades caminhavam rumo a um futuro melhor. Hoje, nas décadas iniciais do século XXI, seguimos sem um devir único e sólido para a humanidade, pois as demandas e as identidades múltiplas ocupam cada vez mais espaço no debate público e apontam para uma existência “pluriversal”, questionando as grandes narrativas homogeneizadoras. Como disse Eric Hobsbawm (2013), os tempos estão cada vez mais fraturados. A ideia do progresso universal e linear tornou-se insustentável.

A presença e as ausências dos historiadores no debate público

Em tempos de incertezas, como os nossos, a História serve como um recurso tranquilizador de uma sociedade ferida, como um artifício terapêutico para preencher vazios (DOSSE, 1992). O conhecimento do passado tem sido cada vez mais cobiçado e disputado entre forças políticas em busca de legitimidade e do poder de construir seu próprio devir³. A “guerra de narrativas” está

³ Um levantamento realizado pelo site Publish News apurou que livros de História estão entre os mais vendidos no mercado editorial brasileiro em abril de 2020. Sobre isso, ver: LEAL, Bruno. Livros de História estão entre os mais vendidos de abril. Café História. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/livros-de-historia-entre-os-mais-vendidos/>. Acesso em 01/06/2020.

a toda. Entretanto, ao contrário do que se poderia esperar, essa avidez pela redenção ou justificação por meio da história não veio junto com a valorização de obras historiográficas, nem com a presença frequente de historiadores nos órgãos de mídia ou em produções que circulam abundantemente pela internet.

Vale ainda considerar que, independente da presença de historiadores no debate público, desde as décadas finais do século XX, vivemos num mundo com uma progressiva onipresença da informação. Se, em outros tempos, os meios de comunicação estimularam uma fome pelos acontecimentos, hoje parece haver um fastio diante da abundância de conteúdo. Para o historiador Pierre Nora (1995), o ofício historiográfico não saiu ileso desse fenômeno. Escoada pelos mais diversos meios, a espetacularização dos acontecimentos – dos mais graves aos mais banais – lançam sobre a vida privada uma experiência de presente imediatamente munida de sentido histórico. Isso quer dizer que os historiadores não mais têm as elaborações interpretativas sobre os acontecimentos como privilégio de sua função. Tradicionalmente, era o historiador quem fornecia aos fatos o seu lugar e a sua significância enquanto acontecimento: “nada penetrava na história sem seu consentimento. De agora em diante, o acontecimento oferece-se a ele do exterior, com toda a força de um dado, antes de sua elaboração, antes do trabalho do tempo” (NORA, 1995, p. 183). Num contexto de fabricação de interpretações históricas cada vez mais caótico e acelerado, o historiador se vê na necessidade de disputar pela legitimidade das suas elaborações.

Conforme diagnosticou Hobsbawm, “Essa era do intelectual como a principal face pública de oposição política recuou para o passado” (2013, p. 142), pois “Numa sociedade de incessante entretenimento de massa, os ativistas agora acham os intelectuais menos úteis como fonte inspiradora de causas” (2013, p. 143). É a hora e a vez das celebridades do *Youtube*, dos “tudólogos” das redes sociais e dos comunicadores que estão dispostos a nos contar tudo aquilo que “que os professores de História nunca nos contaram”. No Brasil, isso se manifesta pela notável multiplicação na produção e no consumo de livros, vídeos, filmes, séries e documentários com propostas revisionistas, relativizações irresponsáveis e com narrativas de baixo rigor crítico⁴.

⁴ Para citarmos apenas dois exemplos desse fenômeno, lembramos do best-seller editorial *Guia Politicamente Incorreto* da História do Brasil, publicado em 2009 pelo jornalista Leandro Narloch e da produtora de vídeos gaúcha Brasil Paralelo, que, criada em 2016, veicula documentários revisionistas sobre a História do Brasil sob o viés cristão e de direita. A página no *Youtube* da produtora possui 1,24 milhões de inscritos.

E onde estão os historiadores nesses tempos em que a informação é ostentada como um bem de consumo? A retração de professores e intelectuais no debate público foi alvo das elaborações de Russell Jacoby (1990). Para ele, a clausura do meio acadêmico fez com que os intelectuais, antes mais integrados aos espaços públicos e livres dos grilhões da academia, ficassem presos ao conhecimento especializado e a seus próprios jargões. Isso levou a uma perda da capacidade de se comunicar com um público mais amplo. Em meio à progressiva mercantilização do conhecimento, os historiadores têm poucas alternativas de inserção profissional fora dos campi universitários, onde acabam por estabelecerem-se e adequarem-se às regras de produtividade e de produção para os seus pares.

No entanto, não há vácuo no debate público e, por isso, à medida que os historiadores perdem a capacidade de intervir na esfera pública, outros agentes ocupam o seu lugar. Assim, como pontua Jurandir Malerba (2014), consolidam-se narrativas de interpretações limitadas, que não fazem referência a nada além delas mesmas, e estórias divulgadoras de preconceitos morais, uma vez que, no cenário brasileiro, os “historiadores públicos” geralmente possuem pouco ou nenhum treinamento profissional no tratamento dos princípios ou fundamentos da História como ciência. Bastam-lhes articulações mercadológicas e perícia narrativa.

Esse descompasso entre o discurso historiográfico produzido profissionalmente e as demandas de uma sociedade ávida pelo debate de temas políticos, traz consequências significativas, pois, segundo Edward Said (2004), a produção de conhecimento histórico e de memórias coletivas são fundações essenciais de poder. Tal qual nos alertou Walter Benjamin (1987), são as lutas histórico-políticas que definem o que será lembrado e o que será esquecido. Daí a necessidade de resgatar o papel público das produções intelectuais.

É preciso certas aptidões técnicas para operar a complexidade dos processos históricos. Além disso, é fundamental para qualquer produção historiográfica séria – dentro ou fora da academia - a atenção ao compromisso com a transparência dos procedimentos científicos, a referência às fontes consultadas, o trabalho com contrapontos e a exposição do contexto de sua própria construção. Isso não quer dizer que os historiadores precisam ter o monopólio do manejo do passado ou que a produção de conhecimento deve restringir-se a uma elite intelectualizada. Tampouco se trata de serem os historiadores os únicos

capazes de abordar um tema com “objetividade” ou de produzir “verdade”. Aliás, a verdade é um horizonte que deve orientar a prática historiográfica e não necessariamente um produto pronto e acabado, fruto da operação de historiadores (CERTEAU, 1982).

Nesse sentido, a legitimidade do papel público do intelectual está atrelada ao reconhecimento da importância de proteger o passado, de impedir seu desaparecimento e de desconstruir discursos pacificadores que ocultam opressões, tão comuns nas narrativas rasas que publicizam explicações “fáceis” para fenômenos históricos (SAID, 2004). Afeito ao dissenso, o discurso intelectual deve combater, por exemplo, as tentativas de justificar o injustificável por meio da naturalização de construções sociais. Devemos desconfiar de assertivas que sinalizam para um “sempre foi assim” ou para o suposto caráter natural e irrefutável de algum fenômeno. Em tempos de anseios imediatistas, é desafiador, ainda que não seja impossível, conectar a volatilidade dos acontecimentos à complexidade dos processos históricos sem perder a leveza e a fluidez da linguagem cotidiana.

Vejamos um exemplo prático da necessidade de problematizar narrativas simplistas a partir das formulações de Jessé de Souza, sociólogo e pesquisador brasileiro engajado na intervenção intelectual no debate público. Souza (2018) entende que “para se conhecer uma sociedade, é necessário reconstruir os meandros do processo que permite a reprodução do poder social real.” (p. 13). Isso significa reconhecer que qualquer estrutura estabelecida de poder não é como é por conta de processos irrefreáveis, anônimos ou por conta dos efeitos de uma relação de causa-consequência. Há mecanismos materiais e discursivos que sustentam um dado projeto de poder, as identidades nacionais e o perfil das instituições políticas.

Pensando o Brasil, Jessé de Souza (2018) afirma que um dos mecanismos que garantem a perpetuação das antigas estruturas coloniais de poder do país são as narrativas dominantes na mídia e na academia sobre a história brasileira. O mito da corrupção endêmica é um ótimo exemplo disso. Presente em minisséries sobre o Brasil colonial ou mesmo em esquetes corriqueiros de comédia, a corrupção é frequentemente retratada como um traço irrefutável de identidade nacional herdado dos portugueses que aqui chegaram. Sob o calor dos trópicos, os colonizadores teriam sido tomados por paixões incontroláveis,

tornando inviável a busca pela virtude e pela disciplina.

Se olharmos para boa parte da História do Brasil que circula no grande mercado editorial e nos meios de comunicação hegemônicos, encontramos narrativas que sugerem certa inferioridade moral ou intelectual brasileira. Há uma rainha louca, um imperador lascivo, múltiplos relatos de negociatas conciliadoras, entre outros estereótipos recorrentes. De maneira semelhante, táticas e estratégias de resistência de grupos marginalizados são frequentemente vistas sob o signo da malandragem ou da preguiça, assim como as tensões raciais são atenuadas ou vistas sob a ótica maniqueísta. Não raro, os períodos de rupturas democráticas na história da República também são abordados como fenômenos externos às dinâmicas de poder da política nacional, ora explicados por uma “causa justa”, ora personificados na tirania de indivíduos específicos.

Amostras exemplares disso podem ser encontradas em filmes, novelas ou séries que se passam no período do Regime Militar (1964-1985) e que explicam esse trágico episódio da história política do Brasil a partir da vilanização de figuras políticas específicas. Por meio dessa perspectiva, as narrativas esquivam-se de um debate mais consciente da adesão ou da convivência de amplos setores da sociedade brasileira para além dos próprios militares ou de conservadores mais diretamente ligados aos benefícios políticos desse regime. Assim, a “cara civil” da ditadura militar segue, em grande medida, oculta no debate público e o fato de termos vivido 21 anos sob governos autoritários e antidemocráticos – isso sem contar com os diversos golpes de Estado que fazem parte da história da nossa “democracia” – parece ser inexplicável.

Ao passo que estereótipos, anedotas e explicações rasas vão sendo reforçados nas elaborações sobre o passado brasileiro, paradigmas críticos e centrais para compreender as relações de poder no Brasil vão sendo negligenciados. Isso nos deixa sem mapas legítimos para compreender a construção colonial da relação com a alteridade, por exemplo. Que tipo de relações de trabalho, de família, que tipo de hierarquização de indivíduos mediante a classe, a raça e o gênero o nosso passado colonial estabeleceu? Ou ainda, que marcas deixaram na constituição das nossas instituições as tiranias privadas das nossas elites oligárquicas, as dinâmicas sociais relativas a séculos de trabalho escravo e o uso dos mecanismos de violência e coação pelos diversos setores sociais? Sem dúvida, essas perguntas, e não anedotas sobre o ‘jeitinho brasileiro’, nos oferecem

melhores subsídios para uma compreensão crítica dos caminhos da política no Brasil.

Não muito distante desse tipo de narrativa, estão as tradicionais análises de brasilianistas ou acadêmicos brasileiros que, por décadas, interpretaram a história do Brasil em busca das causas do “atraso econômico” ou de explicações para o fato de o país “não ter dado certo” politicamente (GOMES, 1998). A partir do pós-guerra, a ampla difusão das teorias de modernização estadunidenses influenciou significativamente a produção intelectual brasileira. Na perspectiva desses teóricos, a evolução política dos países periféricos era compreendida a partir do passado dos Estados Unidos, considerado modelo universal para o desenvolvimento. Assim, a experiência anglo-saxã em geral, e a dos EUA em particular, serviriam de guia para colocar países periféricos como o Brasil, no “caminho certo” para a modernização e para o desenvolvimento (ASKAMIT, 2011). Segundo Jessé de Souza, essa vertente teórica, que ignora o personalismo fundador dos privilégios na Europa e nos EUA, bem como a brutalidade dos processos de acúmulo de capital, ajudou a difundir o que ele chama de “vira-latismo” nacional. Isto é, comparado à história política e econômica dos países ricos, à revelia das diferenças sociais, culturais e da especificidade dos processos e constituição do Estado, o Brasil seria uma realização incompleta de um modelo de desenvolvimento. Daí a noção de “atraso” e o reforço da conclusão etnocêntrica de que o povo brasileiro é inerentemente indisciplinado, desorganizado e preguiçoso.

Essa breve digressão nos leva ao debate sobre as já mencionadas reformulações no estatuto da história política ao longo do século XX. Conforme explicitou o historiador Jacques Julliard (1988), ainda que o personalismo e o caráter anedótico da história política tradicional tenham gerado críticas entre a comunidade acadêmica, na esfera pública ainda há uma aceitação dessa história limitada às causas mais aparentes ligadas aos agentes mais imediatos. Embora décadas nos separem da escrita do capítulo de Julliard publicado na coletânea *História: novas abordagens* em 1974, ele ainda parece bastante atual em seu apelo: chega de uma História Política que tem respostas para tudo porque fazia perguntas limitadas ou porque tinha fôlego curto. É preciso percorrer mais quilômetros.

A história como um agente político

À luz do atual contexto de multiplicação de análises anedóticas e que perpetuam preconceitos seja na televisão ou em plataformas virtuais de ampla circulação, vale a pena recuperar algumas noções da Nova História Política para pensarmos a função da História no debate público no Brasil. Onde fica o historiador nesse mundo cada vez mais repleto de mediadores? Que tipo de História deve, então, fazer frente às narrativas simplistas que reproduzem estruturas tradicionais de poder da sociedade brasileira?

Para começar, é importante resgataremos o debate sobre a reestruturação do conceito de poder e os impactos que ele gerou sobre a delimitação do campo da política. Podemos dizer que a ampliação da noção de poder e o seu entendimento como categoria central para o estudo do político foi responsável pela renovação da História Política. Proposições de pensadores dos anos de 1960, como Michel Foucault, levaram a uma ruptura da equivalência entre Estado e poder. Isto é, o Estado passou a não ser visto como um centro único de onde e para onde irradiam as práticas de poder. Muito além das instituições, o poder é uma relação que perpassa as palavras, as tecnologias, os laços familiares, as afetividades, os corpos e todas as modalidades de interação social. Assim, o poder não se encontra apenas onde ele se anuncia (BARROS, 2015). Ele é dinâmico, fluído, descentrado e manifesta-se “na elaboração de diversificados ‘sistemas de representações’, na ‘simbologia política’, no ‘teatro do poder’, no uso de ‘imagens’ de diversos tipos por governantes e governados [...]”, enfim, nas diversas relações de força entre os indivíduos. (BARROS, 2015, p. 10).

Essa noção fragmentada de uma rede de relações nas quais o poder é exercido e disputado expandiu o campo do estudo do político, pois, para René Remond “a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, [e] a prática do poder” (2003, p. 444). Nesse sentido, o Estado seria um caso limite, mas de forma alguma o único lugar para qual olharemos ao analisar práticas de poder. Entretanto, nos adverte Remond que não é qualquer prática de poder que é política. Segundo ele, só são políticas as práticas que se dirigem ou têm pretensão de regular a sociedade. A política é a luta pelo “poder de decidir por todos, [pela] a capacidade de impor obediência às leis e [pelo] o direito de punir as infrações.” (p. 444). Dessa maneira, a educação, por exemplo, é uma esfera da vida social entrecortada por relações de poder, mas ela só se torna

política por meio dos embates a respeito das formas de conduzi-la, pelo seu estatuto, pela alocação de recursos a ela destinados etc. Assim, o político é a disputa pelo poder de decidir publicamente.

Levando essas ideias em consideração, nos intrigam algumas constatações a respeito das produções de interpretações mais corriqueiramente difundidas sobre a história política brasileira. Por que insistimos em buscar as causas dos nossos flagelos unicamente nas instituições essencialmente políticas, na personalidade de nossos líderes ou num olhar raso para a condução dos assuntos públicos? Se o poder é uma relação difusa que ocupa espaços diversos, por que seguimos pensando a política nacional como um ‘negócio privado’ das elites alheio à sociedade civil? Por que o exercício de poder por agentes políticos formalmente apartados do Estado – como os meios de comunicação, líderes religiosos ou mesmo certos movimentos intelectuais – é tão pouco compreendido como tema de História Política? Por que esses sujeitos frequentemente ocupam espaços secundários no rol de protagonistas dos fenômenos essencialmente políticos? Mais que atualizar a História Política e ampliar sua perspectiva, é necessário romper o fosso entre suas elaborações e o debate público.

Essa alienação em relação à esfera pública favorece a reprodução daquilo que Raoul Girardet (1987) chamou de mitos ou mitologias políticas na produção de narrativas sobre o passado. Para o autor, esses mitos são fabulações, cuja veracidade é objetivamente recusável, que parecem “ordenar o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos.” (GIRARDET, 1987, p. 13). Produzidos e reproduzidos coletivamente, eles estimulam energias de potência excepcional. Inscritos, via de regra, num clima psicológico e social de incerteza, temor ou de angústia, os elementos mitológicos dão explicação e coerência ao desconhecido, além de oferecer certa inteligibilidade ao destino.

As mitologias políticas são redutoras, aniquilam complexidades e mutilam a realidade. Sejam elas a conspiração maléfica capaz de submeter povos à dominação, imagens nostálgicas de uma Idade de Ouro que precisa retornar, a ideia de uma revolução redentora ou o apelo a um chefe político salvador, são todas elaboradas e difundidas a respeito de experiências da humanidade a fim de conferir sentido aos acontecimentos. Assim, enquanto o trabalho do historiador preza pela identificação de laços que um fenômeno estabelece com a experiência social, bem como com as condições temporais e espaciais de um

contexto, o mito político tem sintaxe própria, desconsidera lugar, circunstância e se constrói a partir de um passado indeterminado (GIRARDET, 1987).

A existência dessa “batalha” pela significação das práticas sociais e dos fenômenos políticos não é um privilégio de nosso tempo. Os elementos que compõem aquilo que é político não possuem um significado consensual e fundante. Essencialmente, o estabelecimento do que é político, do que é passível de ser discutido enquanto tal, passa por disputas por qual conjunto de referências partilhadas sobre o passado, o presente e o futuro deve ser considerado legítimo (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000). No entanto, desde o segundo decênio do século XXI, temos sido testemunhas da maneira pela qual a participação de um número cada vez maior de produtores de conteúdo nesse embate tem autorizado “versões” da história que validam a intolerância, a exclusão e o silenciamento de indivíduos e grupos.

Nesse sentido, entendemos que, num contexto de ascensão dos extremismos –tanto nas esferas oficiais de poder, quanto na sociedade civil –, a História Política precisa reconhecer-se como um agente político. Pegando emprestadas as expressões de Pierre Bourdieu (2007), é imperativo que historiadores integrem de maneira mais incisiva as lutas pelo poder de “fazer ver” e “fazer crer”, de “dar a conhecer” e de “fazer reconhecer” a fim de garantir a legitimidade de definições do mundo social que sejam mais democráticas e emancipatórias.

Mesmo entre os que dizem que “política não se discute”, elaborações sobre o político são construídas, reforçadas ou reelaboradas diariamente. E, conforme argumentamos nesse texto, a História Política não pode se furtar de ocupar os espaços onde essas interpretações estão sendo produzidas. A multiplicação de conteúdos relacionados a história sob o formato audiovisual ou em *podcasts* nos mostra que é louvável que a história vire entretenimento e que seja consumida por sujeitos cada vez mais diversos. Esses espaços de construção de memórias coletivas e consciência histórica é o que, em última instância, dá à História um sentido de existir. Contudo, não se deve permitir que pelo bem da difusão ou da “facilitação” de certos conteúdos, o senso crítico seja varrido do debate público por violências simbólicas antiéticas. Pois, mais que construções alternativas ou puro julgamento, temos visto como versões escusas e mal-intencionadas da história tem se tornado ideias-força capazes de sensibilizar indivíduos e de mobilizá-los rumo a legitimação de regimes de austeridade, práticas de intolerância ou de exclusão social.

REFERÊNCIAS:

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ASKAMIT, Daniel. Modernization Theory in all but the name: Chester Bowles and the Point Four Program. Manhattan: Kansas, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/12081209/MODERNIZATION_THEORY_IN_ALL_BUT_THE_NAME_CHESTER_BOWLES_AND_THE_POINT_FOUR_PROGRAM. Acesso em 02/04/2019.

BARROS, José D'Assunção. História Política - Dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. *Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína*, [S.l.], v. 1, abr. 2015. ISSN 2238-7188. Disponível em: < <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1278>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre a literatura e a história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Ed. Zouk/Edusp, 2006, p. 371-433.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Trad. Maira de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales a nova história**. 3. ed. São Paulo: Ensaios, Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13ª ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. geral da coleção); SCHWARCZ, Lilian Mortiz (org. do volume). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSBAWM, Eric. **Tempos fraturados:** cultura e sociedade no século XX. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JACOBY, Russel. **Os últimos intelectuais:** a cultura americana na era da academia. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória cultural;Edusp, 1990.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **História:** novas abordagens. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LEAL, Bruno. Livros de História estão entre os mais vendidos de abril. Café História. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/livros-de-historia-entre-os-mais-vendidos/>. Acesso em 01/06/2020.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre a Public History. *História da Historiografia*, v. 15, 2014, p. 27-50

REMOND, René. Do político. REMOND, René (org). **Por uma História Política.** Trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SAID, Edward. O papel público de escritores e intelectuais. In: MORAES, Dênis de (org). **Combates e utopias:** os intelectuais num mundo em crise. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso:** da escravidão à Lava-Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.



RELAÇÕES DE GÊNERO E POLÍTICA: EXPERIÊNCIAS DE MATERNIDADE DE MULHERES MILITANTES DURANTE A DITADURA MILITAR

Athaysi Colaço Gomes ⁵

A história política nacional é marcada por poucos períodos democráticos, pois a política brasileira possui uma forte herança colonial e autoritária. Dentre os períodos antidemocráticos, os mais de vinte anos nos quais o país viveu a ditadura militar são objeto de intensos debates e trabalhos acadêmicos de historiadores e pesquisadores das ciências humanas, em geral, os quais se voltam a estudar, sobretudo, os movimentos de resistência à ditadura e as implicações políticas da dinâmica entre repressão e resistência política.

A historiografia sobre os movimentos de resistência à ditadura militar brasileira se consagrou pela narrativa de homens militantes em luta contra homens militares feita por homens historiadores. Desse modo, a noção do sujeito militante excluía uma série de atores e suas estratégias de enfrentamento ao autoritarismo estatal. A tarefa de tornar menos míope a narrativa historiográfica vem sendo feita com estudos que versam sobre as resistências de negros, mulheres e LGBTTTTQIA+⁶ à ditadura militar em várias frentes de batalha, como na arte, na guerrilha e nas ruas (BRIGGMANN, 2016; CARDOSO, 2017; FONTELES, 2019; GOMES, 2019; MENEZES, 2008; PEDRO, WOLFF, 2011; SILVA, 2018; ROCHA, 2017).

A noção de quem constitui o sujeito histórico durante muitos séculos

⁵ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC), pesquisadora do Laboratório de estudos em gênero e história (LEGH-UFSC), Bolsista CNPQ-GD.

⁶ A sigla LGBT foi, durante as últimas duas décadas, utilizada para se referir às sexualidades dissidentes da heterossexualidade compulsória. Contudo, diante de debates realizados dentro dos movimentos pela diversidade e da complexidade em se contemplar toda a variedade de sexualidades e identidades de gênero, atualmente tem sido utilizada a sigla LGBTTTTQIA+ por incluir o movimento QUEER, Interssexual e Assexual. O sinal de adição (+) indicaria que esse debate não está esgotado e que outras sexualidades são possíveis.

esteve respaldada na ideia do homem como ser universal, totalizante e hegemônico, excluindo da narrativa historiográfica uma vasta leva de atores sócio-históricos e suas experiências, o que tornou míope inúmeras perspectivas sobre os acontecimentos. Em *Fundamentos Contingentes*, Judith Butler (1998) nos alerta para o precipício analítico que reveste a ideia de sujeito como estável e naturalizada cientificamente. Embora a autora esteja se referindo aos movimentos feministas em sua árdua tarefa de delimitar quem seriam os sujeitos dos feminismos, utilizo aqui sua análise para pensar a noção de sujeitos históricos, mais especificamente sobre as narrativas historiográficas a respeito da resistência à ditadura militar brasileira.

A autora nos interroga quais seriam as implicações políticas no questionamento dessa pretensa estabilidade do sujeito e quais as posições políticas presentes nessa afirmação de estabilidade. Para Butler:

Afirmar que a política exige um sujeito estável é afirmar que não pode haver oposição política a essa afirmação. [...] Exigir o sujeito significa tomar de volta o domínio do político e essa espécie de execução judicial, instalada analiticamente como uma característica essencial do político, impõe as fronteiras do domínio do político de tal forma que essa imposição fica protegida do exame político. O ato que estabelece unilateralmente o domínio do político funciona então como um estratagema autoritário pelo qual se silencia sumariamente a contestação política do estatuto do sujeito. Recusar-se a pressupor, isto é, a exigir a noção do sujeito desde o início, não é o mesmo que negar ou dispensar essa noção totalmente; ao contrário, é perguntar por seu processo de construção e pelo significado político e pelas conseqüências de tomar o sujeito como um requisito ou pressuposição da teoria (1998, p. 14-15).

Curiosamente, a ideia de objetividade científica e de imparcialidade das análises é geralmente atrelada à fixidez do sujeito homem enquanto hegemônico em suas experiências, logo as epistemologias feministas e as tentativas de descentrar o logos do *cistema*⁷ (VERGUEIRO, 2015) têm sua credibilidade

⁷ Quando nos referimos às identidades de gênero, estamos abordando o modo como as pessoas compreendem suas expressões de gênero dentro de estereótipos socialmente construídos. A noção de “ser homem”; e “ser mulher”; é um exemplo disso. Existem várias expressões dessa identidade, as mais conhecidas e utilizadas para fins didáticos são: pessoas cisgêneras, cujo sexo biológico está alinhado com a identidade de gênero culturalmente atribuída a ele. Uma pessoa com uma vagina e que se entende como mulher é, por exemplo, uma mulher cis. Pessoas transgêneras são sujeitos cujo sexo biológico não necessariamente está relacionado a identidade de gênero atribuída a ele culturalmente. Uma pessoa com pênis e se entende como mulher, é uma mulher trans, por exemplo. Existem também as pessoas não binárias, cujas expressões de identidades de gênero não se enquadram nas normas binárias de ser homem ou ser mulher,

científica atacada ou seja, a constituição de saberes está permeada pelas relações de poder e, conseqüentemente, pelas relações de gênero.

No contexto da ditadura, a defesa do pressuposto da manutenção da doutrina de segurança nacional, visando eliminar os chamados “inimigos internos”, deu margem para a aplicação da tortura e da repressão indiscriminadamente a fim de assegurar o controle dos movimentos sociais, organizados ou não, que lutavam pelo fim da ditadura, da censura e das torturas a presos políticos. Tal controle manifestou-se de modo macro político com a suspensão dos direitos civis, com o fechamento do congresso, com o fim das eleições diretas e com a promulgação dos Atos Institucionais que visavam escamotear a ilegalidade do regime ditatorial e enfeitá-lo com ares legalistas (GOMES, 2019).

Quando se pensa em controle político, tende-se a associar às decisões tomadas por representantes e líderes políticos, às leis e aos Atos promulgados durante a vigência de um governo, no entanto tais decisões afetam diretamente o cotidiano dos sujeitos que, com suas práticas, também constituem importantes elementos da política de um país. Partindo dessa noção de política mais abrangente que integra os elementos macro e micro, sem hierarquia, a ditadura militar brasileira precisou de mecanismos de vigilância dos indivíduos e de repressão aos comportamentos considerados inadequados para a manutenção do regime autoritário.

A partir de depoimentos de mulheres militantes que vivenciaram a maternidade durante a ditadura militar, intento demonstrar que é possível compreender a ditadura através das narrativas de outros sujeitos, além de apontar as implicações políticas do autoritarismo no cotidiano e nas histórias de vida desses sujeitos. As narrativas de história política tradicionais enfocam nas macroestruturas repressivas, nas instituições, nos órgãos militares, nas articulações repressivas internacionais etc., porém aqui pretendo analisar, não excluindo essas esferas, as micro esferas da prática política repressiva, destacando as torturas, a vigilância e as tentativas de controle efetuadas pelos militares.

Órgãos como Serviço Nacional de Informação (SNI), destacamento de operações de informação - centro de operações de defesa interna (DOI-CODI) e

pois compreendem que as expressões de gênero são múltiplas e mais complexas do que se enquadram em estereótipos de gênero. É importante ressaltar que todas essas expressões são legítimas e devem ser respeitadas. No entanto, existem identidades de gênero socialmente aceitas e outras marginalizadas. As cisgeneridades são lidas como “normais”; enquanto outros modelos são vistos como “aberrações”. Por isso, Vergueiro optou por utilizar o termo sistema como uma denúncia das relações de poder e das opressões que permeiam sexualidades não cisgêneras.

a presença de oficiais do governo infiltrados em jornais e em universidades atuavam na repressão comportamental na tentativa de coibir os sujeitos que se impeliam às diversas formas de manifestações contra a ditadura. Nesse quesito, é preciso analisar a relação entre gênero e política, já que a repressão atingiu as mulheres de um modo diferenciado, pois o exercício de sair às ruas na luta contra a ditadura e de se integrar em organizações clandestinas de esquerda consistia em uma dupla transgressão para as mulheres: a luta contra a ditadura e pelo direito aos espaços públicos/políticos.

É preciso também interrogar quais mulheres são representadas nessa narrativa dos acontecimentos históricos e, de que modo, essas presenças contribuem para a construção de sujeitos históricos diversos. Buscar analisar as relações de gênero existentes nestes espaços, quais as dinâmicas sociais envolvidas e de que modo estas foram afetadas por aquelas, é salutar para o desenvolvimento de pesquisas referentes às experiências de mulheres na história.

Portanto, a partir da identificação de que o que fazemos, enquanto pesquisadoras, é um saber localizado por uma prática política feminista (HARAWAY, 1995), reflito, através da metodologia da história oral, sobre as relações de gênero e política a partir das experiências de maternidade e de militância de mulheres em tempos de intensa repressão política e de autoritarismo cujo legado marcou a história política brasileira.

Mulheres militantes

Nos anos 1960, a sociedade brasileira experimentou importantes mudanças para as mulheres, principalmente para as brancas integrantes da classe média, com o aumento da escolaridade e do acesso ao mercado de trabalho formal, ainda que tal experiência fosse recortada por questões referentes à raça e à classe, permitiu que um número maior de mulheres tivessem acesso, sob condições desiguais, a espaços públicos e políticos anteriormente dominados por homens, categoria também recortada por questões de raça e de classe.

Além dessas alterações, o surgimento da pílula anticoncepcional, o uso da minissaia e o início de um debate sobre liberdade sexual das mulheres (um dos pilares do movimento feminista) possibilitaram um processo paulatino de mudanças comportamentais, incluindo a participação de mulheres nos movimentos clandestinos de esquerda como estudantes ou trabalhadoras. Nestes

movimentos, a presença de mulheres era expressiva, ainda que o número de homens fosse, de modo geral, maior devido à construção histórica de garantia do seu acesso aos espaços públicos e de poder (TELES, 1993).

Contudo, a presença de mulheres em grupos políticos de resistência à ditadura militar não ocorreu de modo espontâneo ou sem conflitos. Ainda que os movimentos de esquerda nacional se colocassem como produtores de uma nova sociedade, as organizações reproduziam as divisões sexuais do trabalho, pois dificilmente o comando e as funções de liderança eram delegados às mulheres. Por vezes, estas assumiam funções em espaços tradicional e culturalmente construídos para ocuparem, como a manutenção da limpeza dos ambientes utilizados pelo grupo e a coleta de informações relativas ao funcionamento das operações públicas como assaltos a bancos, também chamados de expropriações.

A respeito disso, é importante ressaltar que a construção do sujeito militante reforça atributos que são construídos socialmente como sendo inatos aos homens, a exemplo da força física, da audácia, da coragem e da destreza. Uma importante obra do período demonstra bem essa questão: *Mini manual do guerrilheiro urbano* de Carlos Marighela, líder da Ação Libertadora Nacional (ALN)

O guerrilheiro urbano é um homem que luta contra uma ditadura militar com armas, utilizando métodos não convencionais. [...] O guerrilheiro é caracterizado por sua valentia e sua natureza decisiva. Tem que ser bom taticamente e ser um líder hábil. O guerrilheiro urbano tem que capturar ou desviar armas do inimigo para poder lutar. Outras qualidades importantes do guerrilheiro urbano são as seguintes: que possa caminhar bastante; que seja resistente à fadiga, fome, chuva e calor; conhecer como se esconder e vigiar, conquistar a arte de ter paciência ilimitada; manter-se calmo e tranquilo nas piores condições e circunstâncias; nunca deixar pistas ou traços (2003).

As mulheres militantes, portanto, precisavam performar tais atributos se quisessem participar da luta, pois esta noção do ser militante está relacionada à noção de masculinidade cujas características são exaltadas e difundidas na sociabilidade dos homens desde a infância. Sobre isso, Joana Maria Pedro e Cristina Wolff ressaltam que:

Ser macho, neste caso, tinha conotação de ter resistido à dor e à tortura, transportar armas e ter “sangue frio”. Ser capaz de colocar as questões da guerrilha acima das emoções pessoais. Estas eram imagens de uma masculinidade infalível, certamente difícil de servir como espelho para as mulheres que se aventuraram nos caminhos da guerrilha. Elas ajudavam a explicar a acusação frequente, reforçada pela identificação com as ideias feministas, de que estas mulheres precisaram esconder seus traços femininos. [...] Enfim, elas deveriam mostrar sua coragem, sua firmeza, sua lealdade, sua virilidade, nas ações de vida e de morte, nos porões da polícia secreta, sentadas na “cadeira do dragão” ou penduradas num “pau de arara” (2011, p. 404).

A militância de mulheres nas organizações clandestinas de resistência à ditadura militar brasileira foi entrecortada por esses dilemas, além da dupla repressão dos agentes ditatoriais denunciadas por mulheres em diversos trabalhos acadêmicos que se pautam em suas narrativas e memórias, alguns supracitados. As torturas sofridas pelas sobreviventes são relatadas como mecanismos de desumanização das militantes e como violências pela condição de mulher, pois possuíam um cunho sexual (COLLING, 1993; TELES 2015; GIANORDOLI-NASCIMENTO, et al., 2012; GOMES, 2019).

Maria Amélia Teles, ex-militante e pesquisadora feminista, reforça que a repressão política era particularmente perversa com as mulheres militantes:

O tempo todo, a repressão política procurou coisificar e explorar a “condição de mulheres” para desmoralizar a militância de esquerda e reforçar as ideias mais retrógradas. No enfrentamento, no entanto, os repressores não deixaram de “reconhecer” a tenacidade e a capacidade de luta das mulheres para se empenhar na militância de esquerda e as torturaram igualmente como os demais e, sem ignorar suas diferenças, usaram delas para praticar as mais diversas e cruéis atrocidades (2015, p. 1002).

Se exercer a militância era uma tarefa duplamente árdua para as mulheres, esta situação ficava mais difícil quando as militantes engravidavam, pois maternidade e militância requeriam das mulheres dedicação extrema. O tópico a seguir irá analisar sob que condições, agenciamentos e negociações as mulheres

militantes articularam maternidade e resistência política à ditadura.

Para compreender as relações de gênero existentes entre as mulheres mães militantes, os agentes repressivos e as organizações clandestinas às quais elas estavam ligadas, utilizo as indicações de Judith Butler (2016) sobre o gênero como uma categoria de análise pré-discursiva e performativa. Para Butler, o sujeito não preexiste para performar as identidades de gênero, mas a performatividade⁸ de gênero, então, constrói o sujeito generificado. Portanto, para Butler, sexo e gênero são categorias anteriores à formação do sujeito e reforçadas discursivamente. Assim, a maternidade não é um dado biológico encarnado no corpo de mulheres. A maternidade pode ser entendida como um efeito da performatividade de gênero.

Maternidade e relações de poder

A maternidade é aqui entendida como uma noção construída socialmente a partir de um dado biológico, a possibilidade das mulheres cisgêneras engravidarem. Tal noção é histórica, visto que em diferentes épocas a ideia do que significa ser mãe é operacionalizada de diferentes formas. De fato, esse conceito foi utilizado na tentativa de reduzir a mulher ao seu suposto “destino biológico”, ou seja, a possibilidade da maternidade consistia em tudo o que uma mulher poderia ter de realização pessoal, afastando, assim, as mulheres de espaços tradicionais de exercício do poder político, por exemplo (GOMES, 2019).

Ao ingressarem nas organizações militantes, as pessoas precisavam seguir protocolos de segurança e de conduta a fim de não colocarem em risco a vida dos outros companheiros. Era bastante comum o uso de pseudônimos e a discrição quanto à vida privada, afinal, quanto menos se soubesse, menos seria conhecido pelos militares em caso de torturas e prisões. Desse modo, as relações amorosas não eram encorajadas pelas organizações clandestinas brasileiras, muito menos a gravidez e a existência de filhos, pois, devido ao contexto de extrema repressão, tais elementos poderiam ser usados pelos torturadores para obter informações, o que colocaria em risco outros integrantes das organizações. Nesse caso, a maternidade era, então, vista como um elemento dificultoso

⁸ É preciso salientar que existe uma diferença entre performance e performatividade para Butler. Segundo Sara Salin: É importante frisar que Butler não está sugerindo que a identidade de gênero é uma performance, pois pressuporia a existência de um sujeito ou um ator que está fazendo tal performance. Butler rejeita essa noção ao afirmar que a performance preexiste ao performer, e esse argumento contra intuitivo, aparentemente impossível, levou muitas leitoras e leitores a confundir performatividade com performance (SALIN, 2015, p. 22).

da militância das mulheres, pois requeria a mesma doação pessoal em relação à militância. Assim, existia uma mensagem das organizações clandestinas de incompatibilidade para as mulheres mães militantes (CORREA, 2018).

Vera Rocha Dauster⁹ teve seu primeiro filho durante o exílio na França, onde teve contato com os movimentos feministas e de exilados políticos brasileiros. A depoente rememora que, mesmo no exílio, havia uma pressão da organização para que ela não levasse a gestação adiante:

Pra organização era impensável eu continuar na minha militância grávida. Havia quase que um impedimento da maternidade. Naquele momento, com 25 anos eu queria ter um filho e eu discutia isso com a organização e a organização dizia que eu não podia porque eu estava na lista dos que iam voltar para o Brasil e quando eu fosse voltar o que eu ia fazer com esse filho? (Vera Dauster, Salvador-BA, 31 de outubro de 2017).

Socialmente, a maternidade é construída a partir da sujeição da mãe a uma prática abnegada de doação aos/as filhos/as. Durante a ditadura, as torturas que visavam uma confissão das militantes mães foram feitas a partir de ações, pelos agentes da repressão, objetivando desestruturar física e emocionalmente as militantes ao questionar seu afeto pelas filhas/pelos filhos e sua função de protetora das crias. Através de um jogo de culpabilização da vítima pelos possíveis danos causados aos filhos pelos militares, intentando obter, assim, confissões sobre as ações de resistência das organizações às quais as mulheres integravam.

A aplicação das torturas e das violências físicas em geral pelos militares nos corpos das mulheres militantes expressa a imbricação entre gênero e poder político, ao passo em que as ações nos corpos dos sujeitos infligiam dor como um processo de punição pela transgressão à ordem social; a aplicação da censura, da vigilância constante e dos Atos Institucionais foram medidas que visavam atingir toda a população brasileira através do controle da vida política, pública e privada. Assim, disciplina e controle foram faces do poder político que convergiram para a estruturação do autoritarismo estatal.

⁹ Ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), foi uma das presas políticas libertas após o sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher em 1970.

A maternidade também passou por esse controle, pois nela se encerram elementos relativos ao controle populacional, às políticas de natalidade, às concepções de sociedade, de família e de cidadania a serem seguidas a partir dos valores defendidos pela ditadura que foram marcados pelo conservadorismo e pela repressão das liberdades individuais. Os depoimentos de diversas mulheres militantes de organizações clandestinas de esquerda ressaltam as especificidades das torturas em relação aos abusos sexuais. Estupros, abortos provocados em mulheres grávidas, tortura dos filhos e/ou dos companheiros em frente às militantes são relatados por essas sobreviventes e explicitam a relação entre política, relações de gênero e controle dos corpos (COLLING, 1993; TELES, 2015; GIANORDOLI-NASCIMENTO, et al., 2012; GOMES, 2019; PEDRO, WOLFF, 2011).

Os agentes repressivos compactuavam com essa ideia em relação à maternidade e utilizavam ameaças de aborto ou de violência aos filhos já nascidos como tortura psicológica para conseguir informações das mulheres militantes. A maternidade era vista como um mecanismo de fragilidade emocional da mulher, que faria de tudo para proteger o filho, inclusive delatar os companheiros sob tortura. Sobre isso, a ex-militante da Ação Popular (AP) Helena Serra Azul¹⁰ relata:

Uma das vezes em que fui presa, eu estava grávida e uma das torturas que eles usaram foi ameaçar de aborto que é uma ameaça de gênero, de sexo, porque quem engravida é a mulher. A acusação do procurador militar é toda porque eu sou mulher. Ele diz que eu sou uma irresponsável, porque eu estava grávida e no lugar de estar em casa cuidando do meu filho, eu era uma mãe desnaturada. Ele não fez uma acusação do ponto de vista político, eu fui julgada porque eu estava grávida e estava lutando contra a ditadura. (Helena Serra Azul, Fortaleza-CE, 14 de maio de 2013).

Helena relata ter sido presa grávida e ter o filho na prisão. Além disso, a criança, em decorrência das torturas sofridas pela mãe durante a gestação, nasceu com problemas neurológicos graves, necessitando de cuidados intensivos até a atualidade.

¹⁰ Ex-militante da Juventude Estudantil Católica (JEC) enquanto estudante secundarista e militante da Ação Popular (AP) quando ingressou no curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará. Atualmente, é professora do curso de Medicina da referida Universidade e filiada ao PC do B.

Deste modo, a ação dos agentes da repressão nas sessões de tortura com as mães militantes possuía um caráter contraditório. Se a ditadura apresentava-se como defensora da família e a maternidade é um dos pilares essenciais desse conceito tradicional de família a ser protegido, por que havia uma ação de desprezo pela maternidade quando se tratavam de mulheres militantes? Por que as ameaças de aborto, de tortura aos filhos já nascidos são relatadas pelas militantes se as práticas do aborto e do infanticídio são criminalizadas pelo governo? Qual o sentido por trás da defesa da função reprodutiva da mulher, atribuindo inclusive uma função social a uma característica biológica? Quais corpos são mais suscetíveis ao controle pelo Estado? Quais indivíduos podem vivenciar a maternidade e quais não? Como a administração dos corpos era feita na ditadura e sua relação com as questões de gênero?

Para tentar discutir a estas questões, longe de serem encerradas aqui, é necessário atentar para o dispositivo da sexualidade como ferramenta de manifestação do controle sobre os corpos das mulheres militantes. Para Foucault, “o dispositivo da sexualidade deve ser pensando a partir das técnicas de poder que lhe são contemporâneas” (p. 142, 2000). Aqui, este se apresenta através da vigilância, da censura, das torturas e de sua relação com a maternidade. Além das decisões políticas macro gestoras, o poder aparece como gestor da vida, do cotidiano de populações e não mais de indivíduos, intentando reiterar a norma repressiva. No entanto, ao lidar com as manifestações de resistência dos sujeitos militantes, a ação volta-se para a gestão de comportamentos dos sujeitos, como que para os “corrigir” e os punir pela falha das normas do poder autoritário, aplicando a disciplina.

O direito à vida está, portanto, atrelado à defesa dos ideais da ditadura. Subverter essa lógica era passível de castigo que degradasse a condição humana e condicional da vida, como a tortura e a morte. Segundo Foucault: “as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (p. 132, 2000). Dois polos de sustentação da ditadura e da repressão aos movimentos de resistência.

As relações de gênero e poder ficam mais explícitas na gestão dos corpos de mulheres militantes durante as sessões de torturas, pois os agentes da repressão eram os responsáveis pelo controle e pela regulação, utilizando dos aparatos de segurança e de vigilância como poderes que produzem efeitos de

de norma. Pode-se pensar as torturas sexuais, desta maneira, tanto como um acesso aos corpos das mulheres quanto ao corpo social através das normas políticas reguladoras que buscavam reger politicamente dos aspectos mais íntimos aos mais coletivos.

As articulações entre gênero e política nos levam a compreender as inúmeras manifestações das relações de poder e das formas encontrados pelos sujeitos para resistir às opressões. Se existe uma lição que a história nos ensina é de que onde há poder opressor, há resistência. É importante que as/os historiadoras/es estejam atentas para contar, fazer lembrar, analisar e não deixar esquecer os processos múltiplos que constituem tais resistências

Considerações finais

O exercício analítico realizado neste texto foi o de questionar a produção do conhecimento sobre a ditadura militar no Brasil: Quais são os sujeitos retratados nas obras consideradas clássicas¹¹ sobre o tema? Quais as concepções de política e de resistência apresentadas nessas obras? Ao excluir ou sobrepujar-se às experiências das mulheres na luta contra a ditadura, torna-se nebuloso o entendimento sobre o processo de resistência e de militância.

Se a política se manifesta sob vieses multifacetados, também o fazem as narrativas histórias sobre os processos. As articulações entre os macros e os micros poderes não intentam hierarquizar a força normativa dos mesmos, mas, sobretudo, apontar que a política, o poder e a resistência são exercícios cotidianos tão complexos quanto o são os sujeitos históricos. Enxergar na opção da maternidade uma luta política capaz de enfrentar as opressões de gênero e as forças repressoras da ditadura, entender as narrativas de vida como políticas de memória e de sobrevivência de experiências são opções metodológicas advindas de uma compreensão da política como um exercício cotidiano. Escolher contar as narrativas de vida de mulheres na história é uma posição política e profissional de quem entende que a isenção histórica é masculina, branca, cis e colonial. Não se posicionar politicamente é uma política colonial de quem escolhe o lado do opressor.

11 Aqui me refiro a pesquisadores como Carlos Fico, José Aarão Reis e Marcos Napolitano que produzem importantes trabalhos sobre ditadura militar brasileira. Longe de construir uma narrativa de descarte, a menção a tais autores se justifica pelas macros análises da estruturação da ditadura e de seus mecanismos repressivos, bem como da ausência de narrativas sobre mulheres militantes.

Portanto, debruçar-se sobre temas ainda delicados da história nacional e da vida de alguns sujeitos requer adentrar em zonas, por vezes, sinuosas, mas, justamente, tão necessárias para a consolidação de uma história que insista em não deixar esquecer narrativas histórico-políticas de protagonistas não hegemônicos. Assim, deslocando os significados do que constitui os sujeitos da história tem-se uma ampliação do foco das experiências desses sujeitos, o que ajuda na formação de um conhecimento menos míope sobre os processos históricos.

REFERÊNCIAS:

AMÂNCIO, Lígia. O gênero no discurso das ciências sociais. **Análise Social**, 168, P. 687-714, 2003.

AZERÊDO, Sandra. Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. **Revista Estudos Feministas**, 18(1), P. 175-188, 2010.

BARBOSA, Patrícia Z., ROCHA-COUTINHO, Maria L. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **PSIC. CLIN.**, RIO DE JANEIRO, VOL.19, N.1, P.163 – 185, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. Fundamentos Contingentes: O feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, 11, P. 11-42, 1998. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/Pagu/1998%2811%29/Butler.pdf>

BRIGGMANN, L. D. Mulheres que foram à luta contra a ditadura no jornal *correio do povo* (1968 - 1975). In: III Jornadas do Legh: feminismo e democracia, 2018, Florianópolis. **Anais da III Jornadas do LEGH: feminismo e democracia**, 2018.

CARDOSO, L. C.; Cardoso, C. Costa. **DITADURAS: Memória, Violência e Silenciamento**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2017. v. 1. 670p.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997.

CORREA, Ana Paula A. **“Eles torturavam as crianças na frente das mulheres”**: Mulheres, trauma e maternidade na resistência à ditadura militar brasileira. 26/02/2018 130f. Mestrado em Letras. Instituição de ensino: Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

DAUSTER, Vera Maria Rocha. Entrevista: [outubro. 2017]. Entrevistadora: Athaysi Colaço Gomes. Salvador, 2017, 1 arquivo. Mp3

DUARTE, A. R. F. . Sob vigilância: os movimentos feministas brasileiros na visão dos órgãos de informação durante a Ditadura (1970-1980). **ANOS 90** (ONLINE) (PORTO ALEGRE), v. 26, p. 1-17, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976), (trad. de Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, Michel.

Microfísica do poder. 25. ed. São Paulo: Graal, 1993.

_____. **História da sexualidade I**: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeide Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Mulheres e militância**: Encontros e confrontos durante a ditadura militar. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

GOMES, Athaysi Colaço. **A atuação das mulheres no movimento estudantil secundarista fortalezense na luta contra a ditadura militar (1964-1968)**. 22/02/2019 134f. Mestrado em História. Instituição de ensino: Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2019.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1 jan. 2009.

JOFFILY, Olívia R. O corpo como campo de batalha in: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

MARIGHELLA, Carlos. **Mini manual do guerrilheiro urbano**, Disponível em <https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/08/carlos-marighellamanual-do-guerrilheiro-urbano.pdf>. Acesso em: 11/06/2019.

MENESES, Sônia. 1964, o ano de uma notícia indelével: A construção memorial do Golpe militar no Brasil entre a mídia, a memória e a história; SÃO PAULO - UNINOVE. **Cenários da Comunicação** (UNINOVE. Impresso), v. 7, p. 177-125, 2008.

MONTEIRO, Helena Serra Azul. Entrevista: [maio.2013]. Entrevistadora: Athaysi Colaço Gomes. Fortaleza, 2013. 1 arquivo. amr (82min).

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 398-405, Set./dez. 2011.

_____. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

ROCHA, Raquel Caminha. “**Apostávamos no amor:**” gênero e a produção memorialística sobre a militância de mulheres contra a ditadura civil-militar brasileira (1976-2014). 248f. Doutorado em História. Instituição de ensino: Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2017.

SALIN, Sara. **Judith Butler e a teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica 2013.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência. Uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara & SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: Coleção Bahianas, 2002, p. 89-120.

SILVA, S. P. Gênero e feminismos: resistências à ditadura militar no Ceará. **REVISTA DE HISTÓRIA BILROS**, v. 4, p. 191-203, 2016.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: dialogo com as ciências sociais. **Caderno Pagu**. São Paulo: 2001.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). **Falas de Gênero**, Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, p. 21-55.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

_____. Prefácio a Gender and politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 3, p. 11-27, 1994.

SERRA AZUL, Helena: Entrevista I. [maio.2013]. Entrevistadora: Athaysi Colaço Gomes. Fortaleza, 2013. 1 arquivo .amr (62min).

TELES, A. A. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, Dez. 2015.

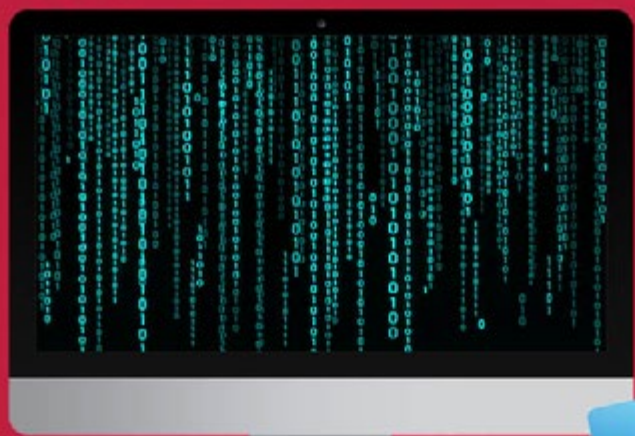
_____, **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 184 p. 1993.

VÁZQUEZ, Georgiane. Maternidade e Feminismo: notas sobre uma relação plural. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.3, n. 6, p. 167-181, 2014.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de mestrado do programa de Pós-Graduação em Cultura da UFBA. Salvador: UFBA, 2015.

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. **Rev. Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 23, n.3, p.975-989, 2015. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p975>

_____. Eu só queria embalar meu filho: Gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. **Aedos**, Porto Alegre, RS, v. 5, n. 13, p. 117-131, ago./dez. 2013.



POR UMA HISTÓRIA 2.0: NAVEGANDO NO ARQUIVO DIGITAL DA WIKILEAKS ¹²

Gabriel Lecznieski Kanaan ¹³

Em 2010, a ex-analista de inteligência do exército estadunidense Chelsea Manning vazou 251.287 telegramas trocados por todas Embaixadas norte-americanas ao redor do globo de 2003 a 2010. Ela enviou os documentos secretos para a *WikiLeaks*, que organizou essa massa documental na Biblioteca Pública da Diplomacia Estadunidense ([PLUSD – Public Library of United States Diplomacy](#)), arquivo histórico digital que nos mune, de forma inédita, com vestígios da ação recente dos Estados Unidos no Brasil (oficialmente, os telegramas liberados pelo *National Archives* vão até, no máximo, 1980). Além de democratizar esse arquivo histórico – a essência da proposta da História Digital – a *WikiLeaks* desenvolveu ferramentas de busca no acervo documental muito mais eficientes que as do *National Archives*. Neste texto, iremos compartilhar o arsenal metodológico que utilizamos na análise dessas fontes históricas digitais e, a partir do estudo de caso do arquivo da *WikiLeaks*, discutir como a História Digital pode contribuir na democratização do conhecimento histórico, bem como aprimorar nossas ferramentas de investigação histórica.

Quando a História Digital aparece, quase sempre ela está junto com a História Pública e a História do Tempo Presente. Juntas porque a digital abre

12 A internet passou a ser chamada de “2.0” quando o surgimento dos blogs, redes sociais e plataformas como a Wikipedia e o Youtube possibilitaram que todas pessoas que nela navegam produzam e compartilhem conteúdo. Com isso, a História – não só ao explorar esse universo de fontes históricas, mas ao ser construída por esse universo de agentes históricos – atinge um novo estágio, que metaforicamente chamamos aqui de 2.0.

13 Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense com bolsa da CAPES e licenciado, bacharel e mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina com bolsa do CNPq. Trabalha com o tema história das relações Estados Unidos – Brasil. Atualmente está analisando a atuação da Embaixada norte- americana no Brasil durante o governo Lula (2003-2010) e a participação dos Estados Unidos no golpe de 2016, a partir da pesquisa no arquivo digital da *WikiLeaks*.

muitas portas para a pública, principalmente para a História Pública do tempo presente, que investiga os acervos nascidos digitais. Com uma infinidade de histórias à mão de um clique, fica muito mais fácil para o público trabalhar com história. A internet possibilita não só que quem navega por ela acesse um mundo de informações e análises, como *participe* – e isso é o essencial – da construção dessas histórias.

Isso diz muito sobre a História Digital. Sua essência consiste em dois polos que se atraem (embora muitas vezes sejam vistos como opostos): de um lado, as gigantescas possibilidades históricas abertas para a democratização do conhecimento histórico, e de outro, a capacidade de aprimorarmos nossas investigações históricas utilizando ferramentas metodológicas digitais. A *WikiLeaks*, portanto, tem tudo a ver com a História Digital, já que sua missão fundamental é a democratização digital de arquivos históricos mantidos secretos por empresas e governos, e sua equipe de ciberativistas desenvolveu ferramentas de pesquisa profundamente detalhadas. Para explorar o potencial que a História Digital e a *WikiLeaks* oferecem ao fazer histórico, dividimos o texto em três partes: na primeira, discutimos como a História Digital está intrinsecamente ligada à História Pública. Na segunda, analisamos as especificidades teórico-metodológicas das investigações sobre o tempo presente, pensando como a História Digital contribui para enfrentar os desafios de escrever a história do próprio tempo. Por fim, investigamos as potencialidades do arquivo histórico digital da Biblioteca Pública da Diplomacia Estadunidense da *WikiLeaks*, trazendo alguns elementos da pesquisa que fizemos neste arquivo ([KANAAN, 2019](#)).

Digital e pública

Como disse a formadora de professoras/es da Universidade da Carolina do Norte Cheryl Bolick em 2006, a criação de arquivos digitais de fontes históricas democratizou a dinâmica da pesquisa histórica. Esses arquivos permitiram que muitas pessoas, que antes só tinham acesso às análises realizadas por professores/as universitários/as com recursos financeiros para viajar e passar meses em arquivos, passassem a poder fazer suas próprias análises a partir de fontes primárias. As/os professoras/es das escolas, por exemplo, passaram a poder projetar fontes primárias nas salas de aula, o que potencializou as possibilidades de processos de aprendizagem através da construção coletiva do conhecimento, e não da transmissão mecânica de informações que serão es-

quecidas pelos/as alunos/as no dia seguinte ([BOLICK, 2006](#)).

Esse é exatamente o objetivo central da *WikiLeaks*: utilizar as ferramentas do mundo digital para democratizar o acesso aos arquivos históricos para o máximo de pessoas possível. Nas palavras de Assange, “a *WikiLeaks* é uma biblioteca gigante que arquiva os documentos mais perseguidos do mundo” ([WIKILEAKS, 2015](#)). Por isso, a organização preza por publicar todo os acervos históricos que conseguem vazarem de forma integral, para que qualquer pesquisador/a do mundo possa realizar uma análise histórica das fontes primárias. Tendo isso em vista, percebemos como a proposta da *WikiLeaks* difere diametralmente da atuação de outras organizações que publicam dados vazados, como o *The Intercept*, que à primeira vista pareceria atuar da mesma forma. No caso do vazamento das mensagens trocadas por Sérgio Moro e os outros agentes da Lava Jato ([INTERCEPT, 2020](#)), por exemplo, o *Intercept* não democratizou as fontes primárias. O vazamento está sendo feito de forma parcial, sempre através de textos de análise que já trazem uma explicação das fontes.

Quando falamos em democratização da história no mundo digital, devemos lembrar que grupos enormes de pessoas continuam circulando informações e produzindo conhecimento fora da internet. Até ano passado, metade da população mundial (47%) não tinha acesso à internet ([ONU, 2019](#)). No Brasil, 70% das pessoas navegam na rede ([LAVADO, 2019](#)). Quer dizer, ainda há 4 bilhões de pessoas excluídas dos debates na arena digital mundial, e como demonstrou a pesquisa da ONU, há um recorte de gênero nessa exclusão: enquanto 52% dos homens estão conectados, apenas 42% das mulheres têm acesso à internet.

A exclusão do mundo digital também tem um recorte territorial: nas cidades brasileiras, a internet chega a 74% da população, mas no campo, apenas a 49%. Evidentemente, o acesso também é maior nos apartamentos dos bairros nobres do que nas periferias, embora a pesquisa do CETIC (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação) não tenha dado conta dessa diferença, reservando-se a apontar que apenas 48% das pessoas das “classes D e E” têm acesso, o que revela o recorte de classe dessa exclusão (=). É relevante como o principal meio para acessar a rede é o celular (56% das pessoas utilizam só o celular para navegar).

Faz parte das humanidades digitais que pessoas não-especialistas em determinada área possam investigá-las, como os “jornalistas de dados”

(*data journalism*), que passaram a usar métodos antes restritos a especialistas como análise de redes (*network analysis*) e análise espacial (*spatial analysis*) (MEEKS, 2014, 5:47–6:22). “É a ideia de investigação crítica (*critical inquiry*) que define as humanidades digitais. Investigação crítica trazida para dar suporte a coisas digitais” (=, 4:38–4:51). A Wikipédia é o maior exemplo de popularização da produção de conteúdos digitais (=, 6:44–7:07), o que Noiret define como *crowdsourcing* (2015, 33-37), ao mesmo tempo em que abre a possibilidade de especialistas produzirem conteúdo para a enciclopédia online, fornecendo ferramentas de proteção desses conteúdos. A iniciativa de integrantes do curso de História da UFSC que criaram um grupo de trabalho para produzir páginas sobre temas históricos na *Wikipedia* é simbólica desse movimento (MARCELINO, 2019).

Essa situação gera uma contradição: com a expansão dos horizontes para as pessoas fazerem história, aumentam também os labirintos desse mapa. Quantas vezes não nos perdemos no *feed* de notícias do *Facebook* em 10 manchetes de notícias diferentes e nos afogamos em um mar de informações desconexas? Já nos primórdios da era da *World Wide Web*, nos anos 1990, historiadoras/es mais céticas/os já alertavam para os riscos de uma rede global que, “como a pós-modernidade, não distingue entre o verdadeiro e o falso, o importante e o trivial, o duradouro e o efêmero” (HIMMELFARB, 1996).

Ao mesmo tempo, o mundo digital nos dá suporte para nadarmos nesse mar de informações, ao passo que as tecnologias digitais nos possibilitam forjar ferramentas para analisar serialmente massas documentais gigantescas. A criação de ferramentas para lidar com “crises de sobrecarga de informações” não é algo inédito da era digital: muitas das ferramentas básicas que usamos para busca – o índice, a enciclopédia, a bibliografia – foram criadas no século XVI, quando a sobrecarga de novas informações sobre as Américas e a Ásia (sobre a botânica e a fauna, por exemplo) afogava as/os pesquisadoras/es da época (GULDI & ARMITAGE, 2014, 88-116).

Além do aumento de informações, aumentou o controle sobre elas. Informações mineradas por corporações como o *Facebook* são vendidas para empresas de processamento de dados que utilizam as informações em campanhas políticas, como aconteceu no conhecido caso da eleição que Trump ganhou usando dados da *Cambridge Analytica* para direcionar propagandas específicas

para grupos de pessoas específicos no *Facebook* (G1, 2018). A potencialidade de difusão de informação da internet também foi usada na eleição de Bolsonaro quando as empresas que o apoiaram gastaram milhões de reais comprando disparos automáticos de mensagens em massa no *WhatsApp* para atingir milhões de eleitores de uma forma que as outras campanhas não conseguiriam atingir.

A História Digital propõe trazer métodos computacionais para dar suporte às questões tradicionais das humanidades (MEEKS, 2014, 7:08–7:22). Ao aprimorar a lente das ciências humanas com um olhar digital, passamos a enxergar novas relações. Transforma-se também a forma como apresentamos as informações, em um mundo que transita “da cultura alfabética para a cultura digital”. A chegada das novas tecnologias digitais no final do século XX foi acompanhada por um movimento de virtualização que distendeu as noções de tempo e espaço, como o efeito Google, que nos dá acesso imediato a informações tópicas (LUCCHESI, 2014, 47). Na “sociedade da informação”, as novas tecnologias não são usadas apenas na divulgação das informações, mas também na produção, troca e processamento. Mas ainda existem “potencialidades inexploradas no meio digital, que vão muito além de simplesmente comunicar, acessar e processar dados: novos sentidos são criados em cada relação tecnologicamente mediada – sentidos retóricos, políticos, históricos”. (=)

A Biblioteca Pública da Diplomacia Estadunidense da *WikiLeaks*, além de (ou melhor, ao) tornar documentos secretos acessíveis, cria relações democratizantes das pessoas que navegam no ciberespaço com o conhecimento. Os fóruns de discussão, então, ao colocar diversas pessoas em debate coletivo, também. “A internet, de fato, corroe a férrea distinção que um dia existiu entre a pesquisa acadêmica e as práticas públicas relativas ao passado, oferecendo a muitos o acesso à documentação histórica em rede” (NOIRET, 2015, 34). E hoje, o ciberespaço é o “principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade” (LÉVY, 2000, 92-3, citado por LUCCHESI, 2014, 51).

O mar de informações também levanta reflexões sobre o papel das/os historiadoras/es como mediadoras/es da memória (NOIRET, =, 36). O historiador especialista na relação entre história e memória Philippe Joutard diz que formas espontâneas de narração do passado em rede são apenas formas memoriais que nada tem a ver com a epistemologia da história (JOUTARD, 2013 citado por NOIRET, =, 40), não invocando a importância do papel das/os

historiadoras/es na mediação da construção do conhecimento histórico nas redes (NOIRET, =). Essa mediação é central para “reaproximar as memórias individuais, familiares, coletivas e comunitárias do passado local, regional e nacional em nossas sociedades globalizadas” (=, 41). Com o surgimento das máquinas digitais, a forma como nós vemos nossos arquivos e memórias pessoais se transformou (VAN DIJCK, 2007, xii): hoje em dia folheamos cada vez menos álbuns de fotografias cuidadosamente pensadas para não gastar os poucos filmes da máquina analógica, e cada vez mais acessamos nossos HD’s onde nos perdemos no mar de milhares de fotos, ou, no caso das/os mais organizadas/os, nadam no mar através de etiquetas digitais e metadados inseridos nos arquivos de imagem. Com as redes sociais, então, a compulsão de apresentar nossa autoimagem aos outros nos leva ainda mais a classificar, catalogar, selecionar e contextualizar os testemunhos do nosso passado.

Com esse “advento de formas de interação inovadoras entre a rede e as memórias individuais e coletivas”, criam-se “novas fontes digitais para a História Pública e novos contextos nos quais analisá-las” (NOIRET, =). A história biográfica, por exemplo, ganha uma gama enorme de fontes com o *Facebook* e demais redes sociais. Em nossa pesquisa, por exemplo, contrastamos as informações dos/as agentes históricos que apareciam nas fontes da Embaixada norte-americana com seus perfis em redes sociais como o *LinkedIn*, onde pudemos analisar a trajetória acadêmica e profissional que a pessoa escolheu apresentar.

O mesmo fizemos em outra pesquisa sobre a atuação do Conselho das Américas, quando investigamos as mais de 200 empresas que compõem a mais importante organização da política-externa norte-americana para as Américas: a partir da lista de empresas fornecida pelo site do Conselho, analisamos o histórico das empresas, seus setores de atuação, seus territórios de origem, seus tamanhos, etc. em suas páginas na internet e pudemos apresentar os resultados (KANAAN e HOEVELER, 2020) dessa pesquisa na *Web* de modo digital. Para dar apenas dois exemplos, constatamos que quase metade das empresas do Conselho são bancos ou firmas de advocacia, e que o “Conselho das Américas”, teoricamente uma reunião dos empresários de todo o continente, na verdade concentra 150 das 200 empresas nos Estados Unidos e agrupa mais empresas europeias que latino-americanas.

Noiret também destaca como a História Digital possibilita “superar as

barreiras espaço temporais para conectar públicos e interlocutores ‘semelhantes’, favorecendo assim o transnacional, o global e a comparação das diversas – ainda que similares – realidades locais” (≡, 43). Concordamos com isso, principalmente pensando no potencial que as redes têm de aproximar pessoas trabalhadoras do mundo a partir do compartilhamento de experiências semelhantes, como por exemplo, a rede global tecida para enfrentar os desastres sociais e ambientais causados pela multinacional Monsanto ([MILLIONS AGAINST MONSANTO](#)).

Talvez mais que aproximar realidades locais, a História Pública digital pode aproximar análises de diferentes cantos do globo sobre processos históricos (diretamente) globais: por exemplo, com ferramentas como o Google acadêmico (pesquisa por palavras-chave e país) e o Google tradutor, tive acessos a análises russas e chinesas sobre a atuação dos postos diplomáticos norte-americanos em seus países a partir dos telegramas do *Cablegate* vazados pela *WikiLeaks* ([POPOV, 2018](#)).

Assim, sendo a democratização dos arquivos históricos uma base da História Digital e da *WikiLeaks*, a luta contra a privatização do conhecimento na internet é central para nós. Precisamos lutar contra o controle das informações pelas grandes corporações de análise de dados e contra a transformação do conhecimento em mercadoria promovida pelas grandes editoras, defendendo iniciativas como a *WikiLeaks*, *Libgen* (biblioteca de livros gratuitos) e *Sci-Hub* (plataforma para desbloquear artigos pagos).

A disponibilização digital ao público de arquivos governamentais do Estado mais poderoso do globo coloca, portanto, em xeque o controle estatal sobre os arquivos. Esses arquivos digitais abrem novas possibilidades para a democratização da pesquisa histórica.

Digital e do presente

Na procura por uma sala de estudos com ar condicionado para escrever esse capítulo no verão carioca, fui ao Arquivo Nacional encontrar uma amiga que lá estava pesquisando e aproveitar as comodidades do local. Ela estava investigando fichas de um Departamento do Império no II Reinado, escritas naquela letra cursiva que só especialistas entendem. Milhares de pastas de relatórios e cartas do Departamento se encontravam nas prateleiras, e naqueles pesados arquivos de metal com gavetas gigantes, ela buscava as fichas do

catálogo que sumarizam o conteúdo de cada pasta. Eu, que raras vezes pesquisei em arquivos físicos, tive vontade de usar luvas e máscaras para abrir livros enormes, amarelados, quebradiços e com cheiro de antigo nos balcões do salão do Arquivo, um simbolismo do ofício histórico.

Essa passagem ilustra as diferenças entre a materialidade dos arquivos físicos, que carregam as marcas do tempo após selecionados e guardados ao passar dos anos, e a materialidade “virtual” dos arquivos digitais, que ainda causam certo estranhamento entre os/as historiadores/as ([ALMEIDA, 2011](#)). A historiadora francesa Arlette Farge, em *O sabor do arquivo*, descreve como os arquivos históricos proporcionam a “sensação preensível (que pode ser agarrado) dos vestígios do passado”, causando um “efeito de real”. O documento escrito, “material”, tem uma abordagem tátil e imediata ([FARGE, 2009, 13](#)).

No entanto, ela prossegue dizendo que tal efeito de real também é proporcionado pelo fato de que, ao contrário de textos dirigidos intencionalmente ao público, os arquivos históricos trazem o vestígio bruto de vidas que não pediram para ser contadas – como é o caso analisado pela historiadora, que investigou interrogatórios policiais onde sujeitos históricos foram coagidos pela repressão do Estado a deixar gravado seu testemunho. Tais documentações, diz Farge, “revelam o que jamais teria sido exposto”. O caráter de expor aquilo que não era dirigido ao público é, pois, a essência da nossa documentação de telegramas secretos vazados por *hackers*. Os telegramas são produzidos para consumo interno, muito diferentes dos discursos, por exemplo, que fazem os/as Secretários/as de Estado em Washington ou ao visitar outros países, ou que fazem os/as Embaixadores/as nas coletivas de imprensa.

Para pensarmos como os computadores podem nos ajudar a produzir histórias sobre o passado e como interferem na nossa produção da História do Tempo Presente, um divisor de águas que precisamos identificar é que a História Digital do tempo presente tem fontes produzidas no mundo digital, enquanto a História Digital pré-computadores trabalha com fontes manuscritas (“*born digital*” ou digitalizadas” ([LUCCHESI, 2014, 48](#))). Essas fontes manuscritas podem ser digitalizadas hoje: o Arquivo Nacional, por exemplo, tem boa parte da documentação digitalizada. Isso torna possível a utilização de ferramentas extremamente úteis, como a busca por palavras-chave, por exemplo. Mas o contexto de produção daqueles documentos foi um escritório do governo

monárquico, e o digital só veio fazer parte da história da conservação e seleção desses documentos nos últimos dias de uma longa vida nos arquivos físicos.

Outra questão metodológica colocada pela análise de fontes do tempo presente é a infinidade de fontes produzidas pela contemporaneidade. Como disse Márcia Motta, “se o mar de fontes produzidas na contemporaneidade pode nos levar ao afogamento, a riqueza do corpus documental é sem dúvida estimulante e desafiadora” (MOTTA, 2012, 32). Com o arquivo de notícias e as ferramentas de busca por data do Google, a investigação nos textos da imprensa torna-se mais frutífera ainda, pois com muito mais facilidade conseguimos comparar, por exemplo, um telegrama da Embaixada sobre uma reunião de negociações da ALCA no dia 1 de outubro de 2003 com as narrativas da mídia sobre o evento.

A dificuldade em separar o efêmero do essencial no imenso mar de fontes digitais do tempo presente é um dos principais desafios da História 2.0. No próximo tópico, vamos pensar como podemos navegar nesse mar a partir da PLUSD, o arquivo histórico digital organizado pela *WikiLeaks*.

PLUSD

Como argumenta a professora de História Colonial da América Latina Kathryn Burns (2010), compreender o contexto em que os documentos foram produzidos e circulados – o que a autora chamou de “historicizar os arquivos” – e entender, portanto, como são resultados da agência daqueles que os produziram e os mantiveram e selecionaram ao longo do tempo, é essencial para a escrita da história. No caso da *PlusD*, devemos historicizar tanto o processo de produção dos documentos pelo Departamento de Estado quanto a circulação dos telegramas vazados e a sua organização no arquivo digital da *WikiLeaks*.

Chelsea Manning, que vazou os telegramas para a *WikiLeaks*, nasceu Bradley em 1987, filha de um militar e analista de inteligência. Cresceu no Estado de Oklahoma oprimida pela homofobia na família e no colégio por seu “jeito afeminado” (LEIGH & HARDING, 2011). Se alistou no exército em novembro de 2007 por insistência do pai e, como disse posteriormente em carta ao seu supervisor em que anexou uma foto sua vestida “como mulher”, decidiu ingressar nas fileiras do exército esperando que “o ingresso em um ambiente tão masculino resolveria seu distúrbio de identidade de gênero” (REEVE, 2013).

Um soldado do mesmo pelotão no Missouri conta que “ele era gay e ele era um gay escondido. Você não entra no exército se você é gay. Se você é gay e no exército, mentiu para os militares para entrar”. Segundo o relato anônimo do soldado, Manning “era um nanico, então bata nele. Ele era um louco, bata nele. Ele era um viado, bata nele. O cara apanhou de todos os lados. Ele não podia agradar a ninguém” (SMITH, 2011). A opressão sofrida por ser gay não impediu o então Bradley de construir um relacionamento com Tyler Watkins, psicólogo que Manning conheceu em Nova York (para onde foi transferida em agosto de 2008) e que a apresentou à comunidade *hacker* da Universidade de Boston (LEIGH & HARDING, =, 27-8). Sua trajetória de vida é essencial para compreendermos como o maior vazamento de documentos secretos da história foi realizado pela rebelião de uma ex-militar contra a opressão patriarcal de uma das instituições mais sólidas da “democracia” norte-americana.

Em outubro de 2009, ela foi transferida para uma unidade de inteligência no Iraque, onde, no mês seguinte, foi promovida de *private first class* para *specialist* e recebeu acesso às redes *Secret Internet Protocol Router Network* (SIPRNet) e *Joint Worldwide Intelligence Communications System* (JWICS) (NICKS, 2012, 116-7). Revoltada com anos de opressão e chocada com os assassinatos perpetrados pelos falsos combatentes da democracia que testemunhou, Manning aproveitou sua nova posição para baixar 251.287 telegramas diplomáticos das Embaixadas e Consulados norte-americanos ao redor do globo, que enviou para Assange com a esperança de que o vazamento gerasse “discussões e debates pelo mundo todo”. Após a publicação dos documentos em 2010, o vazamento ficou conhecido como *Cablegate*.

A importância dos documentos vazados foi atestada pela reação do governo norte-americano. No mesmo dia do vazamento, a Casa Branca publicou uma nota acusando a *WikiLeaks* de “colocar em risco nossos diplomatas, profissionais de inteligência e pessoas em todo o mundo que procuram os Estados Unidos em busca de assistência na promoção da democracia e abertura do governo” (WHITE HOUSE, 2010). No dia seguinte, Hillary Clinton declarou que o vazamento não era “apenas um ataque aos interesses da política externa dos EUA”; era também “um ataque à comunidade internacional” (JACKSON, 2010). As reações do governo estadunidense, ao perceberem que estavam “sem roupa”, não pararam por aí: para dar apenas alguns exemplos, o deputado repu-

republicano Peter King proclamou que o vazamento “representa um perigo claro e presente para a segurança nacional dos Estados Unidos” ([McCULLAGH, 2010](#)), o líder dos republicanos no Senado Mitch McConnell chamou Assange de terrorista *high-tech* ([CBS, 2010](#)), o apresentador da *Fox News* Bob Beckel disse que “a única saída é atirar no filho da puta” ([HUFFPOST, 2010](#)) e a analista de segurança nacional Kathleen McFarland clamou pela execução de Manning ([McFARLAND, 2010](#)). “Quem não deve, não teme”; e quem teme, geralmente fala demais. Nada como essa autoincriminação do rei nu para provar a veracidade e a importância dos documentos, como analisou o trabalho de Pedro Silveira sobre metodologias de investigação histórica dos arquivos digitais do 11 de setembro ([2013, 30-1](#)).

A proveniência e veracidade das fontes virtuais – em especial se forem documentos vazados – é outro tópico metodológico da História Digital. Katharina Hering ([2014](#)), historiadora que trabalha com projetos digitais em bibliotecas, avalia que “a falta de informações sobre a proveniência de coleções ou itens é exacerbada em arquivos e coleções digitais”. Isso se exagera ainda mais no caso de documentos vazados por ciberativistas, ao passo que os órgãos governamentais podem simplesmente negar a veracidade dos documentos. E são esses órgãos governamentais do Estado que legitimam a veracidade dos arquivos históricos, que têm uma história intrinsecamente ligada à centralização estatal ([SILVEIRA, 2013](#)). Ao mesmo tempo, como argumentamos, a repercussão dos vazamentos e a reação governamental é uma forma de testemunho da sua veracidade. De toda forma, a falsificação de séries de milhares de documentos seria uma tarefa absolutamente impossível de ser realizada. Em última instância, a veracidade é determinada pelo contexto, ou seja, pela contraposição dos documentos vazados com outras fontes.

Dos 251.287 telegramas conseguidos por Manning, 2.866 foram enviados dos postos diplomáticos no Brasil, dos quais 452 são confidenciais e 55 secretos, sendo que 1947 saíram da Embaixada em Brasília, 786 do Consulado em São Paulo, 121 do Consulado no Rio de Janeiro e 13 do Consulado em Recife. Da Secretaria de Estado em Washington para o Brasil, são 196 telegramas, dos quais 25 são secretos e 58 confidenciais (link para o mapa: [KANAAN, 2018](#)).

Natália Viana, a jornalista brasileira convocada pela *WikiLeaks* em novembro de 2010 para vasculhar a documentação relacionada ao Brasil antes da publicação mundial do vazamento, comentou como “ler e processar milhares

de documentos era humanamente impossível” (VIANA, 2011). Se não tivesse contado com a ajuda das tecnologias computacionais das ferramentas de busca por palavras-chave, provavelmente teria se perdido no meio da floresta. Há consenso na história da historiografia digital que faltam ferramentas e métodos para explorar todo potencial de investigação das fontes digitais ([LUCCHESI, =, 49](#); [NOIRET, =, 33](#); [BRASIL & NASCIMENTO, 2020, 199](#)).

O lançamento da Biblioteca Pública de Diplomacia Estadunidense (PlusD – *Public Library of United States Diplomacy*) pela *WikiLeaks* em abril de 2013 auxilia nessa questão de como analisar massas documentais tão extensas, aumentando as possibilidades de pesquisa histórica nos arquivos diplomáticos. A PlusD é uma plataforma digital de pesquisa onde os telegramas do *Cablegate* podem ser buscados por palavras-chave, TAGS (Análise de Tráfego por Geografia e Assunto), origem, destino, classificação (desclassificados, confidenciais e secretos) e data. Além destas ferramentas de busca (que podem ser combinadas), o acervo digital da PlusD inclui tabelas interativas cruzando os assuntos (por TAGS) dos telegramas com suas origens ou destinos ([WIKILEAKS, 2013](#)), e dentro de cada telegrama, a ferramenta de link para os outros documentos citados por aquele telegrama.

As TAGS foram criadas em 1973, durante a Secretaria de Estado de Henry Kissinger (1973-1977), para a organização dos telegramas por classificação temática e geográfica, na mesma reforma que modernizou o sistema de comunicações do Departamento de Estado ao passar, pela primeira vez, a transmitir a maioria dos telegramas eletronicamente ([ASSANGE, 2015, 19](#)). Todos telegramas que abordam questões sobre política externa, por exemplo, estão etiquetados com a TAG PREL (Assuntos Políticos – Relações Políticas Externas). A pasta de “Assuntos Políticos” possui outras 11 subdivisões, como PGOV, que identifica telegramas que abordam Assuntos Governamentais Internos. Além das 11 divisões de assuntos políticos, há 5 TAGS sobre Assuntos Militares, como a MNUC – Aplicações Militares Nucleares, e 19 TAGS sobre Assuntos Econômicos, como a EPET – Petróleo e Gás Natural. Além dessas etiquetas de análise do tráfego de telegramas por assunto, há as TAGS geográficas, como “BR” (que etiqueta todos telegramas que envolvem questões relacionadas ao Brasil).

Dessa forma, as ferramentas de pesquisa da plataforma digital da PlusD, produzida pelos *experts* do mundo digital da *WikiLeaks*, são incomparavelmente

mais detalhadas que qualquer acervo online do NARA ([National Archives and Record Administration](#)). Nesse arquivo histórico digital, com um simples “Ctrl+F”, podemos descobrir em segundos quantas vezes – e exatamente em que parte do documento – a ALCA, o Projeto FX-2 ou o pré-sal aparecem nos telegramas, o que há uma década atrás pareceria inconcebível a quem passava meses escrutinando as infinitas fichas dos arquivos históricos atrás de um nome. Podemos saber também quantos telegramas tratam de assuntos políticos, assuntos militares ou assuntos econômicos, graças ao detalhamento das classificações utilizadas pelo Departamento de Estado em sua correspondência digital.

Essas novas ferramentas digitais abrem assim novas possibilidades para a história serial e quantitativa. René Rémond, na introdução de um dos livros fundantes da “Nova História Política” do final da década de 1980 ([RÉMOND, 2003](#)), observou que uma das principais críticas da historiografia dos *Annales* à história política tradicional era que essa não conhecia a análise serial ou estatística. Para os *Annales*, a história política estava presa a documentações (e problemáticas) singularizantes, e por isso, nunca tinha como base massas documentais tratadas serial ou estatisticamente. Ernest Labrousse, da segunda geração dos *Annales* (1946-1969), foi um dos responsáveis por essa nova perspectiva e pelo desenvolvimento do arsenal teórico-metodológico da história serial e quantitativa ([BARROS, 2012](#)). Outro historiador dos *Annales*, Le Roy Ladurie, já dizia, na década de 1960, que “o historiador do futuro será programador ou não será” ([LOPES, 2018, 140](#)).

Façamos alguns apontamentos sobre como os recursos da plataforma digital da *WikiLeaks* possibilitam um exercício de análise serial dos telegramas da Embaixada. Em primeiro lugar, podemos perceber que os 2.866 telegramas vazados enviados do Brasil são 1,1% dos 251.866 de telegramas vazados dos mais de 294 postos diplomáticos ao redor do globo. Desses 2.866, 452 são confidenciais (0,4% do total mundial de 101.748) e 55 secretos (0,3% de 15.652). Isso significa que a Embaixada do Brasil produz menos telegramas confidenciais e secretos que outros países? Talvez, mas pode também ser resultado de Manning ter mais acesso aos telegramas confidenciais e secretos de outros países (como por exemplo das Embaixadas no Oriente Médio, onde estava), omitindo muitos telegramas classificados enviados do Brasil.

Além disso, devemos ter em mente que nem todos os telegramas foram

vazados: além dos *top secrets*, outros telegramas, de todas classificações, não foram baixados por Manning. Mas podemos fazer uma estimativa da quantidade real de telegramas enviados de, por exemplo, Brasília, pois todo telegrama tem, em seu *Canonical Identification*, um número sequencial ao final. Assim, vendo o número final do *Canonical ID* dos telegramas enviados em dezembro de um determinado ano, podemos imaginar que aquele foi o número total de mensagens enviadas. O último dos telegramas vazados enviado pela Embaixada em Brasília em 2003, por exemplo, tem o Canonical ID 03[ano]BRASILIA[local]3982[no]. Como ele foi enviado dia 23 de dezembro e faltava apenas uma semana para o fim do ano, podemos supor que cerca de 4000 telegramas saíram de Brasília em 2003. No entanto, apenas 45 estão na PLUSD. Fazendo essa estimativa de 2003 a 2009, observamos que dos ± 18.780 telegramas enviados da Embaixada em Brasília, 1947 foram vazados e estão na PLUSD ($\pm 10\%$). Já do Consulado em São Paulo, de 2004 a 2009, 786 de ± 6809 ($\pm 11\%$). No Rio de Janeiro, de 2003 a 2009, 121 de ± 3262 ($\pm 3,5\%$). E em Recife, de 2005 a 2009, 13 de ± 338 ($\pm 4\%$) – ao que parece, Manning teve mais acesso aos telegramas dos postos diplomáticos maiores. O que esses dados ressaltam é que toda medida feita a partir dos telegramas vazados é uma estimativa.

Os postos diplomáticos no Brasil, como esperado, são, em relação aos postos nos outros países da América Latina, os que mais tiveram telegramas vazados (2.866), seguidos pelos postos na Colômbia (2.416), Venezuela (2.340), Argentina (2.233), Equador (1.486), Chile (1.464), Peru (1.338), Bolívia (1.299), Paraguai (1.148), Suriname (554) e Guiana (395). Já em relação aos outros países dos BRICS, os postos diplomáticos no Brasil ficam atrás dos da China (5.844), da Índia (3.916) e da Rússia (3.558), tendo enviado mais telegramas que os postos na África do Sul (1.742). Dos postos diplomáticos na Europa, foram vazados 3802 telegramas enviados da França, 2258 da Alemanha e 1083 do Reino Unido.

Tais dados podem indicar que o Brasil é o país que mais recebe atenção dos EUA na América Latina, mas em relação à Rússia, Índia e China, é o menos importante para o Departamento de Estado. Contudo, outra vez, o argumento de que Manning pode ter vazado mais telegramas de determinados países do que de outros é aplicável. Além disso, é evidente que a importância de uma Embaixada não se resume à quantidade de telegramas escritos. Como

vimos, os postos diplomáticos no Brasil possuem um *staff* maior que o dos postos na Rússia.

Para analisarmos quantitativamente quais foram os temas priorizados pelos postos diplomáticos norte-americanos no Brasil, fizemos um cálculo de quantas vezes as TAGS sobre assuntos políticos, sobre assuntos militares e sobre assuntos econômicos foram etiquetadas nos telegramas enviados do Brasil, comparando então esses números com a quantidade de vezes que essas TAGS foram etiquetadas no total de telegramas enviados do mundo todo. Tendo em mente que os telegramas (vazados) enviados do Brasil são 1,1% do total mundial, os confidenciais 0,4% e os secretos 0,3%, podemos estimar que os assuntos que apresentam porcentagens maiores que essas foram priorizados.

As 11 TAGS de assuntos políticos são etiquetadas 2292 vezes nos telegramas enviados dos postos diplomáticos no Brasil; as 5 TAGS sobre assuntos militares, 210; e as 19 TAGS sobre assuntos econômicos, 3517 (mais de uma TAG pode ser usada no mesmo telegrama). Podemos observar, assim, que assuntos econômicos aparecem 50% mais que assuntos políticos e 16 vezes mais que assuntos militares, os quais aparecem 10 vezes menos que assuntos políticos (ver gráfico no link: [KANAAAN, 2019](#)).

Podemos apontar, portanto, uma prioridade dada pela Embaixada e Consulados estadunidenses no Brasil, em comparação aos outros postos diplomáticos pelo globo, aos assuntos econômicos, em relação aos políticos e militares.

Considerações finais

Manning, após confessar que tinha vazado os documentos ao “amigo” David Lamo, que a traiu e a entregou para o exército, foi presa em maio de 2010, e submetida a torturas psicológicas, privação do sono e nudez forçada ([BLAKE, 2012](#)). Condenada a 35 anos de prisão em 2013, chegou a tentar pôr fim à vida em julho de 2016 ([LAMOTHE, 2016](#)), pouco antes de ser solta, em maio de 2017, após ter sua pena comutada por Obama, que cedeu às intensas mobilizações pela libertação de Manning pelos Estados Unidos e pelo mundo. Julian Assange foi preso uma semana após a publicação dos documentos, e em 2012, quando estava em Londres, recebeu asilo do presidente equatoriano Rafael Correa, refugiando-se na Embaixada do Equador na Inglaterra ([VARK, 2012](#)) até ano passado, quando o sucessor de Correa, Lenin Moreno, deu uma guinada em relação

ao governo anterior e alinhou sua política externa aos EUA ([GREENWALD, 2018](#)), revogou o asilo a Assange e o entregou para a polícia inglesa. Há um ano, Assange está preso aguardando a extradição para os Estados Unidos.

Para prevenir novos vazamentos, o governo estadunidense reforçou o controle psicológico dos militares do exército, lançando logo depois do vazamento um memorando para avaliar a “felicidade relativa” dos soldados ([AMOROSI, 2011](#); [McCURDY, 2013, 123-145](#)). Uma gama de departamentos governamentais, incluindo até mesmo a Biblioteca do Congresso, bloqueou o acesso à página da WikiLeaks na internet. Os Arquivos Nacionais bloquearam até mesmo as pesquisas no banco de dados para a frase “WikiLeaks” ([ASSANGE, 2015, 33-4](#)). A proibição do uso dos documentos se refletiu na própria produção acadêmica na área de relações internacionais: a revista *International Studies Quarterly*, por exemplo, adotou a política de não aceitar nenhum trabalho baseado em material da WikiLeaks ([=, 35-8](#)). Washington também agiu para proteger os informantes estrangeiros das Embaixadas identificados nos documentos vazados tentando negociar com jornais de todo o mundo acordos de bloqueios parciais de trechos sensíveis. E, logo após o vazamento, as empresas Mastercard, Visa e Paypal bloquearam as doações bancárias à WikiLeaks, e a Amazon, que era usada como servidor do site, suspendeu seu acesso ([POULSEN, 2010](#)).

Em resposta, o grupo hacktivista *Anonymous* começou, no dia seguinte à prisão de Assange, a “Operação Vingar Assange” derrubando os sites da Mastercard e da Visa ([BRYAN-LOW & GRUNDBERG, 2010](#)). No sul do mundo, Chávez proclamou que “o império havia sido desnudado”, Lula discursou “contra o cerceamento da liberdade de expressão na internet” ([PLANALTO, 2010](#)) e Putin criticou prisão de Assange ([TERRA, 2010](#)). Evo Morales (presidente da Bolívia desde 2006) foi além, e o Escritório da vice-presidência criou um site governamental onde se pode pesquisar todos telegramas do *Cablegate* que envolvem a Bolívia.

Além de democratizar o acesso a documentos que ficariam décadas guardados até serem investigados, a “materialidade” digital do arquivo – ao tornar possível buscas nos metadados dos documentos por palavras-chave, TAGS, datas e locais – abre novas possibilidades para a pesquisa histórica, como buscamos demonstrar neste exercício de análise quantitativa da documentação. Essas novas possibilidades exigem, por sua vez, novos debates metodológicos da história diplomática. Como discutimos ao longo deste capítulo, refletir acer-

ca da materialidade do arquivo digital e das questões relacionadas acerca de sua proveniência e veracidade são algumas das novas questões colocadas, assim como lidar com massas documentais muito grandes, problema que pode ser enfrentado (em uma de suas frentes), como propusemos, repensando os métodos da história serial e quantitativa ao utilizar os recursos de busca dos arquivos digitais.

Alguns meses depois do vazamento do *Cablegate*, José Sarney, então presidente do Senado, declarou, assustado com a ideia de que arquivos brasileiros também pudessem ser democratizados, que “não podemos fazer *WikiLeaks* da história do Brasil” (BONIN, 2011). No entanto, podemos dizer que já é possível escrever a história do Brasil a partir dos arquivos da *WikiLeaks*: o próprio Sarney, por exemplo, é citado em 99 telegramas da Embaixada e dos Consulados estadunidenses no Brasil vazados no *Cablegate*. Muitos vestígios dos processos históricos da história recente do Brasil ainda aguardam, nas plataformas da *WikiLeaks*, para serem analisados e narrados. Não deixemos que o sacrifício de Chelsea e Assange tenha sido em vão!

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Fábio Chang de. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas. **AEDOS**, v. 3, nº 8, 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/16776/11939>>.

AMOROSI, Drew. WikiLeaks ‘Cablegate’ dominates year-end headlines. **Infosecurity**, v. 8, nº 1, p. 6–9, 2011. Disponível em: <<https://sci-hub.tw/https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S175445481170002X>>.

ASSANGE, Julian (org). The WikiLeaks Files: The World According to US Empire. Londres: Verso, 2015. Disponível em: <<http://libgen.is/book/index.php?md5=514743846A287CoB290DB8137B352FE6>>.

BARROS, José D’assunção. A história serial e história quantitativa no movimento dos Annales. **História Revista**, v. 17, nº 1, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.ufrgs.br/historia/article/view/21693>>.

BLAKE, Andrew. The Torture of Bradley Manning. **Vice**, 15 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.vice.com/en_us/article/yv54x7/the-torture-of-bradleymanning>.

BOLICK, Cheryl. Digital Archives: democratizing the doing of History. **International Journal of Social Education**, v. 21, n^o 1, p. 122-134, 2006. Disponível em: <<https://eric.ed.gov/?id=EJ782136>>.

BONIN, Robson. 'Não podemos fazer o WikiLeaks da história do Brasil', diz Sarney. **G1**, 14 de junho de 2011. Disponível em: glo.bo/2pIIYzq.

BRASIL, Eric & NASCIMENTO, Leonardo. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos**, v. 33, n^o 69, 2020. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/79933>>

BRYAN-LOW, Cassell; GRUNDBERG, Sven. Hackers rise for WikiLeaks. **Wall Street Journal**, 8 de dezembro de 2010. Disponível em: on.wsj.com/2Nly2ZQ. CBS/AP. McConnell: WikiLeaks head a high-tech terrorist. **CBS News**, 5 de dezembro de 2010. Disponível em: <cbsn.ws/2OponCp>

BURNS, Kathryn. **Into the archive: writing and power in colonial Peru**. Duke University Press, 2010. Disponível em: <<http://libgen.is/book/index.php?md5=1FB8A-2DoBo60A6370E43A6A670086835>>.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009. Disponível em: <<http://libgen.is/book/index.php?md5=CC951B7DDB80BBE67FFFF24992CBBE80>>.

G1. Facebook cedeu dados pessoais dos usuários a gigantes da tecnologia, revela jornal. **Globo**, 19 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/12/19/facebook-compartilhou-mais-dados-com-gigantes-tecnicos-do-que-o-revelado-diz-jornal.html>>.

GREENWALD, Glenn. Ecuador will imminently withdraw asylum for Julian Assange and hand him over to the U.K. What comes next? **The Intercept**, 21 de julho de 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/07/21/ecuador-will-imminently-withdraw-asylum-for-julian-assange-and-hand-him-over-to-the-uk-what-comes-next/>>.

GULDI, Jo & ARMITAGE, David. **The history manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. Disponível em: <<http://libgen.is/book/index.php?md5=EB-CBoEBC86191B3471426F596AFD1CE4>>.

HIMMELFARB, Gertrude. A neo-luddite reflects on the internet. *The Chronicle of Higher Education*, 1 de novembro de 1996. Disponível em: <<https://www.prospectmagazine.co.uk/magazine/aneoludditeontheinternet>>.

HUFFPOST. Fox News' Bob Beckel Calls For 'Illegally' Killing Assange. 12 de julho de 2010. Disponível em: <https://www.huffpost.com/entry/fox-news-bob-beckel-calls_n_793467>.

INTERCEPT. Leia todas as reportagens que o Intercept e parceiros produziram para a Vaza Jato. **The Intercept Brasil**, 20 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>>.

JACKSON, David. Obama aides condemn Wikileaks; Obama order's review. **USA Today**, 29 de novembro de 2010. Disponível em: <usat.ly/2O1xRWE>.

JOUTARD, Philippe. Révolution numérique et rapport au passé. *Le débat*, no 177, p. 145-152, 2013. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-le-debat-2013-5-page-145.htm?try_download=1>.

KANAAN, Gabriel Lecznieski. **O Brasil na mira do Tio Sam**: a atuação da Embaixada dos EUA no Brasil durante o governo Lula (2003-2010). Dissertação de História na UFSC, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204529>>.

LAMOTHE, Dan. Chelsea Manning, convicted in WikiLeaks case, hospitalized after reported suicide attempt. **Washington Post**, 6 de julho de 2016. Disponível em: <wapo.st/2NYM7zx>.

LAVADO, Thiago. Uso da internet no Brasil cresce, e 70% da população está conectada. *G1*, 28 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/08/28/uso-da-internet-no-brasil-cresce-e-70percent-da-populacao-esta-conectada.ghtml>>.

LEIGH, David; HARDING, Luke. **Wikileaks**: inside Julian Assange's war on secrecy. Nova York: Public Affairs, 2011. Disponível em: <<http://libgen.is/book/index.php?md5=C735BAA9D9956EED607AF2D7128DEDB2>>.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000. Disponível em: <<https://libgen.is/book/index.php?md5=DF87FEEFB67170451E740B43934A3A76>>.

LOPES, André Pereira Leme. Virada digital? Pesquisa histórica no *ciberespaço*. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, no 24, 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.ufsc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310242018136>>.

LUCCHESI, Anita. Por um debate sobre História e Historiografia Digital. **Boletim Historiar**, no 2, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/2127>>.

MARCELINO, Sarah Pereira. Portal: Teoria da História. Wikipedia, 2018. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Portal:Teoria da Hist%C3%B3ria](https://pt.wikipedia.org/wiki/Portal:Teoria_da_Hist%C3%B3ria)>.

MCCULLAGH, Declan. Congressman wants Wikileaks on terrorist list. **CNET News**, 29 de novembro de 2010. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20101203161547/http://www.zdnet.co.uk/news/security/2010/11/29/congressman-wants-wikileaks-on-terrorist-list-40091000/>>.

MCCURDY, Patrick. From the Pentagon Papers to Cablegate: how the network society has changed leaking. In: MCCURDY, Patrick et. al. **Beyond WikiLeaks**. Londres: Palgrave Macmillan, 2013, p. 123–145. Disponível em: <<http://libgen.is/book/index.php?md5=0460FCBA0356F5B7ECCD3FE86F26AFE8>>.

McFARLAND, Kathleen. Yes, WikiLeaks is a terrorist organization and the time to act is now. Fox News, 30 de novembro de 2010. Disponível em: <fxn.ws/2fzscZK>. MEEKS, Elijah. An introduction to Digital Humanities. **Youtube**, 23 de julho de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AvZToQSX244>>.

MOTTA, Márcia. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

NICKS, Denver. Private: Bradley Manning, Wikileaks, and the biggest exposure of official secrets in American history. Chicago: **Chicago Review Press**, 2012. Disponível em: <<http://libgen.is/book/index.php?md5=8E476E23EF6D5E4F74BAD1A0EE8D5215>>.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. **Liinc em Revista**, v. 11, no 1, 2015. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634/3098>>.

ONU. Estudo da ONU revela que mundo tem abismo digital de gênero. **ONU News**, 6 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/11/1693711>>.

PLANALTO. Toda solidariedade ao Wikileaks. **Youtube**, 9 de dezembro de 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=No3PuIiJ4Q>>.

POPOV, Dmitry. Relação bilateral EUA e Tajiquistão no estágio atual. **ПРОБЛЕМАЦИОНАЛЬНОЙ СТРАТЕГИИ** No 5 (50) 2018. Disponível em: <<https://riss.ru/images/pdf/journal/2018/5/07.pdf>>.

POULSEN, Kevin. PayPal Freezes WikiLeaks Account. **Wired**, 12 de abril de 2010. Disponível em: <<https://www.wired.com/2010/12/paypal-wikileaks/>>.

REEVE, Elspeth. A Portrait of the Mind of Bradley Manning. **The Atlantic**, 14 de agosto de 2013. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/national/archive/2013/08/portrait-mind-bradley-manning/312153/>>

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Disponível em: <<http://libgen.is/book/index.php?md5=2DE736449C065CD26E80AFBFF9D-23FF7>>.

SMITH, Teresa. Bradley Manning: 35 years in jail for an outsider who had trouble fitting in. **The Guardian**, 27 de maio de 2011. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/video/2011/may/27/bradley-manning-wikileaks-iraq-video>>.

SILVEIRA, Pedro. **O gosto do arquivo (digital)**: documento, arquivo e evento históricos a partir do September 11th Digital Archive (2002 – 2013). Trabalho de Conclusão de Curso em História na UFRGS, 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/90320/000914881.pdf?sequence=1>>.

VAN DIJCK, José. **Mediated memories in the digital age**. Stanford: Stanford University Press, 2007.

VÄRK, René. Diplomatic Asylum: theory, practice and the case of Julian Assange. **Social Science Research Network**, Nova York, v. 11, 2012. Disponível em: <<https://www.peacepalacelibrary.nl/ebooks/files/386022364.pdf>>.

WIKILEAKS. **Public Library of United States Diplomacy**: view TAGS. 2013. Disponível em: <wikileaks.org/plusd/tags>.

WIKILEAKS. **What is WikiLeaks**. 3 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://wikileaks.org/What-is-WikiLeaks.html>>.

WHITE HOUSE. **Statement by the Press Secretary**. 28 de novembro de 2010. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2010/11/28/statement-press-secretary>>.



A MÍDIA NA MEDIAÇÃO DO DEBATE POLÍTICO ENTRE ELEITORES E CANDIDATOS: UMA LEITURA DAS CAMPANHAS DE COLLOR (1989) E BOLSONARO (2018)

Luciana Paula Bonetti Silva¹⁴

Neste capítulo, são discutidas algumas características da campanha eleitoral à presidência da República do então candidato Jair Messias Bolsonaro, em 2018. Ao fazer das redes sociais o seu principal meio de interação com o eleitorado, acreditamos que Bolsonaro rompe com os padrões de campanhas anteriores, onde a televisão era o espaço privilegiado de mediação entre políticos e eleitores. As ostensivas e onerosas campanhas eleitorais em meio televisivo teriam começado, no Brasil, a partir das estratégias de *marketing* político da eleição de Fernando Affonso Collor de Mello, em 1989, e vieram a se tornar uma marca dos pleitos eleitorais da Nova República (RUBIM, 1999).

Para abordar o papel dos meios de comunicação de massa nas campanhas eleitorais, a análise que apresentamos, neste texto, traça um comparativo entre as eleições presidenciais de 1989 e 2018. Para isso, analisamos as estratégias da campanha de Fernando Collor nos meios televisivos, e as estratégias da campanha de Jair Bolsonaro nas redes sociais. Outro aspecto da nossa discussão é a relação da legislação eleitoral vigente em cada período como o fenômeno do “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 1988), arranjo político marcado pela formação de coalizões desde o momento das eleições com vistas à garantia da governabilidade.

Sobre a relação entre as eleições presidenciais e os meios de comunicação, há quem defenda que a partir das últimas décadas do século XX, esses meios

14 Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestra e graduada em Jornalismo pela mesma instituição e graduada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Desenvolve pesquisas nas áreas de História da Radiodifusão e Política.

se tornaram tão centrais para nossa sociedade que estaríamos vivendo uma Idade Mídia¹⁵ (RUBIM, 1999). Assim, muitos estudos abordaram os temas política e mídia a partir de abordagens diversas. Destacamos, entre eles, um que parte da concepção da existência e interdependência de campos— político, jornalístico, econômico - que sofrem e exercem influência e pressões entre si (BOURDIEU, 1997); e outro que analisa as complexas relações entre textos, públicos, indústrias da mídia, política e contexto sócio-histórico em determinadas estruturas (KELLNER, 1995).

Antes de debruçarmos sobre a análise proposta, é importante destacar que a relação entre política e mídia vai além do fenômeno eleitoral e não se inaugura na Nova República. De acordo com Martín— Barbero (1997), meios de comunicação como rádio foram importantes para o avanço dos populismos na América Latina, que teriam como alguns expoentes Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón. O populismo, neste contexto, seria caracterizado por uma singular relação de influência do Estado sobre a economia e sobre o processo de industrialização, assumindo o espírito de empresa que, nos países capitalistas ditos desenvolvidos, seria o papel da burguesia comercial. Assim, o rádio teria sido preponderante para a adesão das massas a esse modelo de Estado, e para o desenvolvimento de um projeto nacionalista-populista: “[...] o papel decisivo que os meios massivos desempenham nesse período residiu em sua capacidade de se apresentarem como porta-vozes da interpelação que a partir do populismo convertia as massas em povo e o povo em Nação” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 230).

Embora a mediação entre políticos e o povo através dos meios de comunicação de massa não se restrinja às eleições, entendemos que esse momento das democracias representativas é oportuno para estudos desta natureza, pois durante os pleitos ocorre uma ampliação do debate político. Os processos eleitorais também são marcados por um aumento da visibilidade social da política seja através das candidaturas, campanhas e partidos, seja através de materiais políticos específicos como documentos, panfletos, cartazes e *jingles*¹⁶ (RUBIM, 1999). Para Alejandro Muñoz Alonso, independente do peso da imprensa, as eleições representam por si

¹⁵ Para Rubim, e outros autores da década de 1990 que estudavam os fenômenos midiáticos das últimas décadas do século XX, a Idade Mídia se caracterizaria por algumas dimensões da atualidade como: “a gigantesca expansão quantitativa da comunicação; a proliferação e desenvolvimento de novas modalidades e sócio-tecnologias de comunicação; a consolidação da comunicação como modo expressivo de experienciar a realidade-mundo; a transformação cultural propiciada pela comunicação com a constituição do circuito cultural dominante hoje: as indústrias da cultura; a instituição de uma dimensão de publicização hegemônica na sociedade e, enfim, como já indicado, a comunicação como estruturante e ambiente da contemporaneidade” (RUBIM, 1999, p.7).

¹⁶ Se refere a uma música publicitária que se destina a divulgação de uma marca ou produto. No caso das eleições, os *jingles* são normalmente voltados a divulgação do nome e do número dos candidatos.

mesmas um “foro comunicativo”, um momento privilegiado para o estudo da relação entre comunicação e política (ALONSO apud RUBIM, 1999).

Partindo desses pressupostos, entendemos que as campanhas presidenciais de Fernando Collor, em 1989, e de Jair Bolsonaro, em 2018, são exemplos oportunos para uma análise sobre a relevância das mídias nas estratégias de campanha eleitoral. No primeiro caso, a televisão era um cenário novo para as eleições no Brasil, e no segundo, a ampliação do acesso à Internet (CETIC, 2018) possibilitou que as redes sociais tivessem um papel mais preponderante na comunicação entre candidatos e eleitores. Desta forma, em nossa análise reunimos informações sobre o alcance da TV e das redes sociais em ambos os contextos, apresentando algumas discussões sobre as características dessas mídias. A partir desses dados, expomos uma leitura sobre a relação destes candidatos com as mídias, apontamos algumas das principais estratégias e características de suas campanhas, destacando o que elas representaram de inovação e esboçamos um comparativo entre ambas.

A televisão e as eleições na Nova República

O início da prática de transmissão das convenções partidárias estadunidenses em 1956, bem como veiculação de publicidades pagas nos debates em 1960, tornou a televisão um importante palco político nos Estados Unidos, e posteriormente também na Europa. No Brasil, no entanto, este período foi marcado pela Ditadura Militar de 1964, configurando outras dinâmicas entre política e mídia. Para além do controle e censura dos meios de comunicação, os militares implantaram políticas expressivas de incentivo para o desenvolvimento tecnológico e expansão das telecomunicações. Em uma lógica de indústria cultural a partir de uma visão de promoção da integração e da segurança nacional, adotaram-se políticas de controle e dominação cultural e de distribuição de bens culturais (RUBIM, 1999).

No momento da reabertura, em 1985, havia um contraste social, econômico e político muito considerável entre o Brasil das últimas eleições diretas ocorridas em 1960 e o que escolheria outra vez seu presidente através do voto em 1989. Nesse espaço de 29 anos, a televisão conseguiu expandir o seu alcance consideravelmente. Em 1960, apenas 30% da população vivia em áreas urbanas, a integração nacional era limitada devido a infraestrutura precária de estradas e os meios de comunicação disponíveis — jornais, rádios e TVs —

mantinham uma programação com conteúdo predominantemente local. Apenas oito capitais contavam com transmissões televisivas, havia 18 emissoras e cerca de cem mil aparelhos de TV entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Já na década de 1980, 67% da população era urbana e havia em operação 235 emissoras de TV, cinco redes nacionais de TV e 25 milhões de aparelhos receptores, o que tornava 94% da população potencialmente atingida por este meio (RUBIM,1999, p. 13-14).

Outro dado relevante ponderado por Rubim (1999) diz respeito ao perfil dos eleitores. Em 1960, cerca de 15 milhões de pessoas podiam ir às urnas, o que na época representava 20% dos brasileiros, uma vez que analfabetos, soldados e jovens entre 16 e 18 anos não votavam. Já em 1989, cerca de 82 milhões de pessoas foram às urnas, aproximadamente 60% da população, entre os quais quase dois terços era de semianalfabetos ou analfabetos. A expansão do público eleitor e a relevância do número de semianalfabetos e analfabetos entre eles são dados relevantes para entendermos como e porque a televisão se torna uma arena privilegiada do debate político neste contexto específico.

Para atingir esse público, ocorreu uma modernização das campanhas eleitorais no Brasil, com a profissionalização da campanha, com o uso de sondagens de opinião e com a utilização da mídia — sobretudo a televisiva. Sobre este fenômeno, Monica Piccolo Almeida (2013) ressalta:

Profissionais da área do Marketing Político assumiram o comando das campanhas. Cenário, conteúdo da propaganda, recursos audiovisuais, “jingles”, estratégias dos candidatos, suas roupas, falas e até entonação da voz, foram profundamente elaborados. As estratégias iam variando ao sabor das pesquisas eleitorais. (ALMEIDA, 2013, p. 3)

Estas características reafirmam a máxima de Alejandro Alonso (1989), para quem os comícios eram a essência das campanhas eleitorais nas primeiras décadas do século XX, sendo substituídos, no fim daquele século, pelos meios de comunicação, sobretudo a televisão. Além da profissionalização das campanhas, a audiência do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) marcou o pleito eleitoral de 1989. Os 28 candidatos ocuparam a grade televisiva em duas sessões de 70 minutos, todos os dias da semana, durante aproximadamente dois meses. Para Almeida (2013), aquela legislação era

permissiva aos consultores de *marketing* político se comparada com os rigores jurídicos das legislações posteriores. A campanha eleitoral televisiva era composta então pelo Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral propriamente dito, e pelos *spots*¹⁷ e programas político-partidários veiculados ao longo do ano.

Antes de abordarmos quais foram as principais características da campanha eleitoral de Fernando Collor, nesse contexto, faz-se pertinente considerar sua trajetória política até então. Collor nasceu no Rio de Janeiro, mas atuou política e profissionalmente no estado de Alagoas, onde, foi nomeado prefeito de Maceió pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), em 1979. Nas eleições seguintes, em 1982, tornou-se deputado federal de Alagoas pelo Partido Democrático Social (PDS). Voltou a ocupar um cargo executivo quando assumiu o governo alagoano pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em 1986.

Em Alagoas, Collor atuou ainda como repórter, sendo herdeiro do grupo de comunicação de seu pai, o ex-senador Arnon de Mello. O grupo compreendia veículos de mídia impressa, rádio e televisão — a destacar a TV Gazeta de Alagoas que é afiliada da Rede Globo na região. Sua campanha vitoriosa à presidência no pleito de 1989 se deu através do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), sobrepondo-se a candidatos mais consolidados na política brasileira como Leonel Brizola e Ulysses Guimarães, e sobre fortes estruturas político-partidárias como as do PMDB e do Partido da Frente Liberal (PFL). Para realizar este feito, acreditamos que sua estratégia de campanha televisiva, e sua proximidade com profissionais e empresários deste meio, foi fundamental¹⁸.

Para Almeida, que analisou a campanha de Collor no âmbito do HGPE e dos programas político-partidários, o discurso da sua propaganda se caracterizava pelo eixo moralização/modernidade. Já os temas sociais eram abordados de maneira superficial uma vez que a ênfase da campanha estava no combate à corrupção (ALMEIDA, 2013). Esse esvaziamento do debate político é analisado por Pierre Bourdieu como uma característica própria da televisão. A política,

¹⁷ *Spots* podem ser entendidos como uma peça publicitária em vídeo ou áudio.

¹⁸ Neste sentido, Fernando Collor chegou a ser comparado ao ex-presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan, para além do discurso neoliberal defendido por ambos. “De uma certa forma, ele [Collor] se parece com Reagan: em televisão nos ossos” - teria declarado o senador democrata estadunidense Bruce Babbitt, durante jantar na casa da diretora da agência de divulgação do governo americano (USIS). (NÉUMANNE apud ALMEIDA, 2013).

aponta o autor, é tomada como um tema entediante e, para que se estimule a audiência, é realizada uma simplificação demagógica dos temas, na qual o combate se sobrepõe ao debate, e a polêmica se sobrepõe à dialética. Desta maneira, o enfrentamento entre pessoas será enfatizado em detrimento do enfrentamento entre os argumentos, o que ajuda a explicar a vitória da campanha mais personalista daquela ocasião (BOURDIEU, 1997). O que ajuda a explicar a vitória da campanha mais personalista daquela ocasião.

Além do HGPE, outro espaço disponível aos candidatos era a propaganda dos partidos, que ocorreu no primeiro semestre daquele ano. Além do horário do programa político-partidário de seu partido, o PRN, Collor também pôde ocupar o espaço do horário dos coligados, o Partido Social Cristão (PSC) e do Partido Trabalhista Renovador (PTR). Almeida (2013) e Singer (2000) conferem ao espaço dos coligados um peso decisivo para o sucesso de Collor nas pesquisas eleitorais, entre março e maio daquele ano, uma vez que o candidato apresentou seu melhor desempenho na pesquisa IBOPE de intenção de voto no mês de junho de 1989. Ou seja, seu crescimento foi observado já durante os programas político-partidários, antes que se iniciasse Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, entre setembro e novembro daquele ano.

É relevante destacar o fato de que a partir dessas eleições as coalizões partidárias foram uma característica da articulação política de todos os candidatos eleitos até o pleito de 2018, quando Bolsonaro surpreendeu ao se eleger em uma coligação de apenas dois partidos pouco expressivos na política nacional: O Partido Social Liberal (PSL) e o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Entre as eleições de Collor e Bolsonaro, no entanto, foi notável a prevalência das coligações na formação da base de apoio dos candidatos eleitos entre 1994 e 2014¹⁹.

Para Abranches (1988), as coligações se tornariam uma característica do presidencialismo brasileiro a partir da Nova República. O autor parte do entendimento de que o Brasil, quando a Ditadura Militar teve fim em 1985, se encontrava em descompasso entre suas estruturas macroeconômicas e sociais. Num contexto macroeconômico, o conflito seria distributivo

¹⁹ Em 1994, o candidato eleito, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, coligou com PFL, atual DEM, e o PTB. Na sua reeleição em 1998, entraram para coligação o PPB e o PSD. Já em 2002, Luís Inácio Lula da Silva, do PT, tinha na sua chapa o PL, o PCdoB, o PMN e o PC. Na sua reeleição, em 2006, a coligação conteve apenas o PRB e o PCdoB. Sua sucessora, Dilma Rousseff, também do PT, foi a candidata com as maiores coligações em 2010 - quando aglutinava PRB, PDT, PMDB, PTN, PSC, PR, PTC, PSB e PCdoB -, e em 2014, quando PSD, PP, Pros entraram na coligação enquanto PTN e PSB deixaram a aliança (UOL, 2018).

pela disparidade técnica e o desnível de renda entre setores, empresas e regiões. Já no âmbito macropolítico, o país seria marcado tanto por práticas de clientelismo quanto por comportamentos ideologicamente estruturados. Esses fatores levariam ao “presidencialismo de coalizão”, onde a busca por alianças políticas com outros partidos seria necessária, desde o momento das eleições, nas urnas fosse viabilizada com mais facilidade a partir da influência de variados partidos nas esferas nacionais e locais. Passada a eleição, além de acomodar os coligados e satisfazer as suas expectativas, o presidente teria que lidar com a pressão dos governadores, os quais nem sempre são coerentes com seus partidos e costumam formar oposições regionais aos partidos com que suas siglas se coligaram nacionalmente, observando o mesmo comportamento nas casas legislativas. Para Abranches (1988), a fragilidade do presidencialismo de coalizão estaria nas tensões impostas ao presidente pela heterogeneidade de seu partido, de sua coligação e dos governadores. Neste estudo, entendemos que as características da legislação eleitoral, ao dividir o tempo de TV dos candidatos a partir do tamanho de seus partidos e partidos coligados, acaba por reforçar a lógica do presidencialismo de coalizão e seu impacto no resultado das eleições.

Mas além do impacto favorável da coalizão no ganho de tempo de TV, outros aspectos da campanha de Collor, que entendemos serem pertinentes a nossa análise da campanha de Bolsonaro, dizem respeito às estratégias de autopromoção do candidato. A visibilidade de Collor se deu a partir dos seus contatos de amizade com profissionais da imprensa — sobretudo com o diretor de telejornalismo da Rede Globo, Alberico Souza Cruz, e até com o próprio dono da emissora, Roberto Marinho (CONTI, 1999). Uma de suas estratégias era o agendamento de pautas favoráveis no Jornal Nacional (JN), divulgando eventos criados pelo seu assessor Cláudio Humberto Rosa.

Müller (2013) destaca ainda que a proximidade com a Rede Globo também teria sido decisiva para o desfecho da famosa edição favorável do último debate entre Collor e seu adversário Luiz Inácio Lula da Silva (CONTI, 1999). Esta edição é tida como um emblema daquelas eleições. Em um contexto em que ambos os candidatos apareciam em empate técnico nas projeções de pesquisas de intenção de voto, a Rede Globo é por vezes acusada de ter manipulado o resultado das urnas.

Sem pretender esgotar uma análise da relação entre Collor e a televisão, neste contexto, destacamos, por fim, que a campanha foi personalista, sendo marcada pela exaltação de sua imagem enquanto homem jovem, atraente e moderno. Collor posava para fotógrafos em jatinhos, carros esportivos, praticando exercícios físicos e passeando com livros debaixo do braço. Ele vestia fardas marciais e camisas com frases de autoajuda, adotando estrategicamente uma postura de galã (CONTI, 1999).

Neste sentido, a alusão ao ex-presidente estadunidense Ronald Reagan se mostra oportuna. Segundo Kellner (1995), logo após o lançamento e sucesso de bilheteria do filme *Rambo, First Blood* (1982), Reagan teria capitaneado para si a imagem daquele personagem. Ele teria inclusive feito uma menção direta ao filme enquanto se preparava para um comunicado à nação sobre a liberação de reféns americanos em Beirute — sendo que o resgate de reféns era justamente a situação vivida pelo herói no longa-metragem²⁰. Ou seja, a relação entre políticos e a TV não se restringe a promoção da própria imagem nesta mídia, mas também está em atrelar sua imagem a referências populares da cultura da mídia.

Podemos concluir, antes de partirmos para a análise da campanha de Bolsonaro, que Collor inaugura em 1989 algumas características do *marketing* político que seriam adotadas nos anos subsequentes, até 2014. Entre elas destacamos a centralidade da campanha no espaço televisivo, a apropriação de referenciais populares da cultura da mídia para a promoção de sua imagem pessoal, a retórica anticorrupção e, por fim, a relevância da coligação para o ganho de tempo de TV e o alcance da propaganda eleitoral.

As redes sociais e o fenômeno Bolsonaro

Ao analisarmos a campanha de Jair Bolsonaro a partir das suas estratégias de uso das redes sociais, não defendemos que os meios televisivos tenham se mostrado irrelevantes neste pleito. Todavia, reconhecemos que algumas das dinâmicas inauguradas pela campanha de Collor foram subvertidas nesta ocasião e lançaram desafios para o *marketing* político contemporâneo.

Uma característica da relação entre Jair Messias Bolsonaro e os meios

²⁰ “Rapaz, depois de ver Rambo ontem à noite, fiquei sabendo o que fazer da próxima vez” - teria sido a frase dita por Reagan (REUTERS apud KELLNER, 1995)

de comunicação é o caráter *outsider* de sua figura, que, mesmo com uma atuação legislativa de quase três décadas, não representava um nome forte na política brasileira. Vale destacar sobre sua trajetória até as eleições que Bolsonaro é um capitão reformado do exército. Seu primeiro cargo político foi como vereador da cidade do Rio de Janeiro (RJ) pelo Partido Democrata Cristão (PDC), entre 1989 a 1991. Entre 1992 e 2018 foi deputado federal também pelo Rio de Janeiro, totalizando sete legislaturas, com sete trocas de sigla²¹.

Durante 29 anos de atuação política, ele conquistou espaço na mídia, ainda que como um irrelevante defensor de pautas extremistas, que provocava oponentes e gerava controvérsias (HUNTER; POWER, 2019). Em 1999, declarou que o então presidente Fernando Henrique Cardoso deveria ser assassinado a tiro, pelas ilicitudes investigadas no processo de privatização de empresas estatais em seu governo. Já em 2003, ele insultou a parlamentar Maria do Rosário, do PT, com uma fala alusiva a estupro. Em 2011, concedeu uma entrevista à revista *Playboy* alegando preferir ter um filho morto que um filho homossexual. Durante a votação pelo impeachment de Dilma Rousseff na Câmara do Deputados, em 2016, fez durante, seu voto, uma homenagem ao torturador que vitimou Dilma, durante a Ditadura Militar. Em 2017, fez uma fala ofensiva a comunidades quilombolas durante uma palestra. (HUNTER; POWER, 2019, p. 75-76).

Não é exequível esgotar a lista de declarações polêmicas neste trabalho, mas é necessário ressaltar que foi devido a este tipo de postura que ele foi pauta do nos veículos jornalísticos e angariou seguidores nas redes sociais, muitos deles simpáticos a pautas extremistas. A partir dessa base de apoiadores, sua ascensão meteórica foi possível graças ao cenário de recessão econômica, escândalos de corrupção e de acentuado crescimento nos índices de criminalidade. Diante desse cenário, Bolsonaro passou a utilizar as mídias sociais como ferramenta fundamental para atacar e enfraquecer seus adversários, alterando, desta maneira, a dinâmica da campanha produzida pelo uso estratégico das mídias sociais — onde muitos de seus apoiadores se reuniam (HUNTER; POWER, 2019).

²¹ Entre elas Partido Progressista Reformador (PPR), entre 1993 e 1995; o Partido Progressista Brasileiro (PPB), entre 1995 e 2003; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), entre 2003 e 2005; o Partido da Frente Liberal (PFL), em 2005; o Partido Progressista (PP), entre 2005 e 2016; o Partido Social Cristão (PSC), entre 2016 e 2017; o Partido Social Liberal (PSL), entre 2018 e 2019. Atualmente, Bolsonaro está sem partido, ele e seus correligionários lançaram a Aliança pelo Brasil (ALIANÇA), em dezembro de 2019, quando já ocupava o cargo de presidente da República, e atualmente a organização está em processo de recolhimento de assinaturas para poder ser reconhecida como um partido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Sobre este último aspecto, é importante mencionar que desde os anos 2000, o acesso à Internet se expandiu entre os brasileiros. Em 2018, segundo a pesquisa TIC Domicílios, realizada anualmente, desde 2005, pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic), 77% da população já havia feito uso da Internet, sendo que nas áreas urbanas a frequência de uso era diária para 90% da população, e nas áreas rurais para 74% da população (CETIC, 2018). A mesma pesquisa indicou que o acesso à Internet se dava principalmente através de celulares para 97% dos entrevistados. O acesso à Internet, nas eleições de 2018, havia sido consideravelmente incrementado em relação às eleições de 2014, passando de um alcance de cerca de 50% da população em 2014, para de cerca de 70% em 2018 (G1, 2019).

Estes dados são importantes para dimensionarmos o poder de alcance das estratégias de *marketing* político na Internet. Alguns estudos na área da comunicação apontam esse como o principal espaço de comunicação entre Bolsonaro e seus seguidores. Um estudo, de 2016, sobre uma página de apoiadores de Bolsonaro no *Facebook*, a *Bolsonaro Zuero 3.0*, permite-nos compreender os principais conteúdos ali publicados pelos seus seguidores dois anos antes das eleições. A promoção de ideais políticos neoliberais, de discurso de ódio a figuras públicas da esquerda e de exaltação da imagem de Jair Bolsonaro foram os principais temas postados na página que antecipavam o tom adotado na campanha de 2018” (RIBEIRO ET AL, 2016). Sem se aprofundar em temas sociais, os três principais tipos de conteúdo publicado foram classificados pelos autores como: “Recusa ao socialismo”; “Exaltação da Imagem de Jair Bolsonaro” e “Ofensas e críticas contra Dilma e o PT” (RIBEIRO ET AL, 2016, p. 7). O que entendemos se aproximar também do tom dos programas político-partidários de Collor, pautados por discursos anticorrupção, neoliberais e personalistas.

Durante a campanha eleitoral de 2018, as redes sociais, além de aglutinar simpatizantes de Bolsonaro, também foram palco do compartilhamento de notícias falsas sobre os presidenciáveis. A pesquisa de Mirella Tobias (2018), sobre o conteúdo veiculado acerca dos candidatos à presidência no *Facebook*, apontou que Jair Bolsonaro foi o presidenciável mais envolvido com *fake news*²² naquela rede

²² Importante destacar que a pesquisadora entende as *Fake News* enquanto aquelas que podem ser caracterizadas por informações positivas ou negativas inverídicas cuja baixa credibilidade é marcada pela sua natureza parcial, pela ausência de fontes e pelo seu conteúdo marcadamente sensacionalista (TOBIAS, 2018).

social. Na ocasião, Bolsonaro também era o candidato com maior número de seguidores no *Facebook*, chegando a cerca de 6 milhões. Esse era quase dez vezes o número de seguidores da página de seu adversário no segundo turno, Fernando Haddad, que na época era seguido por cerca de 600 mil internautas (TOBIAS, 2018).

Para se ter uma dimensão do impacto das *fake news*, um estudo realizado pela organização Avaaz, em 2018, apontou que 98% dos entrevistados que se identificaram como eleitores de Bolsonaro tiveram contato com uma ou mais notícias falsas sobre as eleições e os candidatos, através de redes sociais como o *Twitter* e o *Facebook*. A mesma pesquisa revelou ainda que 90% destes eleitores disseram acreditar nessas *fake news*. A relação entre o acesso a uma mesma *fake news* por eleitores de Bolsonaro e Haddad, também foi analisado. Cerca de 85,2% dos eleitores de Bolsonaro leram a suposta notícia de que Haddad havia distribuído um material educacional sobre orientação sexual apelidado de “Kit Gay”, e 83,7% dos que souberam desta *fake news* afirmaram acreditar nela. Já entre os eleitores de Haddad entrevistados na pesquisa, 61% também tiveram acesso a esta informação falsa, mas apenas 10,5% declararam ter acreditado em seu conteúdo (FOLHA, 2018a).

Estes números parecem indicar um comportamento apontado por diversos autores como característico de usuários de redes sociais diante das *fake news*: o de acreditar nas informações que condizem com suas opiniões e posições pessoais (TOBIAS, 2018). Mais que isso, as redes sociais, para alguns estudiosos (GUESS; NYHAN; REIFLER, 2018), gerariam o efeito câmara de eco, onde mesmo inverídicas, certas informações continuam sendo massivamente propagadas. Isso porque as redes sociais reúnem as pessoas em grupos onde câmaras de eco, ou “bolhas”, acabam por ampliar o nível de desinformação dos internautas, protegendo-os de informações contrárias ou contra-atitudeis. Deste modo, uma página do *Facebook* como a *Bolsonaro Zuero 3.0*, ao reunir apenas admiradores de Bolsonaro, esteve mais vulnerável a *fake news* favoráveis a ele porque os seus seguidores não estariam predispostos a checar informações que lhe parecessem convenientes, ou a difundir informações que desmentissem as *fake news* ali propagadas.

Sem nos estender nas características da interação entre Bolsonaro e seus eleitores através das redes sociais, que renderam inclusive acusações de campanha eleitoral antecipada e de esquema de disparo criminoso de *fake news*

pelo *Whatsapp*²³, entendemos que elas possibilitaram uma subversão dos pilares da campanha de Collor.

Um destes pilares seria uma boa relação entre os candidatos e a Rede Globo. Desde 1989, nenhum candidato eleito manteve declaradamente uma postura tão hostil à emissora líder de audiência. Além de críticas diretas à Globo, Bolsonaro buscou maior proximidade às demais emissoras, como o SBT e a Rede Record. Sua conversão a um culto evangélico, três dias antes das eleições do primeiro turno, ligou Bolsonaro ainda mais ao eleitorado neopentecostal, que encontrava nas demais redes uma programação religiosa mais afinada com seus dogmas. Isso porque muitas emissoras concedem o aluguel de espaço da programação para pastores em horários determinados de sua grade, a se destacar a Rede Record, cujo próprio comando é exercido pelo pastor Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus.

Outra ruptura entre as campanhas eleitorais na Nova República e a de Bolsonaro é que o pouco espaço conferido a esse candidato durante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral²⁴ não implicou no resultado das urnas. Sobre isso, é interessante observar que este fenômeno não foi notável apenas na campanha presidencial, mas refletiu-se na eleição de seu partido, o PSL, que era, até a ocasião, uma sigla pouco expressiva. Para Vasconcelos (2019), as novas regras eleitorais foram importantes para diminuir o peso da ação de publicitários durante as campanhas de TV. Em 2015, o fim do financiamento de pessoa jurídica trouxe um novo cenário para as campanhas dos partidos. Em 2017, houve ainda a redução do tempo de campanha, a criação do Fundo Público de Financiamento de Campanha e a autorização do impulsionamento de *posts* de partidos e candidatos nas redes sociais. Isso possibilitou que administradores de mídias sociais ampliassem o alcance das postagens de partidos e candidatos, transformando o cenário das campanhas que até então se centravam na TV e despendiam grandes somas

²³ Tais fatos foram veiculados na imprensa nacional e podem ser encontrados em fontes diversas, entre as quais destacamos duas reportagens em meio impresso (FOLHA, 2020; ESTADÃO, 2017).

²⁴ No primeiro turno, O Tribunal Superior Eleitoral assim dividiu o tempo do HGPE entre os candidatos: Alvaro Dias (Podemos, PSC, PTC, PRP), 40 segundos e 52 inserções; Cabo Daciolo (Patriota), 8 segundos e 11 inserções; Ciro Gomes (PDT, Avante): 38 segundos e 50 inserções; Eymael (DC): 8 segundos e 11 inserções; Geraldo Alckmin (PSDB, PRB, PP, PTB, PR, PPS, DEM, PSD, SDD): 5 minutos e 32 segundos e 434 inserções; Guilherme Boulos (PSOL, PCB), 13 segundos e 17 inserções; Henrique Meirelles (MDB, PHS), 1 minuto e 55 segundos e 151 inserções; Jair Bolsonaro (PSL, PRTB), 8 segundos e 11 inserções; João Amoêdo (Novo), 5 segundos e 7 inserções, João Goulart Filho (PPL), 5 segundos e 7 inserções; Fernando Haddad (PT, PCdoB, PROS), 2 minutos e 23 segundos e 188 inserções; Marina Silva (Rede, PV), 21 segundos e 28 inserções; e Vera Lúcia (PSTU), 5 segundos e 7 inserções.

de recursos financeiros (VASCONCELOS, 2019, p. 112).

Destacamos, por fim, que os debates eleitorais, outro espaço televisivo caro à campanha de Collor, foi esvaziado por Bolsonaro, que compareceu apenas a dois deles, se abstendo dos demais após ser vitimado em um atentado durante um comício. Isso permitiu-lhe não ter que responder a questões sobre seu plano de governo, e pautar sua comunicação com a base eleitoral a partir dos temas já observados nas redes sociais de seus apoiadores: anticomunismo, anticorrupção e exaltação a estereótipos de masculinidade — fosse a partir das afirmações sexistas e extremistas que lhe trouxeram visibilidade ainda como parlamentar, fosse por meio da promoção de pautas alusivas a estereótipos de virilidade, como o incentivo ao armamento da população. E por fim, o enfrentamento aos adversários, que na campanha de Collor se dava durante os debates eleitorais, não se fez no âmbito de um debate democrático de ideias, mas sobretudo a partir das *fake news* impulsionadas por seguidores.

Considerações finais

Sem nos propormos a esgotar as características da campanha de Jair Bolsonaro, entendemos que há suficientes indícios de um descentramento da televisão em detrimento das redes sociais enquanto um espaço de comunicação entre políticos e eleitores. Isso parece trazer impactos diretos nos arranjos políticos e no colapso do presidencialismo de coalizão enquanto base da governabilidade durante a Nova República — o qual já havia dado seu derradeiro sinal de desgaste com o impeachment de Dilma Rousseff. Acreditamos que as mídias, enquanto mediadoras entre públicos e figuras e programas políticos, têm desempenhado um papel de protagonismo na História Política. Acreditamos que as mídias, enquanto mediadoras entre públicos e figuras e programas políticos, têm desempenhado um papel de protagonismo na História Política. Isso é perceptível desde Getúlio Vargas e uso do rádio como o mediador entre seu discurso nacionalista e o povo (MARTÍN-BARBERO, 1997), passando pela centralização do debate eleitoral no espaço televisivo em meados de 1990 (RUBIM, 1999; ALONZO, 1989), até a eleição de Jair Bolsonaro que inaugura no Brasil estratégias de campanha com foco nas redes sociais²⁵ (TOBIAS, 2018; HUNTER; POWER, 2019).

²⁵ Importante ressaltar que, segundo Tobias (2018), as redes sociais teriam sido estrategicamente usadas pela primeira vez nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, pelo então candidato Barack Obama, que definiu estratégias de alcance e produção de conteúdos específicos para diferentes públicos neste meio.

A lei eleitoral, ao permitir que candidatos e partidos fizessem campanhas nessas redes, parece ter tornado as coalizações uma estratégia eleitoral obsoleta. Ainda que seja cedo para fazer análises sobre a política no governo Bolsonaro para além da sua campanha, parece-nos também que a acomodação de coligados e a pressão dos governadores não têm, sob a sua gestão, a mesma influência que tivera sobre seus antecessores. Enquanto a falta de base, no Congresso e na mídia, impulsionou o *impeachment* de Fernando Collor e Dilma Rousseff (2016), Bolsonaro alimenta rixas com sua base aliada a ponto de inclusive romper com parte dela e articular a criação de um novo partido, no meio de seu mandato, sendo atualmente o presidente sem sigla.

A relevância das mídias neste contexto, nos parece, indo ao encontro da análise de Bourdieu (1997) sobre a televisão, o de proporcionar um esvaziamento do debate político em detrimento da espetacularização, no qual discursos demagógicos como os Collor e Bolsonaro tendem a se destacar. As redes sociais, ao nosso ver, parecem inclusive acirrar esse esvaziamento através do fenômeno da câmara de eco (GUESS; NYHAN; REIFLER, 2018) onde as *fake news* facilmente se propagam. Por fim, é importante destacar que a imagem de Collor e Bolsonaro na TV e nas redes sociais, respectivamente, mobilizaram imaginários sobre masculinidade, anticomunismo e discurso anticorrupção que precisam ser entendidos como um produto do seu contexto social, econômico, político e como marcas de uma cultura da mídia de seu tempo.

REFERÊNCIAS:

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro. Vol. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

ALMEIDA, Monica Piccolo. A Trajetória de Fernando Collor rumo à Presidência: Estratégias Eleitorais Televisivas. In: Simpósio Nacional de História, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: Anpuh, 2013. p. 1-12. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/27/1369672113_ARQUIVO_Textocompleto-MonicaPiccolo.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

ALONSO, Alejandro Muñoz. “Campanhas eleitorales y medios de comunicación”. In: **Po-
lítica y nueva comunicación**. El impacto de los medios en la vida política. Madrid,
Fundesco, 1989, p.129-150.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE
DA INFORMAÇÃO (CETIC). **TIC Domicílios - 2018 Indivíduos**. 2018. Pesquisa so-
bre acesso a Internet no Brasil. Disponível em: [https://cetic.br/tics/domicilios/2018/
individuos/](https://cetic.br/tics/domicilios/2018/individuos/). Acesso em: 13 maio 2020.

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto**: a imprensa e Fernando Collor. São Pau-
lo: Companhia das Letras, 1999.

FOLHA DE SÃO PAULO (FOLHA). **90% dos eleitores de Bolsonaro acreditaram
em fake news, diz estudo**. 2018. Reportagem de Patrícia Pasquini. Disponível em:
[https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/90-dos-eleitores-de-bolsonaro-acredi-
taram-em-fake-news-diz-estudo.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/90-dos-eleitores-de-bolsonaro-acredi-
taram-em-fake-news-diz-estudo.shtml). Acesso em: 13 maio 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO (FOLHA) (São Paulo). **Imagens de CPI indicam disparo
ilegal de mensagens pelo WhatsApp na eleição**. 2020. Reportagem de Renato
Onofre, Danielle Brant e Artur Rodrigues. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.
br/poder/2020/02/imagens-de-cpi-indicam-disparo-ilegal-de-mensagens-pelo-what-
sapp.shtml](https://www1.folha.uol.com.
br/poder/2020/02/imagens-de-cpi-indicam-disparo-ilegal-de-mensagens-pelo-what-
sapp.shtml). Acesso em: 13 maio 2020.

G1. **Uso da internet no Brasil cresce, e 70% da população está conectada**.
2019. Reportagem de Thiago Lavado. Disponível em: [https://g1.globo.com/economia/
tecnologia/noticia/2019/08/28/uso-da-internet-no-brasil-cresce-e-70percent-da-po-
pulacao-esta-conectada.ghtml](https://g1.globo.com/economia/
tecnologia/noticia/2019/08/28/uso-da-internet-no-brasil-cresce-e-70percent-da-po-
pulacao-esta-conectada.ghtml). Acesso em: 13 maio 2020.

GUESS, Andrew; NYHAN, Brendan; REIFLER, Jason. **Selective exposure to misin-
formation: evidence from the consumption of fake news during the 2016
U.S. presidential campaign**. Disponível em: [http://www.dartmouth.edu/~nyhan/
fake-news-2016.pdf](http://www.dartmouth.edu/~nyhan/
fake-news-2016.pdf). Acesso em: 21 ago. 2018.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash. **Jour-
nal Of Democracy**, Baltimore (Maryland - USA), v. 1, n. 30, p. 68-82, jan. 2019. Johns
Hopkins University Press Article. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/713723>.
Acesso em: 13 maio 2020.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: estudos culturais**: identidade e política
entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

MARTÍN B., Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.

MÜLLER, Leonardo. Fernando Collor de Mello: O Vencedor do Big Brother Brasil 1989. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM JÚNIOR, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais** [...] . Rio de Janeiro: Intercom, 2005. p. 1-13. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/129464607282043738339603038986976519401.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

RIBEIRO, L., Lasaitis, C., & Gurgel, L. (2016). Bolsonaro Zuero 3.0: Um estudo sobre as novas articulações do discurso da direita brasileira através das redes sociais. **Anagrama**, 10(2). Recuperado de <http://www.periodicos.usp.br/anagrama/article/view/118020>

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Novas Configurações das Eleições no Brasil Contemporâneo. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 23., 1999, Caxambu. **Anais GT Mídia, Opinião Pública e Eleições Sessão 2 – Mídia e Processo Eleitoral**. Caxambu: Anpocs, 1999. p. 1-21. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/23-encontro-anual-da-anpocs/gt-21/gt08-17/4935-aarubim-novas/file>. Acesso em: 13 maio 2020.

SINGER, André. **Esquerda e Direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2000.

O ESTADO DE SÃO PAULO (ESTADÃO) (São Paulo). **TSE vai julgar Bolsonaro e Lula por antecipação de campanha**. 2017. Reportagem de Rafael Moraes Moura. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tse-vai-julgar-bolsonaro-e-lula-por-antecipacao-de-campanha,70002071624>. Acesso em: 13 maio 2020.

TOBIAS, Mirela Souza. **O fenômeno da pós-verdade no Facebook: análise das fake news relacionadas aos candidatos à presidência do Brasil do primeiro turno das eleições de 2018**. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1439/mirela_souza_tobias_dissertacao_15689004195874_1439.pdf>. Acesso em: 23 out. 2019.]

UOL. **Desde 1989, nenhum presidencial foi eleito sem alianças partidárias**. 2018. Reportagem com redação de Mirthyani Bezerra. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/07/27/desde-1989-nenhum-presidencial-foi-eleito-sem-nenhuma-alianca.htm>. Acesso em: 13 maio 2020.

VASCONCELOS, Fábio. O comportamento das mídias sociais e o fator Jair Bolsonaro na disputa pelo Governo do Rio em 2018. In: MASSUCHIN, Michele Goulart et al. **Comunicação e Política: interfaces em esferas regionais**. São Luís: EDUFMA, 2019. p. 111-132.



A POLÍTICA EXTERNA PARA ALÉM DAS CHANCELARIAS

José Victor Lara ²⁶

No amplo quadro dos debates nacionais, a política externa muitas vezes é vista como algo distante, exclusivamente praticada no interior do Palácio do Itamaraty²⁷, nas embaixadas e nos consulados no estrangeiro com pouco ou nenhum impacto na vida do cidadão comum. Nessa perspectiva, assuntos externos interessariam apenas a certos setores como diplomatas de carreira, empresários com negócios em outros países, ao setor agroexportador ou aos políticos em suas alianças internacionais.

Diplomacia, política externa e Relações Internacionais às vezes são confundidas como sinônimos de uma mesma prática, porém, há diferenças substanciais entre elas. Diplomacia é a execução de uma determinada política externa conduzida pelo corpo de funcionários do serviço diplomático, concursados ou nomeados em cargos políticos. É caracterizada pelas ações diárias com o objetivo de alcançar determinados interesses. Esse é o trabalho cotidiano do Ministro das Relações Exteriores, de seus secretários, dos embaixadores e cônsules espalhados pelo mundo.

Política externa, por sua vez, é uma política pública, tal qual segurança, saúde ou educação. Ou seja, é uma política pensada e elaborada que passa pelo crivo das urnas nos regimes democráticos, sendo necessário uma legitimidade

²⁶ Doutorando em História Política na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Membro do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (Lab-tempo-UEM). Bolsista-técnico da Central de Documentação da UEM (CDO), onde trabalha com o projeto *Opening the Archives*.

²⁷ A sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, localizada em Brasília, é conhecida pelo nome de Palácio do Itamaraty. Essa denominação permaneceu depois da mudança da capital do Rio de Janeiro em 1970, quando o Ministério passou a ocupar o Palácio dos Arcos. No entanto, a alcunha da antiga construção permaneceu.

interna para ser implementada. Desse modo, podemos definir política externa como um conjunto de estratégias executadas pelas lideranças e pelo serviço diplomático de um país no cenário internacional, mas pensadas e construídas socialmente. Por esse motivo, a política externa sofre influências múltiplas, respondendo a demandas internas e sendo moldada de acordo com as pressões da conjuntura.

Por fim, o processo de relação entre os diversos agentes internos e externos (estatais ou não-estatais²⁸) é chamado de Relações Internacionais. O ambiente internacional no qual transitam acordos, tensões, conflitos, aproximações, alianças e no qual se estabelecem as relações de poder entre os diversos países e seus representantes, produz tramas complexas que cruzam um grande número de variáveis. Assim, as decisões e formulações dos condutores da política externa são atravessadas pelas casualidades históricas a partir das quais se elaboram os cálculos, as estratégias e se ponderam os meios, os fins e as consequências das decisões tomadas (CERVO; BUENO, 2015, p. 14).

Quando falamos que política externa é também política pública, se faz necessário demarcar algumas particularidades, pois ela se comporta de uma forma diferente das demais. A alternância de poder é fundamental para o funcionamento das democracias, porém, internacionalmente um Estado precisa se orientar por objetivos de médio e longo prazo, muito além de situações eleitorais ou de projetos de um partido político. Em outras palavras, ela deve ser mais uma política de Estado do que de governo. Isso quer dizer que, idealmente, a política externa não deve estar subordinada às plataformas políticas de um determinado grupo de poder, mas deve estar a serviço de objetivos que transcendem a ascensão e a queda de partidos políticos no comando da nação.

Nesse sentido, a manutenção dessas linhas de pensamento a longo prazo não está apenas na vontade dos políticos eleitos ou nos cargos nomeados, mas também na formação dos funcionários de carreira, pois é o corpo de diplomatas que orienta o trabalho de forma mais duradoura e onde se formam as tradições institucionais. É esse caráter eminentemente técnico, por exemplo, que evita que acordos comerciais entre países sejam interrompidos devido à

²⁸ Atualmente as relações internacionais não são exclusividade do Estado, nem do poder federal. Empresas, Organizações Não-governamentais, conglomerados multinacionais e organizações civis tem um forte papel no cenário externo de um país. Muitas vezes prefeituras e governos de estado possuem secretárias específicas para assunto internacionais que fogem da alçada do Itamaraty.

troca de um presidente por outro. Todavia, o mais importante elemento da política externa parte diretamente da sociedade, das discussões sobre os rumos que um país deve seguir. O Brasil possui heranças fortes no interior do Ministério das Relações Exteriores e uma historicidade formadora de uma compreensão coerente sobre o papel de nosso país no mundo, porém, esses traços históricos não foram esculpidos por indivíduos ou figuras iluminadas e sim a partir de anseios, pressões e demandas sociais e econômicas.

Considerando as questões colocadas, podemos pensar que a política externa possui dimensões muito mais profundas do que o dia-a-dia dos despachos das chancelarias e tem muito mais impacto na vida da sociedade do que costumemente imaginamos. Nas últimas décadas, com a complexificação dos aparelhos estatais, somada ao avanço das tecnologias de comunicação e da velocidade do fluxo de informações em uma trama transnacional, distinguir de forma exata a política interna da externa tornou-se praticamente impossível. Se antes a fronteira geográfica²⁹ bastava para dimensionar “o de dentro” e “o de fora”, o advento da internet e da globalização rompeu essas linhas, trazendo instantaneamente as consequências de um evento internacional para o cenário interno. Atualmente, todos os países estão a mercê dos grandes movimentos globais que trazem consequências internamente e isso faz das relações internacionais uma das mais importantes ferramentas de uma nação para alcançar segurança, estabilidade e prosperidade econômica.

No Brasil dos últimos anos, a política externa teve demasiadas imbricações com o cenário interno, servindo extraordinariamente como combustível da polarização política, principalmente como alimento para a radicalização da direita. As críticas feitas por setores mais reacionários foram, sobretudo, direcionadas aos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investimentos em infraestrutura em outros países da África e da América Latina, concedidos durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2002-2016). Além disso, os setores mais reacionários construíram a ideia de que a condução dos assuntos internacionais durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) foi feita

²⁹ Com isso não queremos dizer que a fronteira perdeu sua importância no debate da política externa. Ela ainda é um motivo de muitas disputas militares e geopolíticas. Porém, como distinção de relações sociais internas e externa, ela tem perdido cada vez mais a sua importância, já que nos relacionamos cada vez mais por meios digitais.

de forma ideológica e distante dos verdadeiros “interesses nacionais”, favorecendo alianças que não eram vantajosas em termos econômicos e promovendo investimentos e parcerias com governos autoritários, como a Venezuela por exemplo.

As mudanças no Itamaraty após a derrubada de Dilma e a posse de Michel Temer (MDB) deram fôlego a esses questionamentos até então setorizados em alas mais radicais da direita. A Política Externa Brasileira (PEB) na rápida passagem dos ministros José Serra e Aloysio Nunes (2016-2018) seguiu questionando o que chamaram de ideologização da política externa dos governos petistas, mesmo ambos os ministros sendo políticos profissionais³⁰ e não diplomatas de carreira como seus antecessores Celso Lafer (2001-2003), Celso Amorim (2003- 2011) e Antônio Patriota (2011-2013)³¹. Com o esfriar do momento pós-*impeachment*, percebemos que a crítica de uma conduta internacional ideologizada era frágil, já que, na gestão Temer, o Itamaraty realizou poucas mudanças, seguindo as linhas dos governos anteriores e mostrando que o discurso ideológico na política externa era mais uma ferramenta da narrativa condenadora do governo Dilma³².

O atual presidente, Jair Bolsonaro, converteu essas críticas em elementos cruciais de sua campanha à presidência em 2018 e ainda mantém essa narrativa antipetista como um dos artifícios quase que diariamente evocados em entrevistas e pronunciamentos para justificar os rumos seguidos pelo Ministério das Relações Exteriores em sua gestão. A política externa de Bolsonaro, no atual momento, é um grande elemento galvanizador que mantém a sustentação de diversos matizes à direita que formam a base de sustentação de seu governo. Com isso, podemos entender que as Relações Internacionais, no atual debate político do Brasil, se converteram num dos principais elementos para o entendimento da crise política interna em nosso tempo presente.

Essas disputas das duas últimas décadas podem ser interpretadas por uma chave interna e uma externa. A primeira, está atrelada às consequências

³⁰ José Serra é um dos mais conhecidos políticos brasileiros e um importante quadro do PSDB. Quando nomeado para o cargo de ministro, era senador por São Paulo. Aloysio Nunes também integra o PSDB e exercia o cargo de senador quando assumiu o Itamaraty. Ambos têm longas carreiras em cargos políticos.

³¹ Ver em SARAIVA, Miriam Gomes. Política externa brasileira 2016/2017: da reversão ao declínio. In: REVELEZ, Lincoln Bizzozero; LUZURIAGA, Wilson Fernández (eds.). Anuario política internacional & política exterior 2016-2017: sacudones ciudadanos, rupturas del mundo anglo-sajón e incertidumbres globales. Montevideo: Tradinco, 2017. p. 283-290.

³² Para observar com maiores detalhes as diferenças entre a política externa do governo Temer e os anteriores ver OLIVEIRA, Cesar Augusto Tavares. A Política Externa do Governo Michel Temer: características e oportunidades de uma política pública negligenciada. Revista Fronteira, v. 17, n. 34, p. 296-309, 2o sem. 2018.

da crise representativa e da descrença no serviço público que se tornou latente e assumiu a sua forma mais expressiva nas Jornadas de Junho de 2013³³. Já a segunda, associa-se aos crescentes movimentos de contestação que surgiram no mundo após a Crise de 2008³⁴. A política externa não ficou de fora do descrédito dado a tudo que fazia parte das competências estatais, principalmente ao que estava relacionado à gestão do Partido dos Trabalhadores, por meio de críticas como as que já comentamos. Ao rompermos com uma visão que desarticula demandas internas de condutas externas - como se as posturas internacionais de um país não tivessem nada a ver com o contexto político doméstico -, fica mais fácil entender como o elemento social e a pressão dos crescentes movimentos da direita populista foram fundamentais para o descrédito e a radicalização da PEB que temos hoje.

Esses pontos candentes do debate sobre o relacionamento do Brasil com o mundo atingiu o ápice nas eleições de 2018, seguindo os rumos da radicalização. É notável o fato de que em reuniões familiares, bares, confraternizações do trabalho, programas de TV e na internet – em vídeos, fóruns, *podcasts* e redes sociais –, a sociedade passou a debater e questionar energicamente as relações do Brasil com a Venezuela, Cuba, China e com os Estados Unidos, além de discutir os posicionamentos diante da União Europeia e dos acordos econômicos que, entre outros temas, se tornaram parte das conversas cotidianas. Mesmo que muitas vezes esses debates sejam superficiais e funcionem para a operação da polarização política, trata-se de um fenômeno que proporciona uma janela de oportunidades para desenvolver discussões que não podem ser desconsideradas.

O propósito desse texto é apresentar como a política externa, enquanto política pública, responde aos anseios da população, criando formas de atender as demandas sociais para além dos debates de chancelaria. Toda política externa formulada perpassa por filtros quando colocada à prova da realidade. Assim, nosso esforço foi direcionado à identificação desses filtros sem separar a dimensão interna da externa, arriscando lançar um olhar histórico pelas múltiplas vias que o poder percorre na política internacional. A ideia central é analisar

³³ Nome dos protestos no Brasil em 2013, principalmente em torno do aumento das tarifas de transporte público nas grandes capitais e que se estenderam por todo o país com diversas bandeiras, como fim da corrupção e descontentamento com os serviços públicos.

³⁴ Crise financeira iniciada entre 2007 e 2008 com a crise imobiliária nos Estados Unidos e que atingiu praticamente todos os países. As Jornadas de Junho estão ligadas às consequências da crise econômica global que propagou de uma série de movimentos populares, como Occupy Wall Street St. e a Primavera Árabe.

ambas as dimensões como processos que sofrem influências recíprocas e que têm consequências profundas nas decisões dos formuladores e na vida dos cidadãos.

A política externa brasileira e as demandas sociais

Quando trazemos a política externa para a esfera das políticas públicas é possível entender o protagonismo da sociedade na sua formulação. Como afirma Carlos R. S. Milani e Leticia Pinheiro, ao reconhecermos que a “formulação e implementação se inserem na dinâmica das escolhas de governo que, por sua vez, resultam de coalizões, barganhas, disputas, acordos entre representantes de interesses diversos” conseguimos aproximar a conduta externa da dinâmica da política cotidiana (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 24).

O envolvimento da opinião pública é um fato notável na construção da Política Externa Brasileira. Políticos brasileiros têm o hábito de tensionar as Relações Internacionais durante momentos sensíveis ou de crise e fazer uso dela como um instrumento poderoso, seja para legitimar ações ou para condenar adversários. Foi assim no Estado Novo (1930-1945), quando Getúlio Vargas barganhou a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados e apostou numa forte propaganda direcionada a sociedade. Já Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi um pioneiro da “diplomacia presidencial”, um tipo de instrumento político-diplomático em que o presidente é protagonista e conduz pessoalmente assuntos internacionais fora da rotina e dos protocolos das chancelarias, tendo a sociedade como legitimadora de suas ações. Kubitschek fez uso desse instrumento na abertura da economia brasileira à indústria automobilística, quando propôs um desenvolvimento associado ao capital internacional na euforia dos “50 anos em 5” (RICUPERO, 2017).

Essas ações se intensificaram ainda mais com Jânio Quadros (1961) no jogo contraditório de exercer uma política interna conservadora e uma política externa arrojada por seu caráter independente em meio ao mundo bipolar da Guerra Fria³⁵, tendo de um lado o mundo capitalista ocidental liderado pelos Estados Unidos e, de outro, o bloco socialista encabeçado pela União Soviética (CHAIA, 1992). Um dos objetivos dessa conduta internacional era justamente atender a uma demanda interna de mercados e angariar recursos para a industrialização,

³⁵ Período demarcado pelos conflitos ideológicos e tensões geopolíticas entre a União Soviética e os Estados Unidos ocorridos entre 1947 até a dissolução da URSS em 1991.

questões que se aprofundaram com o avanço do projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro. Na antecâmara do golpe de 1964, seguindo a trajetória da Política Externa Independente (PEI), o governo João Goulart (1961-1964) enfrentou muitas críticas ao tentar reatar as relações comerciais com os soviéticos. Movida pela febre do anticomunismo, a política externa do período é um dos elementos fundamentais para entender a ampla participação popular no Golpe de 1964 e o apoio dos Estados Unidos aos militares (FICO, 2008).

Na redemocratização, tanto Fernando Henrique Cardoso (PSDB) como Lula foram grandes praticantes da diplomacia presidencial. Ambos se utilizaram de suas figuras pessoais de peso, a do intelectual e a do operário respectivamente, no cenário interno para legitimar ações em âmbito internacional. FHC e Lula fizeram uso dos espaços e dos palcos das grandes organizações internacionais como as Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA), os Fóruns Econômicos Mundiais em Davos e os encontros do G-20³⁶ como palanques para promover e justificar ações internamente, fatos que reverberaram no cenário interno ora como críticas, ora como ganhos políticos (DANESE, 1999).

Em todos esses momentos da história das relações internacionais do Brasil dois traços em comum percorrem os fatos. Primeiro, a presença e a preocupação constantes com a opinião pública na condução da política externa. Segundo, a busca constante pelo verdadeiro “interesse nacional” que permeia os discursos presidenciais e ministeriais. Todos os presidentes agiram ao longo do tempo promulgando a ideia de que atendiam aos interesses do Brasil e de seu povo, mesmo tendo políticas externas profundamente divergentes. Portanto, é elementar que aprofundemos pontos dessa discussão que evidencia os nexos entre opinião pública, “interesse nacional” e política externa.

A ideia de interesse nacional se opõe à de interesse “individual” de um mandatário ou de grupos específicos e privilegiados, e quase sempre aparece como um elemento vigoroso do desenvolvimento das instituições democráticas. Em tese, as urnas seriam, entre outras coisas, uma forma de aferir os caminhos que um país deseja buscar para alcançar seus objetivos internacionalmente. Nesse caso, a política externa de um governo representaria o interesse nacional, seria legitimada pela população e serviria como uma bússola para guiar os di-

³⁶ Grupo de países formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. O G-20 foi formado em 1999 após as sucessivas crises econômicas vivenciadas na década de 1990 e tem por objetivo promover discussões e análises econômicas globais.

plomatas nos rumos pelos quais o Estado deve conduzir suas relações com outros países, sempre em sintonia com as demandas da sociedade. Na realidade, a questão não é tão simples e quase sempre corresponde a uma crença confusa e muitas vezes generalista de que em alguma situação se pode determinar objetivamente a vontade de um povo (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967).

Pensemos no tempo presente. A complexidade da realidade nacional brasileira nos permite interpretar os interesses de classe e dos diversos grupos que influem na política interna a ponto de podermos determinar com clareza o nosso “interesse nacional”? Como encontrar um meio termo entre os objetivos do capital especulativo e de um projeto de desenvolvimento nacional que questione as amarras da dependência econômica? Como conter a alta no preço dos combustíveis sem ser refém das variações do preço internacional do petróleo? Seria possível conciliar os interesses do agronegócio no mercado global sem permitir prejuízos como o aumento substancial no preço da carne que ocorreu no final de 2019? É possível manter o preço do pão francês dos cafés de todas as manhãs importando trigo com o dólar atingindo os maiores patamares dos últimos vinte anos? Em outros termos, os historiadores franceses Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle apontaram que o que se costuma chamar de interesse nacional nada mais é do que uma seleção de interesses sociais que vencem na correlação de forças internas (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967). Ou seja, a política externa está em constante disputa interna.

As duas tendências da política externa brasileira

Quando pensamos no debate sobre o desenvolvimento do Brasil, os anos de 1940 marcaram os primeiros passos na definição do papel da política externa nos projetos de modernização brasileiros. *Grosso modo*, a questão do interesse nacional no Brasil mantém os mesmos traços fundamentais desde o fim da Segunda Guerra Mundial, formando duas tendências sobre a posição do nosso país no mundo. Essas visões surgiram no desmantelamento do Estado Novo (1937-1946), quando um debate pioneiro se vascularizou pela sociedade a respeito de quais seriam os caminhos da modernização e do desenvolvimento econômico, cultural e político do Brasil.

Esse debate foi protagonizado por duas figuras de peso que tentaram dar uma resposta às demandas de seu tempo. De um lado, o industrialista Roberto

Simonsen apresentou a ideia de um desenvolvimento por intermédio da industrialização com forte planejamento e participação do Estado nas decisões estratégicas e na condução das pautas econômicas. Um projeto alinhado com o tempo pós-crise de 1929 e que via na construção de uma sociedade industrial a melhor via para a prosperidade. De outro lado, o economista Eugenio Gudín advogava em favor de uma solução liberal-conservadora, alinhada aos anseios das elites tradicionais, afirmando que a intervenção estatal poderia conduzir o país ao totalitarismo. Ao mesmo tempo, Gudín asseverava a vocação agrária do Brasil e seu papel como fornecedor de *commodities* para países desenvolvidos e afirmava que a indústria brasileira não possuía capacidades de competir mundialmente com as grandes economias. Essas duas interpretações criaram, ao longo dos anos seguintes, duas grandes formas de observar a política externa brasileira, ambas alicerçadas em projetos de desenvolvimento distintos (MARINGONI; GENTIL; TEIXEIRA, 2010).

A ala industrial e nacionalista, que via a política externa de forma mais multilateral, objetivava alcançar mercados independentemente das polaridades criadas pela Guerra Fria. Isso perdurou até o fim da Ditadura Militar, que apesar de momentos de alinhamento acrítico com os Estados Unidos, construiu um caminho próprio de modernização conservadora. Nesse período, as relações internacionais foram vistas como um caminho para posicionar o Brasil como uma das lideranças dos países em desenvolvimento. A segunda via, era a dos americanistas ou “entreguistas” que viam na aliança privilegiada com os Estados Unidos e na liberalização do mercado a única forma de alcançar o desenvolvimento, apostando no aumento da produtividade agrícola e na obtenção de acordos privilegiados com os estadunidenses (MANZUR, 1999).

Dadas as devidas considerações – como o surgimento dos “novos temas”, entre eles, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, guerras comerciais, pandemia etc. – essas linhas mestras do interesse nacional permanecem as mesmas no cenário atual. O debate sobre a posição externa do Brasil segue este movimento pendular. Em alguns momentos, busca uma política externa mais independente, um aumento do poder de barganha que tem como escopo a industrialização e o desenvolvimento de acordos econômicos com diversos países, não necessariamente alinhados aos Estados Unidos. Em outros momentos, esse pêndulo segue na direção contrária e busca uma relação privilegiada com a

grande potência capitalista em acordos e tratados de aliança bilateral, seguindo recomendações de liberalização da economia, abertura de mercados e diminuição do papel do Estado. O diplomata Vasco Mariz fez uma divisão interessante das orientações da política externa brasileira pós-Segunda Guerra com base no movimento pendular da relação Brasil-EUA. O autor demonstra esse movimento ora de aproximação, ora de distanciamento com os estadunidenses:

1º) alinhamento moderado com os EUA (1945-1961); 2º) política exterior independente (1961-1964); 3º) alinhamento excessivo com os EUA (1964-1966º); 4º) alinhamento moderado com os EUA 1967- 1993); 5º) apoio a Cuba contra o bloqueio norte-americano (1993- 1994); e 6º) alinhamento moderado com os EUA 1995-1997, com divergências em matérias comerciais (MARIZ, 1998, p. 128).

Poderíamos acrescentar a essa periodização os anos de 2002 a 2016 com a retomada de uma nova política externa independente no governo do PT que privilegiou os acordos comerciais com a China e a integração latino-americana. Entre 2016 e 2018 ocorreu uma reaproximação, na qual observamos um alinhamento moderado com os EUA e, no atual governo Bolsonaro, é possível identificar o alinhamento excessivo, com alguns episódios vergonhosos em termos diplomáticos, análogo ao que ocorreu nos primeiros anos do governo de Castello Branco (1964-1968), sintetizado na clássica gafe de Juraci Magalhães: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”³⁷.

A política externa de Bolsonaro tem tido uma performance desastrosa. Sua visão de mundo é alicerçada num discurso radical de direita, baseado no negacionismo, na defesa de *factoides*, conspirações e outras inconsistências que distanciam enormemente a política externa das demandas populares. O atual momento no Itamaraty é caracterizado por tensões entre os nomeados politicamente e os funcionários de carreira. Há uma clara falta de um projeto coerente e de longo e médio prazo. Mesmo assim, Bolsonaro, como todos os presidentes antes dele, afirma ter um serviço diplomático que trabalha pelo interesse nacional. Todavia, a seleção construída durante a campanha e a legitimidade em seu governo são carentes de embasamento e são desalinhadas com ideias que

³⁷ Sobre a atuação de Juracy Magalhães no Itamaraty ver FICO, Carlos. O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 155-158.

guiaram a política externa brasileira até o momento. O Ministro Ernesto Araújo, por exemplo, criou um discurso de ruptura com o que definiu como uma “apatia da diplomacia brasileira” diante de um projeto globalista e antiocidental. Alçando a si mesmo à posição de paladino em defesa do mundo ocidental e cristão, o chanceler acredita anunciar uma guinada na política externa brasileira contra “forças ameaçadoras” (cuja existência é questionável). Mesmo com essa narrativa, Araújo não rompeu com o movimento pendular histórico exposto acima, buscando um alinhamento automático com os Estados Unidos³⁸.

As funções da política externa na vida nacional

Dito isso, de que forma podemos dizer que demandas sociais e política externa estão associadas? Como vimos nesse breve histórico de tendências da PEB, ela é dotada de historicidade e remete a práticas e tradições concebidas ao longo do tempo por diversos diplomatas. Porém, outro motor fundamental foi a sintonia com os debates sobre o desenvolvimento econômico e a conjuntura política. Como política pública, sua formulação dependeu da identificação de problemas que atingiam a população e nesse ponto a política externa é versátil e pode agir em várias frentes.

Entre os princípios e tradições da política externa do Brasil está o reconhecimento da soberania dos povos em seus territórios. A diplomacia brasileira defendeu constantemente, ao longo de sua história, a autonomia das nações em decidir sobre seus assuntos internos. Esses conceitos levam ao ideal de não-intervenção, muito característico da política externa brasileira, na qual, costumeiramente, a diplomacia defende que nenhum Estado tem direito de interferir em assuntos de outro Estado, a não ser com o reconhecimento e aval de órgãos internacionais como as Nações Unidas ou a OEA. Além disso, há um compromisso com a solução pacífica dos conflitos. Não se trata de um instrumento de benevolência internacional, o poder também é exercido pelo que nas relações internacionais se chama de poder brando (*soft power*), em contraposição a prática de poder coercitivo (*hard power*), como o exercício de pressões militares ou o uso de armas nucleares³⁹.

³⁸ Algumas das ideias do ministro Ernesto Araújo podem ser encontradas em seu blog Metapolítica: contra o globalismo. Um artigo que demonstra as ideias de Araújo de desprezo pelas tradições do Itamaraty podem ser vistas em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/contr-o-consenso-da-ina%C3%A7%C3%A3o>

³⁹ Esses conceitos foram definidos por Joseph Nye para demarcar tipos de ação internacional, as ideias estão na obra *Soft Power: the means to success in world politics* (2005). O *soft power* seria um poder exercido indiretamente por influências culturais e ideológicas. O *hard power* seria um poder usado de forma direta mediante pressões comerciais ou militares.

Muitos desses princípios foram colocados em prática por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, considerado o patrono da diplomacia brasileira. Ele esteve à frente do Itamaraty entre 1902 e 1912, tendo sido o principal responsável pelas negociações para o estabelecimento das fronteiras com a Argentina, Guiana Francesa, Peru e Bolívia. Nessa época, o Brasil conquistou um território continental sem grandes campanhas militares de conquista territorial contra outras nações. Antônio Carlos Lessa salienta que também foi com Rio Branco que, na República nascente, foram sepultadas leituras românticas das relações com os Estados Unidos e foi gestada uma estratégia de inserção internacional a partir dos laços com a grande potência (LESSA, 2012).

San Tiago Dantas foi outro grande diplomata brasileiro, responsável pela sistematização da Política Externa Independente durante o governo João Goulart. Dantas aprofundou as ações que já vinham sendo feitas no Itamaraty por Afonso Arinos de Melo Franco durante a gestão de Jânio Quadros. Baseado nos princípios de não-intervenção, o Brasil buscou a inserção internacional fora da dicotomia política da Guerra Fria, buscando mercados no bloco soviético. Outro ponto fundamental desse período foi a luta contra o colonialismo e o apoio à independência dos países africanos. Esse modelo tornou-se um paradigma para políticas futuras, principalmente em relação ao movimento pendular que falamos inicialmente sobre o alinhamento com os Estados Unidos.

Rio Branco e San Tiago Dantas se consolidaram, então, como grandes patronos da política externa brasileira, porém, as propostas que ambos construíram advinham de momentos históricos específicos, de anseios e demandas de grupos de interesse e respondiam, cada um a sua maneira, às necessidades da sociedade brasileira naquele período. Por exemplo, a Política Externa Independente, exercida entre 1961 e 1964, reuniu um grande número de diplomatas, tanto à esquerda, como Dantas, quanto à direita, a exemplo de Afonso Arinos. A PEI não foi um projeto, mas um processo histórico, muito ligado à euforia das décadas de 1950 e 1960, quando se construiu uma compreensão de que o Brasil poderia assumir uma posição protagonista no mundo (CERVO; BUENO, 2015). Havia um amplo debate e uma demanda por essa inserção a fim de garantir a aquisição de novos mercados

para os produtos industrializados brasileiros, além de recursos para o desenvolvimento nacional.

Obviamente que fornecemos apenas leves pinceladas sobre a longa trajetória da PEB, apresentando alguns pontos que iluminam as discussões atuais, principalmente sobre as duas tendências que se iniciaram no fim do Estado Novo e seguem até hoje. Nossas relações com os Estados Unidos ainda permanecem como tema candente: buscar uma economia industrializada ou aumentar a produtividade das *commodities* ainda é um paradigma em debate. Isso não quer dizer que as discussões pararam no tempo, novos temas surgem a todo momento, como os novos rumos do Mercosul ou o nosso relacionamento com a China no mundo pós-pandemia. Como lembra Sidnei J. Munhoz, é uma empreitada de difícil solução, já que não há uma linearidade na conduta dos atores internacionais. Geralmente, as relações internacionais são marcadas por aproximações, distanciamentos, cumplicidades, receios, admiração e rejeição (MUNHOZ, 2011).

Partindo da ideia das duas tendências, Cristina S. Pecequilo resumiu bem as formas que elas assumiram no século XXI. A hemisférica-bilateral, muito ligada aos Estados Unidos e a global-multilateral, com projetos de integração regional, como os BRICs, por exemplo. Os anos de 1990 representaram bem essa tentativa de alinhar-se com os Estados Unidos, no mundo pós-Guerra Fria. Já nos anos 2000, a perspectiva global-multilateral ganhou força, mas não abandonou a tentativa de alcançar poder de barganha e autonomia diante da Grande Potência do Norte (PECEQUILO, 2008). De certa forma, é isso que se discute nos debates sobre a PEB. Então, finalmente, qual o impacto dessas decisões na vida dos brasileiros e brasileiras?

A política externa é fundamental para posicionar um país na rede do fluxo de capitais internacionais, criando mercados para seus produtos, abrindo oportunidades de desenvolvimento econômico e garantindo a soberania e a segurança nacional. Um país mal colocado no cenário global perde uma importante ferramenta de desenvolvimento interno que, conseqüentemente, vai impactar na vida de seus cidadãos, tornando produtos essenciais mais caros ou impossibilitando a geração de emprego e renda por falta de investimentos. Portanto, a PEB deve estar comprometida com a promoção do crescimento econômico e com a superação das desigualdades sociais, vinculando-se, assim, ao

interesse das camadas sociais mais pobres.

No século XXI, há ainda o surgimento de novos temas. Uma diplomacia irresponsável também pode provocar guerras e conflitos. O Brasil conseguiu nas últimas décadas se manter longe das rotas do terrorismo internacional praticando uma política de neutralidade e conciliação entre as nações ocidentais e certos países do Oriente Médio, seguindo preceitos históricos de nossa diplomacia. Desde os ataques de 11 de setembro de 2001, o mundo presenciou uma escalada de atentados terroristas causados pela crescente intervenção de países ocidentais no Oriente Médio. Até o momento, o serviço diplomático brasileiro foi muito eficiente em conseguir se manter longe da rota dos ataques do terrorismo internacional, colocando-se em uma posição de neutralidade e de não-intervenção em assuntos internos. Ao contrário disso, Estados Unidos, França e Inglaterra, países que formam a coalização militar nas guerras no Oriente Médio, têm sofrido constantemente com a ameaça terrorista em seu território (CUNHA, 2010).

Outros exemplos do papel fundamental da política externa brasileira que impacta profundamente na vida da sociedade é o combate ao tráfico de drogas, armas e munições. A complexa equação da violência urbana, do tráfico de drogas, das milícias e do crime organizado nas grandes cidades gira em torno do fornecimento internacional de material bélico e entorpecentes que chegam clandestinamente no país. A diplomacia tem papel fundamental no desenho de acordos internacionais conjuntos de combate ao narcotráfico e circulação de armas. A grande maioria dos fuzis e pistolas apreendidos pela polícia nas periferias são provenientes de países estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos, da Rússia e da Alemanha, que chegam ilegalmente por outros países latino-americanos e pelos grandes portos nacionais (BRASIL, 2006).

Apesar desses temas recentes, auxiliar o desenvolvimento econômico segue sendo a primeira grande missão da diplomacia brasileira. Em tempos de crise financeira global por conta da pandemia e de crescimento econômico quase nulo, o Brasil deveria apostar na política externa como um instrumento para angariar investimentos e recursos. O governo Bolsonaro tem seguido um direcionamento de políticas fiscais, redução de gastos do governo como formas de criar um “ambiente de confiança” para os investidores, além da desastrosa administração da crise sanitária. Porém, o grupo que legitima a política externa

bolsonarista é extremamente restrito e não dialoga com os interesses populares e as pautas sociais.

A falta de uma clareza estratégica sobre a política externa é extremamente prejudicial nesse momento, principalmente no que tange as nossas relações com a China e a subserviência aos Estados Unidos. A China é hoje o principal parceiro comercial do Brasil, sendo a responsável pelo superávit em nossa balança comercial. Os chineses compram principalmente *commodities* (grãos e minerais) que tem como escopo atender a grande demanda do mercado asiático (ROSITO, 2016). Portanto, uma política externa conduzida de forma inábil – com direito a acusações polêmicas direcionadas aos chineses por figuras públicas brasileiras⁴⁰– e em dissonância com os anseios da população pode levar o Brasil a se afundar ainda mais na crise econômica.

Praticar uma política externa sem alicerces numa concepção profunda e realista sobre a situação do mundo provoca confusões diplomáticas e degastes desnecessários. Desde o início do mandato, Bolsonaro coleciona constrangimentos internacionais com diversos países. Contudo, o ponto mais grave desse momento é a falta de clareza sobre como devemos nos comportar diante de um momento tão crítico. A política externa atual não se alinhou a nenhum projeto de desenvolvimento a longo e médio prazo e segue alinhada com uma luta política de interesses particulares que destoam da sociedade.

Considerações finais

Percebemos nos últimos anos um envolvimento profundo da política interna nas relações internacionais, inclusive com um questionamento das próprias tradições históricas que foram construídas no interior do Itamaraty em mais de um século de República. Todo esse processo está ligado à radicalização política que vem a ocorrer no Brasil nas últimas décadas, questionando a competência e o papel do Estado na condução de políticas públicas. Como dito no início, não existe um limite preciso que separa a política externa da política interna. O poder político trata de uma mesma dinâmica e não conhece fronteiras. As relações internacionais, nesse caso, são construídas não só no interior das chancelarias, das embaixadas e dos consulados, mas principalmente nas urnas,

⁴⁰ Sobre isto ver: PEREIRA, Vinícius. Empresários chineses se irritam com E. Bolsonaro: falas que 'queimam pontes'. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/19/eduardo-bolsonaro-china-coronavirus-empresarios.htm>. Acesso em 31/05/2020.

nos debates do Congresso e nos movimentos sociais.

Em um regime democrático, política externa é e deve ser também política pública, validada nas urnas. Deve ser pensada dessa forma para que possa atender os interesses da população. Nesse sentido, os diplomatas devem instrumentalizar acordos que visem superar problemas históricos, como a desigualdade e o combate à pobreza. Uma boa política externa é capaz de impulsionar o crescimento econômico, baratear o custo de vida e promover a segurança de seus cidadãos.

Se o interesse nacional é uma seleção de interesses, se faz fundamental que a política externa seja direcionada a atender as demandas das camadas mais pobres, situação da maioria dos brasileiros e brasileiras. A superação das desigualdades sociais, fonte dos grandes atrasos do Brasil, deve ser um dos pontos de partida para pensar a nossa política externa. O Brasil tem capacidade de oferecer ao mundo um inegável conjunto valores diplomáticos que prezam pela paz e pela prosperidade das nações. Esses valores culturais e políticos podem posicionar o Brasil internacionalmente, aumentando nossa capacidade de barganha e de negociação no mundo e conseqüentemente, ampliando nossas possibilidades de resolver problemas internos.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a Investigar as organizações criminosas e o tráfico de armas**. Relatório do Deputado Paulo Pimenta. Brasília, DF, novembro de 2006, 330 p. disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/cpiarmas.pdf>. Acesso em 06 de março de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto promulgado em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Coordenação de Edições técnicas do Senado Federal, 2016.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

CHAIA, Vera. **A Liderança Política de Jânio Quadros (1947-1990)**. Ibitinga: Editora Humanidades, 1991.

CUNHA, Ciro Leal M. da. **Terrorismo internacional e a política externa brasileira após o 11 de setembro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

DANESE, Sergio. *Diplomacia Presidencial: História e Crítica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LESSA, Antônio Carlos. O Barão do Rio Branco e a inserção internacional do Brasil. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília. v. 55, n. 1, p. 5-8, 2012.

MANZUR, Tânia Maria Gomes. Opinião Pública e política exterior do Brasil do Império a João Goulart: um balanço historiográfico. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 42, No. 1, 1999, p. 30-61.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. Opinião pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart: um balanço historiográfico. **Rev. Bras. Polít. Int.** Brasília, v. 42, n. 1, p. 30-61, Junho 1999.

MARINGONI, Gilberto; GENTIL, Denise Lobato; TEIXEIRA, Aloísio. **Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945**. Brasília: Editora Ipea, 2010.

MARIZ, Vasco. A Política Externa do Brasil nos últimos 50 anos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol. 159, N. 398, 1998, p. 127-142.

MILANI, Carlos R. S. PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Revista Contexto Internacional (PUC)**. Vol. 35, n.1 jan/jun 2013, p. 11-41.

MUNHOZ, Sidnei J. Notas Introdutórias ao estudo das relações entre o Brasil e os EUA nos séculos XX e XXI. MUNHOZ, Sidnei J.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos séculos XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2011, p. 9-22.

NYE, S. Joseph. **Soft Power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2005.

OLIVEIRA, Cesar Augusto Tavares. **A Política Externa do Governo Michel Temer: características e oportunidades de uma política pública negligenciada**. Revista Fronteira, v. 17, n. 34, p. 296-309, 20 sem. 2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Rev. Bras. Polít. Int.** Brasília, v. 51, n. 2, p. 136-156, Dec. 2008.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean B. **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

RICUPERO, Rubens. **A Diplomacia na Construção do Brasil (1750-2016)**. Rio de Janeiro: Editora Versal, 2017.

ROSITO, Tatiana. Evolução das Relações Econômicas Brasil-China e perspectivas futuras. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos**. Brasília: FUNAG, 2016.

SARAIVA, Miriam Gomes. Política externa brasileira 2016/2017: da reversão ao declínio. In: REVELEZ, Lincoln Bizzozero; LUZURIAGA, Wilson Fernández (eds.). **Anuario política internacional & política exterior 2016-2017: sacudones ciudadanos, rupturas del mundo anglo-sajón e incertindumbres globales**. Montevideú: Tradinco, 2017.



PARA ALÉM DAS RESPOSTAS SIMPLES: REFLEXÕES SOBRE O DIREITO, A POLÍTICA E O QUE HÁ ENTRE ELES

Andressa Regina Bissolotti⁴⁰

Alice Dandara de Assis Correia⁴¹

Recentemente visualizamos, na mídia, nas conversas entre colegas e familiares, e mesmo no discurso de autoridades, uma percepção restrita e negativa sobre o que seja o universo do político. “A política”, como costuma ser referenciada, é vista como sinal de impureza, de desonestidade, de um problema sem solução.

A partir daí vemos tantas pessoas dizerem “eu não gosto de política” ou “eu já desisti da política”, em meio a debates acalorados sobre quais deveriam ser os rumos do país, ou o que de errado e certo estariam os três Poderes realizando. De maneira geral, é possível perceber que “a política” tem sido identificada e renegada a partir do que chamaremos neste capítulo de o paradigma da “corrupção”: ela se torna sinônimo de desvio, de falha humana, e/ou de erro.

A partir dessa primeira percepção, o Direito é vislumbrado como um elemento externo “à política”, um elemento que seria constantemente desautorizado por ela e que, ao mesmo tempo, é colocado em missão de consertá-la, mesmo que para isto deva, paradoxalmente, deixar de lado a rigidez de algumas de suas previsões. Os defensores do “certo” e algozes da política conclamam assim a estrutura judicial a guardar a política de seus próprios males, e exigem deste Judiciário – e do “Direito” – que assuma uma postura pensada como antipolítica: uma postura neutra, de proteção do que é “certo” e “justo”,

⁴⁰ Doutoranda e Mestra em Direitos Humanos e Democracia pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Professora substituta de Direito Civil na Universidade Estadual de Maringá.

⁴¹ Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal – ICPC. Bacharela em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT). Assessora Parlamentar na Câmara Municipal de Curitiba-PR. Advogada.

de aplicação legítima da Lei.

Por outro lado, e numa percepção oposta à que foi acima enunciada, há quem diga que o problema da política contemporânea seja, na verdade, o Direito. Para estes, a existência de um ordenamento jurídico marcado por garantias constitucionais e infraconstitucionais⁴³ aos grupos vulneráveis se apresenta como um obstáculo às transformações necessárias e ao desenvolvimento econômico.

Nesta segunda percepção, a relação entre o Direito e a política parecem funcionar no que chamaremos de o paradigma da Medusa: o Direito se torna o monstro mitológico, transformando em pedra tudo que é apanhado sob seu olhar. As insatisfações daí surgidas se direcionam à morosidade dos processos de renovação legislativa vividos no Congresso Nacional, assim como, e em especial, ao poder que o Supremo Tribunal Federal possui de, interpretando a Constituição, atravancar leis e decisões que são vistas como necessárias por essa parte da população, ainda que se afastem do que sobre elas dispõe o Direito posto, já legislado.

Em ambas as percepções, uma separação inicial entre “a política” e “o Direito” é afirmada como pressuposto da relação entre as duas categorias; na primeira, a política contaminaria o Direito, afastando-o de sua missão inicial de neutralidade e de guardião da Lei e da Ordem. Na segunda, o Direito desarticulava o potencial político transformador dos debates sociais colocados em disputa, funcionando como instrumento conservador do Estado, a impedir transformações desejadas como necessárias.

Ao enunciar essas duas posições, um paradoxo parece ser desenhado. “Política” e “Direito” emaranham-se substituindo um ao outro em posições que se alternam do “problema” para a “solução”. Se de um lado o papel rígido do Direito é apontado como solução do problema da corrupta política, por outro lado a mesma rigidez jurídica é vista como um problema cuja solução é o papel transformador daquela mesma política.

A partir de um olhar ensaísta que se questiona acerca desse paradoxo,

⁴³ Garantias infraconstitucionais são direitos garantidos expressamente em leis, as quais se encontram hierarquicamente abaixo da Constituição Federal. Dentro do campo do direito trabalhamos com uma teoria chamada “Pirâmide de Kelsen”, que estabelece uma hierarquia entre diferentes normativas. Nesta hierarquia, a Constituição Federal se encontra no topo da pirâmide, por ser a Lei Maior que rege todo o ordenamento jurídico nacional. Abaixo da Constituição Federal se encontram todas as demais leis que, em razão disso, são chamadas de “infraconstitucionais”.

procuraremos pensar neste capítulo quais conceitos de “política” e de “Direito” são colocados em movimento nesses paradigmas, demonstrando que a relação concreta entre esses dois campos, quando deslocados desses conceitos iniciais, parece ser mais complexa do que se anuncia a princípio.

Apresentando os paradigmas

A partir dos dois paradigmas acima e assumindo que a partir deles podemos localizar, ao menos em parte, as percepções cotidianas sobre a política, o Direito e as relações entre eles, é necessário então se fazer uma pergunta fundamental: que conceito de política e de Direito são mobilizados nesses paradigmas?

Em primeiro lugar, “a política” como pressuposta no paradigma da corrupção é vista como elemento de desonestidade e sujidade, capaz de contaminar tudo aquilo com o que entre em contato, devendo por isso ser isolada dos demais campos da vida social. Vemos essa expressão evidente nas recentes discussões acerca do movimento autointitulado “Escola sem Partido”, em que se pretende impedir que professoras e professores abordem questões “político-ideológicas” em sala de aula, se resumindo a passar o conhecimento de forma supostamente técnica e neutra⁴⁴. Para buscar realizar esse filtro prévio sobre os conteúdos escolares, os integrantes do movimento apelam para o Direito, buscando a edição de leis que proíbam tais discussões no ambiente escolar.

Essa postura isola política⁴⁵ e conhecimento bem como política e metodologias educacionais, em uma crença de que na política moraria certa *parcialidade* imperdoável, enquanto no conhecimento, ao revés, encontraríamos a Verdade e a imparcialidade.

⁴⁴ O Movimento Escola Sem Partido surgiu nos idos de 2004, através de um procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, com a principal bandeira de que a educação brasileira havia sido tomada pela “ideologia partidária esquerdista”, configurando-se, segundo Nagib, em verdadeira “doutrinação nas escolas”. O movimento avançou ao longo dos anos e chegou ao seu ápice com a apresentação de projetos de lei em diversos municípios e estados do país – alguns destes, inclusive, foram aprovados, como a Lei 7.800/2016 de Alagoas, que institui o chamado “Projeto Escola Livre” e veda a chamada “doutrinação política e ideológica” nas escolas de todo o estado. Anote-se que em reação a esses projetos de lei e legislações aprovadas foram propostas diversas ações constitucionais no Supremo Tribunal Federal. Uma delas é a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5537, que tem como tema exatamente o “Escola Livre” de Alagoas e que até a data em que estas linhas foram escritas, não havia sido julgado. Outra ação, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 457, foi julgada em abril de 2020, declarando ser inconstitucional a Lei Municipal no 1.516/2015 de Novo Gama-GO, a qual proíbe a chamada “ideologia de gênero”, intimamente relacionada com os temas do chamado “Escola sem Partido”; tal parece indicar que a Corte declarará leis que proíbem previamente determinados conteúdos do ambiente escolar como inconstitucionais. Para aprofundamento da discussão, indica-se os seguintes textos: MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola sem partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro. Revista Direito & Práxis, Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, 2016, p. 590-621; MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Revista Sociedade e Estado. Volume 32, Número 3, Set/Dez 2017, p. 725-747.

⁴⁵ O que se propaganda realizar é a separação entre “ideologia” e “conhecimento”. Mas é possível identificar que há uma certa confusão nessa defesa entre “política” e “ideologia”, procurando-se afastar da escola tudo que possa ser lido como “político”. Se percebe assim que o dito movimento está intimamente relacionado com a crescente ojeriza à política, exatamente no sentido que esta é pensada no paradigma da corrupção, inclusive a partir das relações feitas entre política e esquerda que surgem nesse contexto.

Ora, essa separação pressupõe a existência de verdades incontestáveis, as quais seriam deturpadas mediante uma terrível (e política) doutrinação perpetrada por professoras e professores, que imporiam às crianças suas crenças políticas pessoais. Dificilmente essa visão se questiona, no entanto, como se definem as autoridades com a função de separar a “neutra Verdade” das crenças pessoais dos/as mestres/as e como, portanto, se pode proceder à separação entre a Verdade e a política. Liga-se a ideia de “político”, nesse caso, à ideia de “parcial”, ou mesmo “mentiroso”.

Por outro lado, e ainda no contexto deste paradigma, a política com frequência parece resumida aos processos eleitorais e à atuação nos espaços institucionais autorizados - nos governos e nas casas legislativas -, de forma que tudo parece ter como objetivo interferir nos resultados desses espaços institucionais. “A política” seria a prática “dos políticos”, prática esta identificada como desonesta, caracterizada pela constante troca de favores e por uma reiterada existência de segundas intenções. A política nesse sentido estaria marcada pela presença da corrupção e, por outro lado, pela eterna manutenção do(s) “mesmo(s)”.

Em relação ao Direito, essa “política” apresentaria o constante perigo da deturpação. No paradigma da corrupção, o Direito é frequentemente representado como algo sob assalto. A sujidade da política estaria relacionada com seu constante descumprimento das Leis, cabendo às instituições jurídicas um papel de guardiãs e algozes dessa atividade. Nesse paradigma, vemos operações como a “Lava-Jato”, e outras atuações especialmente no âmbito penal, sendo aplaudidas como exemplares ao buscar limpar, “lavar” a política de sua sujeira.

Nesse sentido, as práticas dos profissionais do Direito responsáveis por essas operações são aplaudidas como heroicas e a percepção seria a de que, pela primeira vez em muito tempo, o Direito finalmente estaria sendo aplicado de forma ‘neutra’. Há uma certa compreensão de que a rigidez da Lei se justificaria para proteger a política de seus males, ao passo que a mesma rigidez é vista como obstáculo quando prevê garantias⁴⁶. O Direito torna-se, assim, um instrumento da Lei e da Ordem, louvável e justificável apenas quando assume

⁴⁶ Um exemplo dessa contradição é o afastamento de garantias existentes no processo penal, para defesa do réu, sob a justificativa de que tal afastamento seria necessário para garantir a aplicação da lei penal. Afasta-se assim a rigidez de uma lei (o Código de Processo Penal), sob o fundamento de se aplicar da forma mais rígida possível uma outra (o Código Penal). Ao fim, o fundamento último que sustenta essa contradição se encontra na percepção de que caberia ao Direito a heroica função de proteger a política de suas fraquezas.

essa postura de “limpeza” da política.

No paradigma da Medusa, tanto política quanto Direito se apresentam de forma ligeiramente diversas, mas intimamente relacionadas com as posturas acima. A política, normalmente identificada como uma “Nova Política”, é representada como algo dinâmico, capaz de buscar mudanças e superar entraves. Passa a ser vista como o espaço do “novo”, como a possibilidade de retomar o crescimento econômico e social do país⁴⁷. Retoma-se uma certa percepção de “soberania do povo”, que ocupando os espaços públicos e se fazendo ouvir diretamente (seja nos espaços virtuais ou físicos), poderia exigir uma reconfiguração instantânea das instituições e de seus papéis.

Neste paradigma, a Medusa é, como afirmado, o monstro jurídico da manutenção. O Direito seria um obstáculo para a realização das mudanças necessárias, a partir de uma percepção corrente de que haveria “direitos em excesso” ou interferências estatais em excesso. Como resultado, propõe-se uma série de mudanças no ordenamento jurídico, como as recentes alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, as mudanças na Previdência Pública, as alterações no Estatuto do Desarmamento, a recente Lei da Liberdade Econômica, Pacote Anticrime, entre outras.

O Supremo Tribunal Federal, em sua função constitucional de fiscalização da adequação das Leis infraconstitucionais à Constituição Federal é visto como obstáculo central, impedindo os avanços tidos como necessários; a própria Constituição Federal, por seu turno, passa a ser visualizada como o exemplar máximo do Direito-Obstáculo, impedindo o “novo” de se manifestar ao amarrar a comunidade política atual a partir de compromissos feitos em outros tempos, ainda que recentes.

Esses desenhos breves são, é claro, precários; em algum nível, simplificam uma série de reações não coerentes em torno do que sejam Direito e

⁴⁷ Esse paradigma tem sido atualmente mobilizado por grupos que tem uma maior proximidade com o pensamento liberal conservador, no sentido de que são liberais na economia, na medida em que desejam cada vez mais um enxugamento do Estado, um Estado Mínimo, porém são conservadores nos costumes, ao levantarem pautas como a defesa da “família tradicional”, contra os direitos de equidade de gênero e de garantia dos direitos LGBTI+, bem como contra outros tantos avanços alcançados em uma política de redução das desigualdades sociais. São, portanto, grupos determinados que, através de uma reapropriação da noção de “soberania do povo” e da suposta apresentação de uma “nova política”, reafirmam conceitos e a manutenção de um status quo da política brasileira, com a novidade de um posicionamento mais extremista de direita. Neste sentido, a política é trazida como método de “limpeza” de um Estado marcado por uma “corrupção recente”, onde existem figuras heroicas capazes de “varrer” a corrupção dita trazida pelos grupos políticos de esquerda, quando no poder. Mas parece-nos que essa não é uma vinculação necessária, sendo possível pensar a alegoria do paradigma da Medusa sendo aplicada a outros grupos históricos, em momentos políticos diversos.

Política, e de qual seja ou deva ser a relação entre ambos. Mas parece-nos útil pensar esses dois paradigmas como exemplares da inquietação atualmente existente sobre essa relação, e buscar apresentar categorias de análise mais aprofundadas sobre os fenômenos, que os desloquem de seu lugar comum e pensem o funcionamento desses paradoxos.

Deslocando as fronteiras do político e do jurídico

Mas afinal, o que é política? O que é Direito? Essas perguntas, feitas de forma tão direta e simples, guardam armadilhas infundáveis. Nas graduações de Direito, é comum que a pergunta “O que é o Direito?” seja repetida incansavelmente aos alunos, especialmente no primeiro ano; estudam-se dezenas de teorias, e a conclusão final parece ser irremediavelmente a mesma: não há resposta que seja capaz de contornar o que seja o Direito definitivamente.

Com a política, acontece coisa semelhante. A mesma pergunta pode gerar diversas respostas, dependendo do interlocutor. Cada corrente filosófica, cada teoria social, parece oferecer uma definição diferente. Como iremos, então, trabalhar estes conceitos jamais finalizados neste capítulo? Ora, realizaremos aquilo que o conhecimento faz de melhor: ao invés de oferecermos respostas simples a perguntas complexas, oferecemos perguntas complexas e respostas inacabadas, que permitam não resolver o problema, mas abrir o caminho para a busca de formas de análise mais suficientes à questão.

Para iniciar o questionamento sobre a natureza da “política” ou, como chamaremos a partir de agora, do (conceito de) “político”, iniciaremos nosso diálogo com Hannah Arendt. A definição do político que a filósofa traz parece de fato nos colocar seus atributos essenciais, motivo pelo qual será particularmente útil.

Pois bem, a autora se questiona: “O que é Política?” e inicia sua resposta com uma percepção basilar: “A política se baseia na pluralidade dos homens⁴⁸” (ARENDR, 2002, p. 07). Para a autora, a política emerge e se realiza no espaço que surge no *entre-os-homens*, ou seja, na diversidade absoluta existente entre

⁴⁸ Note-se que Hannah Arendt usa a expressão “homens” para se referir à “humanidade”, ou seja, ao conjunto de homens e mulheres. A sua definição de política já foi criticada por teóricas feministas anteriormente por esta e outras razões, o que acabaria excluindo certos aspectos da existência política das mulheres, especialmente em sua definição da política como sendo inerente ao espaço público; tal definição corre o risco de ignorar a politicidade da própria organização do espaço privado. Essa crítica é extremamente relevante e deve ser considerada, mas ainda assim se fará uso das categorias da autora nesse capítulo, em diálogo com outras definições, por sua utilidade.

as diferentes pessoas, organizadas pela política a partir de sua igualdade *relativa*.

Esse aspecto fundamental da política, ou seja, o de que ela surge da inafastável conclusão de que convivemos coletivamente com pessoas diferentes (e de que precisamos fazer isso de forma relativamente *organizada*), aparece com frequência nas definições do político. Isso indica que o político parece ser algo além do Estado, ou seja, algo a mais do que os espaços institucionais onde ele teoricamente se realizaria com exclusividade.

Essa reflexão nos trouxe Schmitt (2008, p. 20-21), ao pensar nas definições de Estado e Político como um “círculo vicioso nada satisfatório”, em que a política se define como algo estatal e o Estado se define como um algo político, em uma autorreferencialidade que não resolve o problema da definição de nenhum dos dois fenômenos. Na busca de uma definição do político que escape a essa armadilha, o autor buscará verificar as categorias especificamente políticas, e concluirá que “A diferenciação especificamente política, à qual podem ser relacionadas as ações e os motivos políticos, é a diferenciação entre *amigo* e *inimigo*” (SCHMITT, 2008, p. 27).

O que seja esse *inimigo*, por outro lado, tem para o autor relação direta com a diferença existencial que caracteriza os seres humanos. O “inimigo” para Schmitt é:

precisamente o outro, o desconhecido e, para sua essência, basta que ele seja, em um sentido especialmente intenso, existencialmente algo diferente e desconhecido, de modo que, em caso extremo, sejam possíveis conflitos com ele, os quais não podem ser decididos nem através de uma normalização geral empreendida antecipadamente, nem através da sentença de um terceiro ‘não envolvido’ e, destarte, ‘imparcial’.
(SCHMITT, 2008, p. 28)

O autor faz, portanto, uma diferenciação que para nós deve se entender como fundamental: aquela entre o inimigo *privado* e o inimigo *público*. A primeira decorre de percepções mais pessoais acerca de indivíduos específicos, enquanto a segunda se refere à posição de conflito no espaço do público, na perspectiva da existência de formas antagônicas de existência que não podem ser resolvidas. Não é qualquer oposição entre amigo/inimigo a definir o político,

portanto, mas precisamente aquela que pode ser definida como política: aquela que, como nos diria Hannah Arendt, pode ser compreendida como decorrente da pluralidade do humano.

A existência do inimigo, para o autor, corresponde sempre à potencialidade de um combate. Esse combate não é o combate de ideias, mas o combate propriamente físico, a guerra entendida como o caso *crítico* que subjaz como potencialidade constante da política. O autor esclarece, ademais, que essa real possibilidade de combate “não mais se refere à guerra entre unidades organizadas de povos (Estados ou impérios), e sim à *guerra civil*” (SCHMITT, 2008, p. 34).

Para ele, portanto, a existência política de um povo, ou de um grupo de pessoas, é relevante apenas quando atribui a si a possibilidade de distinguir, através de uma decisão *soberana*, o amigo do inimigo, recortando esse outro cuja existência é incompatível com a própria. Evidentemente que a resposta schmittiana pressupõe sempre a guerra, mas a possibilidade da *decisão* está atrelada a essa resposta crítica. No extremo da guerra, da decisão que busca a eliminação do outro estaria, para Schmitt, a verdadeira natureza do político.

Na necessidade de coexistir com o diferente, bem como na oposição fundamental entre *amigo* e *inimigo* como categoria definidora do político, repete-se assim a percepção de que o político parece ser essencialmente a forma que possuímos de lidar com os conflitos humanos. A forma de lidar com eles, no entanto, à sombra da possibilidade da *guerra civil* de Schmitt, deve ser questionada.

Nesse sentido, parece-nos útil utilizar também as categorias de Mouffe, que em resposta às teorias liberais da democracia e debatendo com Schmitt, pretende construir um pensamento democrático que resgate o que para ela seriam os elementos fundamentais do político: o papel constitutivo do antagonismo na vida social e a dimensão do conflito como irresolúvel no âmbito da politicidade (MOUFFE, 1996).

A partir da matriz conceitual desenhada, é possível identificar o político como aspecto irremediável da experiência humana, na necessária convivência com o Outro que a vida em sociedade impõe. O conflito que daí surge é efeito necessário, de forma que podemos passar a enxergar as estruturas políticas construídas historicamente não como o lócus da política em si, mas como instituições criadas para organizar e gerenciar esses conflitos, dada a impossibilidade de pôr termo a eles, buscando evitar o caso crítico da guerra civil.

É relevante destacar, por seu turno, que a resposta da guerra civil parece ser paradoxal no sentido de que a política levaria, ao cabo, à sua própria eliminação, através da eliminação do *inimigo* e, portanto, da oposição que a constitui. Questiona-se: se a decisão é soberana para distinguir o inimigo e determinar sua eliminação, não pode sê-la também para escolher tolerá-lo?

Daí a definição, também de Arendt, da política como o espaço do milagre, ou seja, como o lócus da possibilidade da criação do novo: de novas formas de organização social, de novas instituições, de novas formas de vida. Esse *milagre* se dá apenas através do desenvolvimento do conflito, no contexto da pluralidade que compõe a humanidade. O que esse milagre seja capaz de construir, o que seja de fato esse “novo”, por seu turno, e qual a sua relação com a existência do outro, depende também de uma postura *ética*, em especial da maneira como a comunidade política *decide* lidar com o conflito.

Ora, se o político é fundamentalmente caracterizado pelo conflito entre a pluralidade de pessoas, a solução definitiva do conflito não é uma possibilidade viável a não ser assumida a viabilidade de se *eliminar* o *inimigo*. É essa a natureza da solução através da decisão soberana preconizada por Schmitt, que afasta a política daquilo que para Arendt seria seu sentido fundamental: a liberdade e a espontaneidade da vida humana.

É nesse diapasão que Mouffe dirá que a democracia, para que se mantenha como tal, requer um compromisso com a manutenção do conflito: requer a transformação do inimigo schmittiano em *adversário*. Se o inimigo é aquilo que ao fim deve ser eliminado, o adversário é aquele a quem reconheço a legitimidade de sua oposição, aceitando com ele disputar, constantemente, a construção de hegemonias que podem ser apenas provisórias, visto que não podem resultar na destruição das posições não-hegemônicas.

A natureza da democracia mouffiana é agonística, exatamente porque calcada na agonia da necessária tolerância constante do Outro, em sua pluralidade. O conflito político permanece existencial, no sentido de que a oposição entre amigo/adversário também não pode ser resolvida. O que transforma o *inimigo* em *adversário*, portanto, não é a natureza da oposição, mas a sim a a decisão: escolho a manutenção do conflito e não a sua eliminação.

A partir disso, é necessário deslocar os sentidos da política nos paradigmas anteriormente delineados. Isto porque, tanto no paradigma da Corrupção,

quanto no paradigma da Medusa, as pressuposições tomadas acerca do que seja a política são, por um lado, negações da natureza do político e, por outro, uma tentativa de resolver o conflito fundante, o que resultaria na destruição da própria política (em especial a democrática).

Em ambos os paradigmas a insatisfação demonstrada com os efeitos da política parecem decorrentes, em primeiro lugar, de seu isolamento dentro dos espaços institucionais e de sua não compreensão como fundamental à experiência humana; apenas a partir desse isolamento é possível que alguém assuma “ter desistido da política”, ou que se possa isolar o “conhecimento” dela. Se a tomarmos pelo sentido que aqui colocamos, intenções como esta não significariam menos do que a desistência da própria experiência de ser humano em conjunto com os demais, ou a negação das características fundamentais dessa experiência, em seus efeitos sobre produtos humanos como o conhecimento.

Em outro sentido, a insatisfação se direciona à impossibilidade de criação de consensos e à dificuldade de assumir a legitimidade da diversidade do Outro, em especial quando seu discurso, ou mesmo sua existência, é um desafio para o consenso que um grupo procura estabelecer. Que os políticos profissionais não ajam apenas por convicção, mas sim através de uma série de concessões, e que os resultados de suas negociações sejam sempre consensos precários e parciais, é uma consequência natural da necessidade de se lidar com o conflito sem destruí-lo. Mas isso pode parecer insuportável para quem espera formas simples de resolução da agonia da diferença do Outro, especialmente buscando afirmar determinados consensos como generalizáveis, quando na verdade dizem respeito apenas ao próprio grupo.

No contexto político atual, vemos a agonia de suportar a precariedade dos consensos sendo colocada à prova; quando determinado grupo social passa a enxergar em suas próprias convicções apenas um conjunto de preceitos inegociáveis e pressupostamente consensuais, o conflito corre o risco de ser decidido através de uma decisão soberana, o que tende à eliminação do inimigo e, com ela, a negação da própria política.

Para melhor assimilar isto, temos de compreender, ainda, que quando pessoas ocupam os espaços públicos (virtuais e/ou físicos) e reivindicam falar em nome do “povo”, exigindo interferências diretas nas instituições e/ou no ordenamento jurídico, o que temos em mobilização é não um povo representativo

e pré-existente, mas a criação concreta, no momento mesmo em que se reivindica essa posição, do que seja “o povo”, de quem o compõe, e de quem, não concordando com aquelas reivindicações, passa a ser imediatamente identificado como o “inimigo” da comunidade política, não a compondo enquanto tal (BUTLER, 2018). Estes, a partir desse momento performativo, sofrem um processo de exclusão que desautoriza previamente sua fala, sua discordância, sua existência enquanto fonte de conflito legítimo em uma sociedade democrática.

Em ambos os paradigmas delineados neste capítulo, podemos visualizar a mobilização das perspectivas aqui colocadas, quais sejam, o isolamento do político e a insistência em ver o político como um local em que se *deveria* atuar ao redor de consensos pressupostos por um grupo que se autointitula “povo”.

As propostas mais radicais que se delineiam em nosso momento como, por exemplo, o fechamento do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal, a interferência do Executivo no gerenciamento das universidades, entre outras propostas semelhantes, parecem exatamente buscar a realização da “decisão soberana”. Parecem também buscar a criação de condições em que esses grupos possam *decidir* e impor sua decisão de forma mais rápida e eficiente, sem que enfrente qualquer resistência.

Trata-se do paradoxo que surge da guerra civil schmittiana: a busca de um governo sem conflito e, portanto, da negação da política. Tal nos leva à conclusão de Arendt (2002, p.07) de que:

Em nosso tempo, ao se pretender falar sobre política, é preciso começar por avaliar os preconceitos que todos temos contra a política (...). No entanto, esses preconceitos não são juízos definitivos. Indicam que chegamos em uma situação na qual não sabemos – pelo menos ainda – nos mover politicamente. O perigo é a coisa política desaparecer do mundo. Mas os preconceitos se antecipam; ‘jogam a criança junto com a água do banho’, confundem aquilo que seria o fim da política com a política em si, e apresentam aquilo que seria uma catástrofe como inerente à própria natureza da política e sendo, por conseguinte, inevitável.

Assim, o momento presente, em que se coloca a política como ‘algo que não se discute’, e em que a única solução possível para seu impasse se apresenta para alguns como a coragem de tomar uma decisão soberana capaz de eliminar o

o entrave que são os opositores, não pode ser visto como a natureza da política; a *natureza* da política seria melhor definida, isso sim, pela permanente manutenção do conflito⁴⁹.

Por fim, como pensar o Direito e sua relação com essa percepção do que seja o político? Ora, é preciso, em relação ao Direito, que se perceba a inviabilidade de isolamento, assim como se percebe no contexto da política. Não porque o Direito seja algo tão amplo quanto a política, mas porque ele mesmo acaba sendo um resultado das formas políticas através das quais uma sociedade procura gerenciar o conflito.

Quando pensamos no espaço que se forma no *entre-os-homens*, nos dizeres de Arendt, é interessante pensarmos como um dos resultados comuns é exatamente a criação de normas que passam a servir como critérios de condutas. A própria autora vai, de maneira geral, se referir à necessária existência de ‘preconceitos’ os quais, em sua definição, parecem se aproximar e muito do que a sociologia e a teoria do direito têm descrito enquanto natureza e função das normas⁵⁰.

Evidente que esses ‘preconceitos’ não são necessariamente normas jurídicas, assim como falar em ‘normas’ não significa necessariamente falar em Direito. Mas de maneira geral é comum iniciar uma definição ligeira do Direito a partir de sua identificação como um conjunto de *parâmetros* de conduta, o que indica igualmente *critérios de julgamento* das condutas que se desviem daqueles parâmetros, inclusive com previsões de sanções institucionalizadas.

Em suma, o Direito é uma realidade normativa que procura estabelecer critérios de conduta no âmbito do lícito/ilícito, embora não necessariamente do certo/errado⁵¹. Diferenciar essa realidade normativa de outras existentes pode ser um caminho tortuoso, mas de maneira geral desenharemos precariamente três elementos: 1. a existência de instituições organizadas e reconhecidas como legítimas que aplicam aquelas normas⁵², de forma que elas se tornem *exigíveis*

⁴⁹ Nisso inclui, diga-se de forma clara, uma nova forma de olhar para o que seja o fenômeno da “corrupção”. Faz parte do paradoxo do político que a corrupção seja, a um só tempo, inaceitável e inevitável. Como tantos conflitos inerentes no político, também o conflito entre o agir no interesse público e/ou individual não parece ter solução final possível, de forma que a solução viável é exatamente a existência de oposições sólidas, seja no âmbito institucional, seja no contexto da sociedade como um todo, já que é constantemente à oposição que cabe o papel de fiscalizar o uso da coisa pública por aqueles que ocupam posições de comando num determinado contexto.

⁵⁰ Nos dizeres da autora, os preconceitos desempenhariam um papel extraordinário no cotidiano e também na política. Nenhum homem poderia viver sem preconceitos, visto que isso exigiria um estado de alerta sobre-humano (ARENDETT, 2002).

⁵¹ A diferença existente entre as normas jurídicas e as normas morais é uma das querelas fundamentais da Teoria do Direito e em alguns casos mesmo da Sociologia do Direito. Diversos autores procuraram diferenciar esses dois universos normativos, a partir de uma imensa variedade de critérios, a depender das teorias.

quando descumpridas⁵³; 2. uma certa capacidade da maioria dos membros de uma comunidade de reconhecer, mais ou menos espontaneamente, a natureza jurídica de uma norma⁵⁴, diferenciando-as de outros conjuntos normativos existentes e 3. um caráter relativamente *deliberativo* dessas normas, no sentido de que elas resultam de processos mais ou menos solenes⁵⁵.

Ora, se podemos definir o Direito, de forma precária, como um conjunto normativo socialmente identificado como legítimo e válido, de que forma pensar o local reservado ao Direito em nossos paradigmas?

Em primeiro lugar, é preciso aduzir que tanto no paradigma da Corrupção quanto no da Medusa, o Direito é insistentemente isolado da política (visto como um elemento externo), ao mesmo tempo em que sua existência e funcionalidade passam a ser avaliados tendo esta como parâmetro de forma imediatista.

Como vimos, no paradigma da Corrupção, o Direito é heroico ao condenar, mas obstáculo ao oferecer garantias; da mesma forma, no paradigma da Medusa, o direito é visto como o obstáculo ao avanço do “novo”, como o monstro mitológico ao gravar em pedra o passado, amarrando o presente e impedindo a construção de um novo futuro. Em ambos os casos, o Direito é, portanto, avaliado a partir de sua utilidade para as pretensões políticas dos grupos que procedem à análise.

Ora, é preciso inverter o paradoxo colocado pelos paradigmas, demonstrando que há relação ali onde se pressupõe isolamento, e que é preciso defender a especificidade do jurídico ali onde se pretende, por outro lado, eliminá-la

⁵² Nos aproximamos aqui, em algum sentido, da posição enunciada por Durkheim, que diferencia as regras jurídicas das morais a partir da existência, para as primeiras, de um processo maior de deliberação para sua instituição, implicando em punições estabelecidas *a priori* e aplicadas por um conjunto de especialistas em caso de descumprimento (DURKHEIM, 2016).

⁵³ Aqui remetemos também à teoria pura do direito de Kelsen (2009, p. 71) para quem: “O Direito só pode ser distinguido essencialmente da Moral quando (...) se concebe como uma ordem de coação, isto é, como uma ordem normativa que procura obter uma determinada conduta humana ligando à conduta oposta um ato de coerção socialmente organizado (...)”.

⁵⁴ Dialogamos, aqui, com o chamado realismo jurídico. Um representante notável da teoria realista do direito é H. L. Hart; para ele, um sistema jurídico seria composto, para além de normas de conduta (normas primárias), também de normas que forneceriam critérios para a identificação de quais são as normas jurídicas (as chamadas normas secundárias, ou ‘normas de reconhecimento’). Essas regras possibilitam às autoridades legítimas a identificação das normas jurídicas a serem aplicadas nos casos que lhes são levados à análise, mas também orientam de maneira geral a percepção dos cidadãos comuns acerca de quais regras devem ser obedecidas por serem tomadas como jurídicas. (HART, 2001).

⁵⁵ Dessa última disposição pode ser relativamente afastada se não se está diante de ordenamentos jurídicos democráticos. Mas ao menos nestes, é possível afirmar, de forma geral que “o direito é aquilo que um povo estabeleceu, solenemente (ou seja, respeitando certas formalidades), para se reger a si mesmo” (HESPANHA, 2009, p. 88-89). É claro que permanece, aqui, a perspectiva de que esse estabelecimento não pode ser nunca visualizado como um consenso último, mas apenas precário, tendo em vista as discussões feitas acima sobre a não estabilidade do conceito de ‘povo’. Por outro lado, mesmo em ordenamentos jurídicos não democráticos, a instituição das normas jurídicas permanece acompanhada de solenidades na grande maioria das vezes, ainda que se realize a partir de decisões unilaterais de um líder, ou o conjunto deles.

através de sua instrumentalização pela vontade política imediata.

Vejamus que de forma originária o Direito não pode ser pensado como elemento externo à política; isso porque, sendo “aquilo que um povo estabeleceu, solenemente para se reger a si mesmo” (HESPANHA, 2009, p. 88-89), o Direito é a cristalização da política de um dado presente, que se debruça sobre o futuro na natureza de compromisso histórico de uma comunidade política para consigo mesma e para com as futuras gerações.

Se o Direito pode ser pensado, assim, como o resultado de uma escolha política de uma dada comunidade, é preciso deslocar sua percepção como *obstáculo*. Isso porque, por trás da sensação compartilhada por certos grupos sociais, de que ele se apresenta como a Medusa que petrifica o avanço da história, deve-se identificar o fato de que a escolha política que o institui opta, ela mesma, por colocá-lo como uma defesa contra os futuros excessos momentâneos que esta mesma comunidade possa a vir enfrentar. Quer dizer, parece insuficiente identificar nele o olhar da Medusa, quando a Medusa, em si, constitui-se pela própria política em um momento constituinte originário⁵⁶.

O Direito não é, assim, um elemento externo à política no sentido que não pode ser compreendido senão como fenômeno, ele mesmo, político; mas não pode ser visto, igualmente, como fenômeno a ser dobrado às vontades políticas imediatas, visto que isto desconstituiria a natureza normativa que lhe é atribuída pela própria comunidade política ao instituí-lo.

Essa natureza normativa parece ter um objetivo fundamental: a de conter o arbítrio do poder, estabelecendo *a priori* limites que não poderiam ser ultrapassados. Não à toa, como nos indica Hespanha (2009, p. 91): “as posições antilegalistas têm constituído um sinal característico da política do direito de Estados autoritários, para os quais a lei (ou as constituições) (...) podem ser sempre um embaraço ao arbítrio do poder”. Ao fim e ao cabo, as relações que se estabelecem entre os fenômenos do Direito e da política parecem ser muito mais complexas do que tendemos a imaginar. Em resposta aos paradigmas da Corrupção e da Medusa, anunciados no início deste trabalho, melhor seria pensar

⁵⁶ Ao tratar do ‘momento constituinte originário’, está-se a dialogar com as teorias constitucionalistas, a pensar o momento originário da formação da Constituição como a inauguração de uma determinada forma de organização político-social a qual, no constitucionalismo contemporâneo, vai muito além do que a mera previsão da organização do Estado, envolvendo frequentemente a realização de uma série de compromissos axiológicos, portanto éticos. Tal fenômeno pode ser visualizado em nossa Constituição atual, que vai muito além do que apenas organizar o Estado e as formas de funcionamento de suas instituições, prevendo valores a nortearem a comunidade política.

essas relações no que poderíamos nomear de paradigma de Ulisses, no sentido de que poderíamos visualizar um determinado ordenamento posto⁵⁷ como as amarras feitas por uma comunidade a si mesma, com a intenção de resistir ao canto das sereias ao passar por águas conturbadas⁵⁸.

Considerações finais

O problema que se coloca, ao se chegar a essa conclusão, é até que ponto compromissos feitos por uma comunidade política do passado, podem efetivamente amarrar a comunidade política do presente e do futuro, especialmente nos momentos mais necessários, ou seja, quando se está diante da agudização da natureza conflitual do político, através da transformação do adversário em inimigo, e da vontade de sua aniquilação e, portanto, da aniquilação do próprio político.

Neil Maccormick define os seres humanos como ‘usuários de normas’ (2007), ao demonstrar o fato de que todas as comunidades humanas possuem normas para orientar os próprios comportamentos, bem como os julgamentos que fazemos dos comportamentos alheios. Embora essas normas possam ser sentidas como espontâneas e *naturais*, pensar a política como aquilo que surge no *entre-os-homens* nos permite visualizar a construção e manutenção dessas normas como o resultado dos processos políticos fundamentais da experiência humana.

É nesse aspecto que parece se encontrar a melhor percepção acerca da relação entre Direito e Política; não se trata da forma como um é capaz de corromper ou obstaculizar o outro, mas da forma através da qual o Direito surge como os compromissos feitos por uma comunidade política para si mesma. Se é assim, e como espaço do *milagre* que é, não há ordenamento jurídico capaz de proteger definitivamente a política de si mesma ou, como nos diria Jon Elster (2009), esse Ulisses coletivo parece sempre capaz de se libertar.

Se a libertação dessas amarras significará processos de expansão da comunidade política (no sentido da inclusão e do acolhimento de novos membros), ou de restrição dela (no sentido da eleição de novos inimigos, e, portanto, sua exclusão), são os processos históricos que irão nos dizer. Mas, como nos disse

⁵⁷ E em especial uma determinada realidade constitucional.

⁵⁸ Essa referência é feita tendo como inspiração a obra “Ulisses Libertado”, de Jon Elster (2009).

Hannah Arendt, esses processos históricos não precisam ser vistos como um resultado externo a simplesmente nos submeter: mas aquilo que surge da nossa própria convivência com os demais, aquilo que se forma no vínculo que existe entre o nós-e-os-outros, um resultado em constante disputa.

REFERÊNCIAS:

- ARENDDT, Hannah. **O que é política?** 3. Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas:** notas para uma teoria performativa de assembléia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão social do trabalho.** São Paulo, EDIPRO, 2016.
- ELSTER, Jon. **Ulisses liberto:** estudos sobre racionalidade, pré-compromisso e restrições. São Paulo, Editora Unesp, 2009.
- HART, H. L. A. **O conceito de Direito.** 3. Ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- HESPANHA, António Manuel. **O caleidoscópio do Direito:** o Direito e a Justiça nos dias e no mundo de hoje. 2 ed. Coimbra, Edições Almedina, 2009.
- KELSEN, Hans. **Teoria pura do Direito.** 8. Ed. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2009.
- MACCORMICK, Neil. **Institutions of Law:** an essay in legal theory. New York, Oxford University Press, 2007.
- MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola sem partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, 2016, p. 590-621;
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 32, Número 3, Set/Dez 2017, p. 725-747.
- MOUFFE, Chantal. **O regresso do político.** Lisboa, Gradiva Publicações, 1996.
- SCHMITT, Carl. **O conceito do político/Teoria do Partisan.** Belo Horizonte, Del Rey, 2008.



A SEXOPOLÍTICA EM UGANDA (1950-2014): UMA HISTÓRIA POLÍTICA

Alisson Cruz Soledade⁵⁹

No dia 26 de janeiro de 2011, David Kato, militante e organizador de grupos de luta pelos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais (LGBTI) em Uganda foi assassinado enquanto retornava para sua casa na periferia de Kampala. A polícia, inicialmente, afirmou que o crime havia sido consequência de uma tentativa de roubo e, posteriormente, associou os criminosos à sexualidade de David ao classificar o homicídio como crime passional. No entanto, Val Kalende, também militante da causa LGBTI em Uganda, afirmou que a morte de Kato era consequência do ódio implementado pelos missionários evangélicos americanos (GETTLEMAN, 2011).

De fato, durante o governo de George W. Bush (2001-2009), os evangélicos estadunidenses passaram a desempenhar um importante papel político em Uganda ao pautarem os critérios da alocação de verbas das políticas de combate ao HIV promovidas pelo governo americano e por realizarem missões evangelizadoras no país africano que acabaram por intensificar as perseguições à população LGBTI ugandense. Contudo, a história dos abusos sofridos por LGBTI's em Uganda remontam à colonização britânica e aos efeitos coloniais da criminalização da sodomia no Código Penal de 1950 (GARRIDO, 2016; STABILE, 2015), que passaram a ser revistos nas primeiras décadas do século XXI com a intenção de tornar as punições ainda mais severas.

⁵⁹ Doutorando em História Global do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-DS). Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em História e Culturas - DÍCTIS (UECE) e integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História - LEGH/UFSC.

Diante disso, discutirei aqui como as políticas promovidas em Uganda em torno do sexo foram produzidas a partir de articulações que ultrapassavam as fronteiras geográficas do país e a sua condição colonial. O objetivo não é fazer uma análise pormenorizada dos códigos jurídicos e dos tratados internacionais sobre os Direitos Humanos LGBTI, mas demonstrar que as políticas sexuais em Uganda foram promovidas, inicialmente, através do exercício de poder colonial durante a colonização e como a sua atualização na contemporaneidade se realizou a partir de articulações políticas entre evangélicos americanos e ugandenses.

Assim, a sexopolítica aqui será entendida como o processo de disputas entre as instituições, os grupos religiosos e a sociedade civil, tornando “os órgãos chamados de sexuais, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes” (PRECIADO, 2011, p. 11) personagens centrais nas disputas pela definição das políticas governamentais e das relações sociais. Nesse sentido, será discutido como as relações de poder, fundamentadas na colonialidade (QUIJANO, 2009), estruturaram a sexopolítica em Uganda.

A história sexopolítica de Uganda compreende, então, tanto as definições normativas promovidas na colonização britânica, percebidas no código penal de 1950, quanto a influência política do governo estadunidense de George Bush e dos evangélicos na luta por definição das políticas sexuais na segunda metade do século XX e no início do XXI.

A colonização britânica e as leis de sodomia em Uganda

A regulação do sexo e a centralidade do tema em Uganda remetem ao período de colonização no final do século XIX quando o território ainda era conhecido internacionalmente como Buganda, nome de um dos reinos tradicionais que o compunha. Missionários anglicanos ingleses estavam presentes em Buganda desde o século XVIII, mas foi com a expansão colonial europeia no continente africano no século XIX que os cristãos passaram a exercer influência decisiva na região (DAMASCENO, 2015).

Para os colonizadores cristãos, as práticas sexuais que não correspondiam à norma judaico-cristã, que impunha o relacionamento entre o homem e a mulher como o padrão delimitado por Deus, eram consideradas pecado e atentado à ordem natural. Assim, relações entre homens, sexo anal, sexo oral

e vínculos afetivo-sexuais entre mulheres eram práticas concebidas como violações contra a natureza. Retirados da Bíblia e inseridos na sociedade ugandense a partir do trabalho de missionários anglicanos e católicos, os termos sodomia e relação antinatural foram utilizados na construção dos códigos penais que viriam a fundamentar a penalização de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais em Uganda. Um vocabulário cristão, disseminado na colonização e utilizado na produção do aparato normativo que tornou legal a perseguição dessas pessoas:

É no império britânico que se introduz, pela primeira vez, uma penalização por atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo [Humam Rights Watch, 2008]. A introdução da legislação contra sodomia acontece, definitivamente, com a adoção do Código Penal, em 1950, ainda sob domínio colonial britânico (GARRIDO, 2016, p. 99).

De acordo com Stabile (2015), na produção do Código Penal Indiano (CPI) no final do século XIX pelos colonizadores, sobretudo com a criação do artigo 377, houve a caracterização dos delitos concebidos como não naturais e das punições cabíveis, sendo essa a primeira experiência de sistematização normativa da criminalização que acabou por se disseminar por outras colônias e influenciar seus códigos penais, a exemplo de Uganda. O artigo definia então que cometia o crime aquele ou aquela que “voluntariamente tenha relações carnis contra a ordem da natureza com qualquer homem, mulher ou animal” (STABILE, 2016, p. 41) e a punição poderia ser da prisão por 10 anos até a prisão perpétua, além do pagamento de multas. Essa lei, nomeada de *Sodomy Law* ou Lei de Sodomia, ganhou um “novo capítulo” com a criação do código penal de Queensland, uma colônia britânica australiana, que previa a punição da prática, assim como o código indiano, e a aprofundava ao normatizar a penalização das tentativas de crimes de ofensas não naturais (STABILE, 2015, p. 42).

A influência dos dois códigos penais foi decisiva para a criação de uma linguagem que viria a pautar o código penal ugandense de 1950:

145. Crimes não naturias:

Todo indivíduo que – tiver conhecimento carnal de qualquer pessoa contra a ordem da natureza, manter relações sexuais com animais; ou permitir que um homem tenha relação sexual com ele contra a ordem da natureza, comete um crime e é passível de pena de prisão perpétua.

146. Tentativa de cometer crimes não naturais:

Qualquer pessoa que tentar cometer qualquer um dos delitos especificados no artigo 145 comete um crime e é condenado à prisão por sete anos.

148. Práticas Indecentes:

Qualquer pessoa que, seja em público ou em privado, cometer qualquer ato considerado atentado violento ao pudor com outra pessoa ou procurar outra pessoa para cometer qualquer ato indecente com ele ou com ela, seja em público ou em privado, comete um crime e é condenado à prisão por sete anos. (UGANDA apud STABILE, 2015, p. 45).

Conforme Garrido (2016), a permanência desse código penal após a independência em 1962 e a promulgação da constituição ugandense de 1995 apresentam contradições significativas no que diz respeito aos direitos humanos, pois a conservação da criminalização das práticas consideradas antinaturais contradiz os artigos principais da constituição. Ele argumenta que a constituição de 1995 apresenta uma posição progressista, visto que nela está contida a proibição de qualquer tipo de discriminação, além de declarar a igualdade entre os indivíduos perante a lei e sua proteção. Ela seria a salvaguarda da igualdade “em todas as esferas da sociedade política, econômica, social e cultural; o direito à vida, na medida em que ninguém pode ser arbitrariamente privado desta; o respeito pela dignidade humana” (2016, p. 100), além da “não sujeição a tratamentos desumanos e degradantes; o direito à privacidade, da pessoa, da casa e da propriedade; o direito à família e à liberdade na constituição da família” (idem, *ibidem*).

No entanto, esse conflito que se apresenta como contradição é a marca da colonialidade do poder no sistema jurídico-político ugandense. Diferente da colonização, processo de invasão, conquista, dominação e administração do território, mas que se “encerra” com as lutas por independência e libertação, a colonialidade é um processo mais profundo e que permanece ativo como poder estruturante das sociedades no pós-independência. Para Aníbal Quijano (2002), a colonialidade do poder é a colocação da ideia de raça como o padrão atual de classificação e dominação social. Assim, mesmo outros marcadores sociais da diferença, como gênero e sexualidades, afetados profundamente pelos processos de dominação, exploração e opressão, sofrem com o modelo implementado pela noção de raça produzida pela Europa no processo colonial, isto é,

a concepção de indivíduo que distingue as pessoas e as caracteriza a partir dos pares antagônicos: humanos e não-humano, superiores e inferiores, racionais e irracionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos, normais e anormais.

Baseada na concepção cristã de humanidade, a caracterização dessas práticas, e por consequência das pessoas LGBTI, como antinaturais e anormais, encontrada no código penal, demonstra o não reconhecimento da humanidade desses grupos. Para que a constituição ugandense fosse decisiva para alterar esse “status”, seria necessário que houvesse uma definição exata sobre os direitos humanos das pessoas LGBTI e sobre a proibição de discriminações baseadas na orientação sexual e na identidade de gênero. No entanto, o que se encontra na constituição de 1995, como aponta o próprio Garrido, é um discurso universalizado. A universalização generalista mantém aberto o espaço, desta maneira, para que o código penal de 1950 permaneça como um ativo importante para os grupos que concebem as orientações sexuais não-heterossexuais e das identidades de gênero não-cis como anormais e perigosas.

Diante disso, a configuração das relações sociais na colonização que culminavam com a produção das normas jurídicas punitivas das sexualidades não normativas, seguiam a forma do modelo de hierarquização da vida, da exploração e perseguição e violência contra aqueles considerados anormais e, deste modo, perigosos. Essa colonialidade do poder é a força produtora e sustentadora no pós-independência da permanência “naturalizada” da percepção normativa da heterossexualidade como única sexualidade admissível e, por consequência, do uso do código penal de 1950 para a regulação da homossexualidade, lesbianidade e da bissexualidade.

A sexopolítica em Uganda, que teve em sua primeira fase a definição das práticas sexuais não normativas como criminosas, então, é uma condição produzida pela colonialidade do poder, de tal forma que gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais foram nomeados/as, hierarquizados/as e criminalizados/as por não estarem conforme às normas judaico-cristãs coloniais produzidas durante a dominação britânica, mas que ainda sofrem com as permanências desse poder, sobretudo, pela sua atualização neocolonial provocada pela entrada em cena dos evangélicos estadunidenses na política de Uganda na década de 1980.

A influência americana na sexopolítica em Uganda

Para entender a ascensão da influência do governo americano nas políticas sexuais em Uganda, é necessário apresentar o processo de instabilidade política pela qual o país africano passou após o processo de independência e que tornou possível a emergência dos americanos como atores importantes no plano político institucional e na sociedade de uma maneira geral.

Após a independência em 1962, Uganda passou por uma série de golpes de Estado e sucessões de suas lideranças. Entre 1962 e 1971 foi governado por Milton Obote num regime que se encerrou com o golpe militar cometido por Idi Amim Dada (DAMASCENO, 2015). O militar instaurou um regime violento e autoritário, mas com uma diplomacia que inicialmente contava com o apoio do Estado de Israel e dos britânicos e, após o rompimento com as forças ocidentais, com o financiamento dos países árabes e da Líbia. Amim conseguiu permanecer no poder até 1979. Depois da sua queda, os conflitos étnicos e os efeitos das políticas autoritárias dos seus presidentes anteriores causaram uma guerra civil que perdurou até 1986 quando o Movimento de Resistência Nacional, liderado por Yoweri Museveni, assumiu o controle político de Uganda (KANTER, 2015).

É importante salientar que as forças internacionais permaneceram intervindo na política de Uganda no pós-independência. Britânicos e israelenses apoiaram o golpe de Idi Amim, pois Obote estava planejando uma política de nacionalização das empresas estrangeiras. Posteriormente, com a fuga dos apoiadores de Obote para a Tânzania, Amim buscou ajuda militar dos seus apoiadores para invadir o país vizinho, mas não obteve a resposta desejada. Descontente, implantou um processo de nacionalização das terras, empresas e bens de estrangeiros em Uganda, culminando na expulsão de 80 mil pessoas e no rompimento final com as forças israelenses e britânica (DAMASCENO, 2015; KANTER, 2015). Estrategicamente, Amim aproveitou a oportunidade para se aliar aos árabes e à Líbia de Muammar Al- Gaddafi. Eles passaram a dar o suporte financeiro e militar desejado por Idi Amim até 1979, quando as forças tanzanianas invadiram Uganda e tomaram Kampala. A interferência de países estrangeiros persistiu com a ascensão de Museveni após a guerra civil e um novo agente passou a exercer uma influência definidora das políticas sexuais em Uganda:

Museveni abandonou seus ideais socialistas, sendo convertido ao Consenso de Washington [...] seu plano de recuperação econômica foi baseado em promover exportações, estabilizar preços e desburocratizar negócios. Outros pontos importantes foram a reconstrução da infraestrutura nacional, negligenciada e danificada pela guerra civil; e promover o retorno de asiáticos expulsos por Idi Amin em 1972, indenizando-os e restituindo bens confiscados, além de promover a imigração de indianos em geral. Tais políticas o tornaram reconhecido por governos europeus e dos EUA como um aliado confiável (KANTER, 2015, p. 54).

Foi nesse contexto que os americanos passaram a exercer maior influência em Uganda. Se as políticas neoliberais receitadas no Consenso de Washington passaram a pautar a economia e as políticas públicas de saúde ugandenses, uma influência indireta passou a ser exercida através do trabalho de missionários evangélicos que disseminaram valores conservadores, acentuando, desta maneira, o clima de hostilidade para com as pessoas LGBTI.

A implementação da política pública de saúde de combate à transmissão do HIV realizada pelo governo de Museveni foi batizada de ABC (*abstinence, be faithful and condom*)⁶⁰. Ela seguia a cartilha desenvolvida pela direita cristã⁶¹ estadunidense que tinha a intenção de impor valores morais como instrumento capaz de conter as infecções por HIV.

A primeira proposta política de abstinência se iniciou na década de 1980 nos Estados Unidos durante o governo de Ronald Reagan. Seu governo financiou iniciativas de abstinência e executou a lei *Adolescent Family Life*, nascida da alteração e versão rebatizada do projeto chamado Lei de Castidade (ALVIM, 2020), mas abstinência como política de saúde primordial ganhou força nos EUA apenas após a eleição do republicano George W. Bush em 2000. Cristão, republicano e apoiado pelos evangélicos, Bush solicitou o aumento da

⁶⁰ Abstinência, fidelidade e camisinha, respectivamente.

⁶¹ De acordo com Ribeiro, “a direita cristã imprime um olhar da sociedade norte-americana sob as lentes das escrituras sagradas e, além disso, utiliza a política como uma ferramenta para a consolidação dos ideais de nação e de sociedade a partir de seus respectivos preceitos ideológicos. Em números absolutos, os representantes desta classe conservadora se intitulam como a ‘maioria moral’ que em tempos de eleições conseguem se articular e conseguir votos [...] importantes nomes da coalizão cristã ajudaram na consolidação da estrutura de pressão e poder incluindo Lobby direto na porta dos congressos, conselhos decisórios de lideranças, grande eficiência em arrecadação de fundos e grande apelo para a rede comunicativa, seja em emissoras de TV, rádio e até a utilização dos milhares de Igrejas espalhadas pelos Estados Unidos. George W. Bush e outros importantes nomes da política norte-americana venceram apoiando e sendo apoiados por essa estrutura” (2018, p. 27).

verba para o departamento responsável pela distribuição dos financiamentos de combate ao HIV (GOES, 2012) e Mike Pence, congressista republicano do Estado de Indiana, declarou no congresso:

Esta semana ouvimos o presidente descrever uma visão misericordiosa que colocaria uma prioridade nos valores do povo norte-americano. Abstinência e fidelidade marital, acima da distribuição de preservativos, são a cura para o que aflige as famílias na África. É importante que não mandemos apenas dinheiro, mas valores que funcionam (GOD..., 2013, 26min)

Diante disso, os países que negociaram com os EUA e aceitaram as regras do financiamento impostas por ele “foram obrigados a destinar um percentual importante dos recursos, algo em torno de 30%, para áreas voltadas exclusivamente para abstinência e fidelidade” (GOES, 2012). Em Uganda, onde inicialmente o discurso moralista da abstinência sexual e da fidelidade marital eram parte de uma política de contenção que também colocava a distribuição de preservativos como uma das práticas fundamentais, essa pressão provocou uma mudança severa nas políticas de saúde.

Foi a partir das pressões colocadas pelo governo Bush que a ordem das letras no ABC passou a ter um peso cada vez maior em Uganda. James Kigozi, diretor de Comunicação da Comissão de Aids em Uganda chegou a afirmar que “nossa estratégia é um pacote em que camisinhas são apenas a terceira escolha” (ZANINI, 2008) e o presidente Museveni passou a defender que Uganda não poderia mais ser uma sociedade de preservativos, sendo necessária uma atenção maior a abstinência e a fidelidade marital. Assim, em 2010 foi noticiado que em Uganda “apenas 25% da população sexualmente ativa nas áreas urbanas usa com regularidade a camisinha. Nas áreas rurais, onde vivem 80% das pessoas, o índice cai para perto de zero. O governo não faz questão nenhuma de elevar esses números” (ZANINI, 2008).

Enquanto no setor político institucional a direita cristã que alavancou Bush provocou alterações na saúde pública de Uganda, no plano das relações sociais os evangélicos norte-americanos ajudaram a construir um clima favorável e contribuíram diretamente para a produção do projeto de Lei Anti-homossexualidade que almejava tornar ainda mais rigorosa a punição para LGBTI's.

Rede política evangélica e a Lei Anti-homossexualidade

No dia 24 de fevereiro de 2014 o presidente de Uganda Yoweri Museveni promulgou uma lei que tornava a homossexualidade crime passível de prisão perpétua em caso de reincidência. Produzida pelo deputado David Bahati, que era ligado ao governo, a chamada Lei Anti-homossexualidade ou *The Anti-homossexuality Act* começou a tramitar no parlamento de Uganda em 2009 e previa, inicialmente, até mesmo a pena de morte:

condensava em si toda a homofobia que tinha caracterizado o panorama político da última década no país. Entendiam os seus redatores que a legislação de que o Uganda dispunha não lhe permitia fazer face às ameaças internas e externas à família tradicional heterossexual. Propunha-se este projeto a erradicar da sociedade ugandesa qualquer relação consentida entre adultos do mesmo sexo e a proibição dos grupos da sociedade civil que trabalhassem com pessoas LGBTI, na medida em que tal era entendido como “promoção” da homossexualidade (GARRIDO, 2016, p. 261).

Essa tentativa de controle e perseguição das pessoas LGBTI e das organizações políticas foi traçada por uma rede política evangélica que ultrapassava as fronteiras de Uganda. Ela foi responsável por propagar discursos que criavam um clima hostil em Uganda que viria dar sustentação à proposta. Essa rede era composta por Scott Lively (americano), Stephen Langa (ugandense), Martin Ssempe (ugandense), James Buturo (ugandense) e Lou Engle (americano) e serviu como suporte para David Bahati produzir o projeto de lei em 2009.

Desde o início, a proposta gerou uma grande repercussão internacional. Barack Obama, presidente dos Estados Unidos na época da introdução do projeto de lei, criticou o projeto e em 2014 afirmou que “promulgar esta legislação vai complicar o nosso valorizado relacionamento com Uganda” (HOLLAND, 2014). Contudo, o papel dos evangélicos americanos na construção do clima político, das articulações políticas e no financiamento de instituições que pautaram a criação dessa proposta de lei ficou oculta.

A proposta de lei foi acompanhada por uma enorme campanha de desmoralização, depreciação e violência contra LGBTI's e contra as organizações de luta pelos direitos humanos dessas pessoas. Realizada em rede pelas igrejas ugandenses e por agentes e missionários evangélicos estadunidenses, através

de emissoras de televisão, jornais e eventos públicos, a propaganda “anti-homossexualidade” se baseou na prática de revisionismo e desinformação para promover um pânico moral⁶² como instrumento de consolidação de seu projeto.

Scott Lively foi um dos responsáveis pela combustão de ódio contra a população LGBTI em Uganda. Nascido no Massachusetts, Lively começou a sua militância conservadora ainda nos EUA no final da década de 1980 quando se converteu em uma igreja evangélica. Em 1995, após conseguir seu diploma em direito e doutorado em Teologia, ele escreveu a obra revisionista *The Pink Swastika: Homosexuality in the Nazi Party*⁶³, na qual alegava que a causa da perseguição dos nazistas aos judeus era religiosa, visto que o judaísmo condenava a homossexualidade. A jornalista Mariah Blake (2014) noticiou, assim, que suas ideias ganharam abrigo em grupos da extrema-direita nos Estados Unidos, nos países do Leste Europeu e em Uganda.

Lively esteve a primeira vez no país africano em 2002 para falar em conferência sobre anti-pornografia e retornou mais algumas vezes a convite dos pastores Stephen Langa e Martin Ssempe. Em 2009 se reuniu com parlamentares, trocou e-mails com Bahati, fez sugestões na confecção do projeto de lei (BOUTICHIE, 2019), ministrou palestras e participou de conferências e de programas de televisão, disseminando seu revisionismo sobre o holocausto e sobre os supostos perigos da presença de homossexuais e ativistas de direitos humanos LGBTI em Uganda, chegando a afirmar que os Direitos Humanos não deveriam ser estendidos para essas pessoas:

Durante sua viagem à Uganda, Lively também se dirigiu a mais de 50 membros do parlamento. Na semana seguinte, a organização Family Life Network de Stephen Langa o convocou para um seminário. Quando os participantes entraram na sala de reuniões, eles passaram por uma mesa empilhada com os textos escritos por Lively e os DVD's de seu discurso na conferência. O objetivo do encontro, segundo o moderador, era revisar os conteúdos da conferência e 'apresentar um caminho a seguir'. Ele pediu aos participantes que compartilhassem suas lembranças do evento anterior e um jovem se

⁶² O termo pânico moral passou a ser utilizado na sociologia para caracterizar a atuação e o discurso de pessoas que compreendem o comportamento de um grupo social como uma ameaça para toda a sociedade.

⁶³ “Suástica rosa: A homossexualidade no partido nazista”, Tradução livre.estrutura” (2018, p. 27).

levantou: ‘O homem de Deus nos contou sobre a origem de tudo isso’ [...] ‘Ele disse que há um movimento que está por trás da promoção da homossexualidade, e é chamado de ‘movimento gay. Ele nos disse que é mais sério do que jamais pensamos. Eu nunca tinha ouvido falar disso. Mas então eu soube que existe uma força por trás da homossexualidade e que precisamos atacar com força também’. Isso foi seguido por uma enxurrada de reivindicações incendiárias, muitas delas inspiradas no discurso de Lively (BLAKE, 2014).

Foi nesse seminário que James Buturo, Ministro da Informação e Comunicação, conheceu Lively, o bispo norte-americano Don Schmierer, da *Exodus International*, e Lee Brundidge e os convidou para palestrar em escolas e universidades (NAGAMINE, 2014).

O Ministro Buturo e os pastores Stephen Langa e Martin Ssempe, foram então os responsáveis por levar Scott Lively para Uganda e abrir caminho para que suas ideias se disseminassem pelo país através de conferências como essa e com a divulgação dos livros. Langa, seguindo o modelo revisionista, passou a declarar que os movimentos LGBTI’s americanos foram fundados por um jovem soldado “alemão-americano” que se tornou molestador de crianças e Ssempe passou a utilizar em seus cultos fotografias de *fisting*, *anilingus* e *coprofilia* retiradas da internet com o discurso de que aquelas práticas correspondiam ao comportamento dos homossexuais e que o projeto político dos movimentos LGBTI’s era recrutar crianças e jovens para assumir o controle político e destruir as famílias ugandenses.

Uma das formas recorrentes de evocar a defesa da família e de Uganda realizada pelos pastores foi a afirmação do caráter estrangeiro-colonial da homossexualidade, sendo assim, segundo eles, um atributo não-africano. De acordo com Simidele Dosekun, estudiosa das relações de gênero, feminismos e das sexualidades não-normativas no continente africano, esse tipo de discurso “repousa na premissa de que existe um lugar intrinsecamente único chamado África [...] se implica um tipo de natureza ou espírito africano intrínseco e, assim, imutável, que caracterizaria ou mesmo definiria tudo que é africano” (DOSEKUN apud REA, 2017, p. 13). O que os pastores fizeram foi jogar com as memórias traumáticas do processo de colonização e dos seus efeitos nas guerras civis, articulando, desse modo, um sentimento de defesa nacional com um

programa moral fundamentado na colonialidade do poder.

Nesse sentido, o pânico moral produzido por esses agentes políticos ganhou abrigo na sociedade ugandense, que é majoritariamente cristã. Desde as missões anglicanas iniciadas no século XVIII e da chegada dos católicos no século XIX, os reinos colonizados passaram por um intenso processo de conversão e, no presente, a população de Uganda é composta por mais de 70% de cristãos entre católicos e protestantes (GLOBO, 2015).

É necessário destacar, contudo, que o exercício de poder dos grupos cristãos em Uganda não é definido apenas pela permanência dos grupos anglicanos e católicos. No início dos anos 2000, a influência cultural promovida pelo campo cristão ganhou um novo capítulo com a entrada em cena dos missionários evangélicos estadunidenses, sendo a *International House of Prayer* – Casa de Oração Internacional (IHOP) uma das instituições cristãs mais atuantes em Uganda.

A Casa de Oração é uma denominação pentecostal que iniciou a sua atuação missionária em Uganda no início dos anos 2000. Em uma reunião exibida no documentário *God Loves Uganda*, Jono Hall, diretor de mídia da IHOP nos Estados Unidos afirmou que “o objetivo da sua missão é servir os crentes locais, fortalecer uma cultura de oração e levar o evangelho aos não-crentes. Parte do trabalho consiste em construir uma comunidade lá” (GOD..., 2013, 08min).

Assim, muitas bases missionárias foram criadas em Uganda para que missionários americanos formassem evangelistas locais. O casal Jesse Digges e Rachelle Digges, responsáveis pela base de formação missionária *Digges*, afirmaram respectivamente que, “viemos aqui para criar uma *Casa de Oração* e treinar missionários [...] Deus tem o que gosto de chamar de exército de jovens [...] mas não são um exército militar, quero deixar isso claro. Eles não têm armas, mas Bíblias” (GOD..., 2013, 24 min) e “Uganda tem uma posição muito estratégica. 50% da população tem menos de 15 anos. É uma nação jovem [...] podemos multiplicar nesses jovens eles podem alcançar multidões, podem alcançar nações (GOD..., 2013, 24 min).

O trabalho missionário realizado pela IHOP em Uganda apresentava as mesmas considerações feitas por Mike Pence sobre a disseminação de valores morais como abstinência e crítica às pessoas de sexualidades não-normativas. Lou Engle, um dos líderes mais influentes da IHOP, republicano e criador do movimento *The Call* ou “O Chamado”, realizou um culto em 2010 colocando a

homossexualidade, o aumento da imoralidade e a deterioração moral como temas centrais das orações. Em declaração antes do evento, após sua ida para Uganda ser criticada por ativistas dos direitos humanos, Engle afirmou que ele e o movimento *TheCall* não sabiam da existência do projeto de lei (HUDSON, 2011), no entanto durante o evento em Kampala ele manifestou que:

Sabemos que a igreja em Uganda tem sofrido imensa pressão. Nós sentimos a mesma pressão e senti que TheCall deveria se unir à igreja de Uganda para encorajá-los e dizendo que estão tendo a bravura de lutar pela justiça na Terra. E eu descobri que as ONG's, as Nações Unidas e a UNICEF iriam promover uma agenda que a igreja de Uganda não queria para esta Nação, mas eu acredito que Uganda se tornou um marco zero, não por terem buscado isso, mas Deus os levou a se imporem e lutarem pela justiça. Dos EUA nós oramos. Pedimos sabedoria para o governo de Uganda. Pedimos coragem para lutar (GOD..., 2013, 51 min).

No mesmo documentário, Engle afirmou que ficou sabendo do projeto de lei semanas antes da viagem para o evento quando foi confrontado sobre a sua ida. Além das contradições de Engle, o mais importante é perceber que sua pregação em Kampala em 2010 repete as ideias disseminadas por Scott Lively, como a atuação das ONG's e da ONU na promoção de uma agenda gay, assim como reproduz o discurso de segmentos homofóbicos de sociedades africanas de que a existência de LGBTI's na África é uma invenção colonial estrangeira.

O pânico moral disseminado pelos evangélicos americanos e ugandenses teve como consequência não somente a produção da Lei Anti-homossexualidade. Em 2010, o jornal ugandense *Rolling Stone* publicou fotos e divulgou endereços de pessoas apontadas gays, tendo como título “Enforque-os” (BBC NEWS BRASIL, 2011). Uma das pessoas expostas foi David Kato. Ele processou o jornal, mas o efeito da campanha não pôde ser contido. Como já foi apontado, David Kato foi assassinado em 2011. Mesmo com as denúncias dos ativistas de direitos humanos e do processo sofrido pela *Rolling Stone*, em 2014 o jornal *Red Pepper* publicou uma lista com 200 nomes de pessoas tidas como LGBTI (BAHIA NOTÍCIAS, 2014) expondo e tornando ainda mais vulnerável a vida dessas pessoas em Uganda.

Antes de ser assassinado, David Kato deu uma declaração sobre o papel dos evangélicos no aprofundamento da violência contra gays, lésbicas, bissexuais,

transexuais e intersexuais em Uganda:

Meu nome é David Kato. Trabalho com organizações LGBT que prestam serviços para lésbicas, gays, bissexuais transexuais e intersexuais em Uganda. 85% por cento dos ugandenses são cristãos e 12% são muçulmanos. A maior parte da população é muito religiosa. Estas pessoas foram doutrinadas, sofreram muita lavagem cerebral, desde a infância para odiar as pessoas dessas orientações sexuais. Elas passaram a ser mais provocadas quando as igrejas pentecostais dos EUA começaram a ensinar pessoas e, acredito, começaram a pregar o ódio. Quando os evangélicos norte-americanos chegaram aqui disseram que estávamos recrutando crianças e fizeram que o país todo nos odiasse. Eles não tinham mais abertura nos lugares de onde vinham. Não podiam pregar esse tipo de homofobia a ninguém. As pessoas têm mentes livres, sabem o que querem, mas quando eles vêm pra cá, está região, este país é tão, tem muita abertura. E os norte-americanos quando pregam o ódio aqui, esquecem que estão pregando para pessoas que fazem a lei com as próprias mãos (GOD..., 2013, 59 min).

Nesse sentido, a fala de David é bastante significativa por sinalizar a condição colonial da sexopolítica em Uganda. A educação voltada para a repressão e o ódio das sexualidades não-normativas pelos cristãos como um fenômeno mais antigo e a atualização nesse cenário provocada pela entrada em cena dos evangélicos norte-americanos. A colonialidade produziu a abertura de espaço e deu palco para que cristãos brancos dos Estados Unidos transitassem e promovessem o pânico moral em Uganda. Há aqui a articulação entre uma colonialidade e sua atualização neocolonial. A primeira encontrada na abertura e a segunda na reorganização das relações entre ugandenses a partir das políticas sexuais. Assim, um país que estava cindido, com histórico de guerra civil de caráter étnico no pós-independência se uniu em torno do ódio contra LGBTI's no início do século XXI.

Considerações finais

Práticas sexuais e orientações sexuais possuem história. No caso de Uganda no início do século XXI, essa história pode ser contada pela tentativa de tornar lésbicas, gays, homossexuais, transexuais e intersexuais como inimigas

por atores políticos aliados ao governo, lideranças religiosas e imprensa. Para entender como esses atores políticos se organizaram para promover essa campanha de criminalização, é necessário prestar atenção na articulação de redes políticas e de influências que ultrapassavam as fronteiras do país africano e se ater às características coloniais desse processo.

Os evangélicos produziram uma ativa rede de atuação para a disseminação do pânico moral e para a construção da lei Anti-homossexualidade. Enquanto a condição colonial do Código Penal de 1950 previa a criminalização de uma prática entendida como antinatural, anormal, com a entrada dos evangélicos estadunidenses e ugandeses o foco passou a ser o sujeito. Não mais a prática é anormal, mas o sujeito se tornou anormal e a prática se tornou um agravante. O sujeito caracterizado como anormal foi colocado como um perigo para toda a sociedade e passou a ser visto como inimigo. Tornar gays, lésbicas, transexuais e intersexuais como inimigos da sociedade serviu como instrumento de consolidação do poder de Museveni em um país dividido e com uma história recente de conflitos étnicos.

Mas a sexopolítica não ficou restrita ao controle punitivo proposto pelos agentes da política moral baseada na religião. Houve interferências da direita cristã americana, através do governo de Bush, nas políticas de saúde em Uganda causando mudanças profundas na maneira como o sexo era discutido no país africano e alterando o modelo de combate ao HIV.

Assim, evangélicos americanos e ugandenses se aliaram para o desenvolvimento de uma sexopolítica que proporcionava lucros políticos para ambos. Os políticos e pastores ugandenses que compunham a rede conseguiram apoio financeiro de igrejas americanas e as lideranças evangélicas americanas conseguiram ocupar um espaço de influência na política ugandense. Do mesmo modo, o presidente Museveni, ao aceitar as regras impostas no governo Bush, recebeu verbas para execução das políticas públicas de saúde pautadas pela direita cristã e, assim, manteve o apoio dos pastores ugandenses para a permanência na presidência de Uganda, além de utilizar a política anti-LGBTI como estratégia de apaziguamento das diferenças étnicas.

Portanto, uma história política da sexopolítica em Uganda deve estar atenta ao cruzamento das articulações de grupos nos níveis locais e transnacionais, as características coloniais da sexopolítica e, sobretudo, apontar a concreticidade

com que essas políticas afetavam a vida das pessoas. No caso de Uganda, a sexopolítica promovida pelos cristãos tem causado perseguição, criminalização e assassinatos, como o de David Kato.

REFERÊNCIAS:

ALVIM, Mariana. Abstinência sexual: as disputas e os resultados das políticas para adolescentes nos EUA que inspiram governo Bolsonaro. **BBC News Brasil**, São Paulo, 15 de jan. de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51043161>. Acesso em: 15 de jan. 2020.

APÓS Uganda criminalizar homossexualidade, jornal publica lista de gays. **Bahia Notícias**, Salvador, 25 de fev. de 2014. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/estadao/noticia/26795-apos-uganda-criminalizar-homossexualidade-jornal-publica-lista-de-gays.html>. Acesso em: 20 de jan. 2020.

ATIVISTA Gay que processou jornal anti-homossexuais é morto em Uganda. **BBC News Brasil**, São Paulo, 27 de jan. de 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/01/110127_uganda_ativista_gay_morto_rw. Acesso em: 15 de fev. 2020.

BLAKE, Mariah. Meet the American Pastor Behind Uganda's Anti-gay Crackdown. **Mother Jones**, San Francisco, 10 de mar. de 2014. Disponível em: <https://www.motherjones.com/politics/2014/03/scott-lively-anti-gay-law-uganda/>. Acesso em: 03 de fev. 2020.

BOUTICHIE, Jessica. Globalizing Hatred. **Harvard Political Review**, Cambridge, 15 de mar. de 2019. Disponível em: <https://harvardpolitics.com/covers/globalizing-hatred/>. Acesso em: 03 de fev. 2020.

DAMASCENO, Yuri Wicher. **Conversões e negociações**: um estudo dos relatos de missionários protestantes da Church Missionary Society em Uganda-África (1876–1890). 2015. 115f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.

EM Uganda, Papa honra mártires cristãos como exemplos de fé. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 de nov. de 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/religiao/em-uganda-papa-honra-martires-cristaos-como-exemplo-de-fe-18168950>. Acesso em: 11 de fev. 2020.

GARRIDO, Rui. Ativismo LGBT num campo político hostil – uma leitura dos movimentos ativistas no Uganda. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 31, p. 95-114, 2016a. _____, The anti-homosexuality Act, 2014: legislação anti gay e a ameaça aos direitos humanos da população LGBTI no Uganda. **II Congresso Internacional Dimensões dos Direitos Humanos** (II CONDIM), 2016b. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/12157>.

GETTLEMAN, Jeffrey. Ugandan Who Spoke Up for Gays Is Beaten to Death. **The New York Times**, New York, 27 de jan. de 2011. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/01/28/world/africa/28uganda.html>. Acesso em: 05 de fev. 2020.

GOD Loves Uganda. Direção: Roger Ross Williams, Produção: Julie Goldman; Roger Ross Williams. Variance Films, 2013, 83 min, 1 DVD.

GOES, Ângela. ‘A política de Bush para o controle da Aids na África causou mais prejuízos que benefícios. **O Globo Online**, Rio de Janeiro, 10 de jan. de 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/a-politica-de-bush-para-controle-da-aids-na-africa-causou-mais-prejuizos-que-beneficios-3632724>. Acesso em: 05 de fev. 2020.

HOLLAND, Steve. Obama adverte Uganda sobre lei anti-gay. **Reuters**, Toronto, 16 de fev. de 2014. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/worldNews/idBRSPE-A1F02720140216>. Acesso em: 15 de jan. 2020.

HUDSON, Waymon. American Evangelical Lou Engle Promotes ‘Kill the Gays’ Bill at Sunday’s Rally in Uganda. **Huffpost**, California, 25 de maio. de 2011. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/american-evangelical-lou_b_560819. Acesso em: 16 de jan. 2020.

_____, TheCall Uganda: Anti-gay American Evangelical Going to Inflammate Hate in Uganda. **Huffpost**, California, 06 de dez. de 2017. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/thecall-uganda-anti-gay-a_b_558890. Acesso em: 16 de jan. 2020.

KANTER, Marcelo de Mello. **Política Externa e Integração na África Oriental: Um Estudo sobre Uganda, Tanzânia e Quênia**. 2015. 149f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NAGAMINE, Renata Reverendo. Os direitos de pessoas LGBTI em Uganda: redes transnacionais de Advocacy e a Lei Anti-homossexualidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 92, p. 273-302, 2014.

ORTUNES, Leandro. Religião e o discurso político neoconservador nos Estados Unidos. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, Ano XII, n. 141, p. 82-89, 2013. ISSN 1519-6186.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, jan. 2011. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100002/18390>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-118.

RIBEIRO, Gabriel de Almeida. **A influência da “Bible Belt” estadunidense na política externa dos Estados Unidos durante o governo de George W. Bush (2001-2009)**. 2018. 655f. Dissertação (Relações Internacionais) – Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

REA, Caterina Alessadra. Sexualidades dissidentes e teoria queer pós-colonial: o caso africano. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 145-165, 2017.

STABILE, Lucas Mota. **A proteção internacional dos direitos humanos de LGBTI ´S a partir da criminalização da homotransexualidade em Uganda**. 2016. 79f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Centro Universitário de Brasília, Universidade, Brasília, 2016.

ZANINI, Fábio. Religiosa, Uganda usa moralismo contra a Aids. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 de jul. de 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0607200813.html>. Acesso em: 07 de fev. 2020.



NOVAS POLÍTICAS CULTURAIS PARA O CARNAVAL DE SALVADOR E O DECLÍNIO DAS ESCOLAS DE SAMBA

Rafael Lima Silva Soares⁶⁴

Com o final do desenvolvimento da dissertação de mestrado intitulada “As escolas de samba da Cidade do Salvador” algumas questões ficaram em aberto, assim, respeitando a necessidade de retornar para pesquisa, resolvi reescrever uma pequena parte do último capítulo desse trabalho. Esse trecho reescrito visa entender e expor os discursos acerca do carnaval das escolas de samba, publicados nos jornais durante a década de 1970. Além de pontuar essas falas, o objetivo também é expor e discutir as intencionalidades contidas nesses discursos. Em se tratando de um período de declínio do modelo de desfile de escolas de samba em Salvador, quase todas as citações vão caracterizar esse momento final de presença desses grupos festivos no carnaval soteropolitano.

Ao longo da vida as escolas de samba, assim como diversas outras atrações carnavalescas de sucesso, recebiam a atenção e os destaques das páginas de jornais no período de carnaval. Elogiadíssima durante os anos 1960 e início dos anos 1970, o formato de pequenos carros alegóricos, samba-enredo, desfiles de baterias e demais noções ligadas às escolas eram comentadas, apresentadas e fotografadas por quase todos os jornais da capital baiana, seus itinerários registrados, momentos do desfile e da apresentação no centro da cidade comentados. Durante a década de 1960, era normal os jornais pontuarem as disputas entre as escolas e os concursos (desfiles e apresentações) como sendo o ponto

⁶⁴ Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL), Cachoeira - Ba. Graduado em Licenciatura Plena em História pela UNEB (Universidade do Estado da Bahia), Campus V Santo Antônio de Jesus - Ba.

alto do carnaval da cidade, porém, ao final da década de 1970 o discurso dos jornais começa a mudar e diversas críticas são publicadas às escolas.

Em 1964, o Departamento Municipal de Turismo e Diversões Públicas se transforma em Departamento Municipal de Certames e Turismo, pouco tempo depois torna-se “Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador” (SUTURSA). Um dos papéis da SUTURSA é normatizar os concursos de afoxés, batucadas, escolas de samba e demais manifestações no carnaval soteropolitano. A SUTURSA também cabia coordenar as diversões e os grupos carnavalescos, com regras, regimentos, organizações de horários e trajetos, além de prestar ajudas financeiras. Em 14 de novembro de 1968, no governo de Luiz Viana Filho, a empresa de turismo do estado da Bahia é constituída. Este órgão primeiramente ficou subordinado à Secretaria dos Assuntos Municipais e Serviços Urbanos. Em 1971, ele passa a integrar a Secretaria da Indústria e Comércio, algum tempo depois denominada Indústria, Comércio e Turismo. Em meados da década de 1970, a “Bahiatursa” passa a coordenar e a organizar o carnaval de Salvador, lidando diretamente com os horários de apresentação e desfile dos grupos, bem como, concessão de auxílios e assumindo todas as antigas responsabilidades da SUTURSA.

Assim, os órgãos conectados ao turismo e às diversões públicas tinham a responsabilidade de organizar a festa carnavalesca e seus diferentes divertimentos. Fazer valer as regras dos concursos, a quantidade de pessoas associadas em cada grupo, as posturas que poderiam ser assumidas (ou não) na avenida, ou mesmo definir horários e locais onde (e por vezes como) cada grupo poderia se apresentar no carnaval da cidade. À SUTURSA e, posteriormente a Bahiatursa, era o braço da prefeitura de Salvador que tinha como objetivo orquestrar a festa e definir regimentos para os diferentes grupos carnavalescos da cidade, sejam eles afoxés, fanfarras, blocos ou trios. Em suma, eram esses órgãos responsáveis em dizer o que podia, e o que não podia, nos circuitos carnavalescos na cidade.

No primeiro momento, após essa breve introdução, trarei algumas definições acerca do que eram as escolas de samba soteropolitanas, algumas noções pontuais de desfiles, características definidoras, bem como dados acerca do contexto de seu surgimento e sobrevivência em meio ao carnaval da cidade na segunda metade do século XX. Os jornais (*Diário de Notícias, A Tarde,*

Tribuna da Bahia, Correio da Bahia, dentre outros) expunham anualmente as políticas culturais adotadas para o carnaval da cidade, seja em forma de programação, guia, atividades ou regimentos, além disso os jornais apresentavam por vezes as ações para concretizar tais políticas. Em um segundo momento trarei as falas dos jornais já em um cenário de declínio desse modelo de carnaval proposto pelas escolas, é também nessa etapa do texto que farei algumas considerações acerca dessas falas. Em um terceiro e último momento, do texto apresentarei uma breve conclusão.

Busco compreender as intencionalidades políticas das falas de agentes públicos, seja servidores da secretaria de cultura e turismo, além de cronistas carnavalescos, jornalistas e personalidades públicas que se ocuparam em orquestrar a festa. Sejam eles secretários da SUTURSA (Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador) ou apenas figuras públicas influentes e requisitadas na organização da festa. O intuito desse texto é revisitar não só o término das escolas de samba pelas opiniões publicadas em revistas da época, mas também apontar como a opinião pública e a dos encarregados políticos (funcionários da prefeitura ou não) mudaram de acordo com interesses e perspectivas econômicas e culturais.

O carnaval das escolas de samba

Nos bairros, nas primeiras décadas do século XX, o costume carnavalesco prezava pela construção de grupos de festividades mais simples, baseados em uma organização em fila indiana, com instrumentos percussivos feitos de barrica e coro de jiboia, onde os participantes, geralmente maioria masculina, visitavam bairros trajando fantasias simples cantando e tocando. Nos bairros, além das batucadas, forma mais comum de diversão popular carnavalesca, havia os corsos e as charangas. Os instrumentos de Os instrumentos de fanfarra, percussão e sopro também tinham certa popularidade, porém as escolas de samba jamais tiveram sopro.

Organizada em fileira, a primeira escola de samba da cidade “Ritmista do Samba” nasce graças à influência dos carnavais cariocas. Rádios, revistas e jornais já retransmitiam o costume carioca de desfilar em escolas de samba. Porém, a Ritmistas, assim como as outras grandes e pioneiras escolas de samba da cidade (Filhos da Liberdade, Filhos do Tororó, Juventude do Garcia, etc.)

possuíam uma estreita relação e influência com os demais grupos carnavalescos existentes na cidade.

Os carnavais vividos nos bairros pelas batucadas foram a gênese das primeiras agremiações. As primeiras escolas surgiram através das batucadas, corsos e charangas de bairro da primeira metade do século XX. A mudança da estrutura garantiu um novo formato de apresentação, mas houve a preservação de alguns dos ritmos, instrumentos, fantasias, etc. Alguns dos bairros e localidades da cidade como o Garcia, Tororó, Liberdade e Ladeira da Preguiça foram importantes para a manutenção dessas agremiações, uma vez que, moradores, especialmente populares desses locais, eram a base dos foliões associados e responsáveis na construção do desfile e apresentações no centro da cidade. Era também nessas localidades onde se manifestavam esses grupos carnavalescos, especialmente com os ensaios para a arrecadação de renda.

Nesse sentido, as indumentárias, os temas dos desfiles, a utilização do samba como musicalidade, a estruturação dos primeiros carros alegóricos, os instrumentos percussivos, entre outras características, foram resultados da congregação das manifestações carnavalescas soteropolitanas com as expressões carnavalescas cariocas.

Duas das mais importantes escolas da cidade foram a Juventude do Garcia (1961) e a Filhos do Tororó (1963). Juntamente com a Ritmistas do Samba (1957, a primeira escola de samba soteropolitana) deram início a um ciclo de expansão do modelo que contou também com: Diplomatas de Amaralina, Amigos do Politeama, Escravos do Oriente, Filhos do Morro, Filhos de Maragogipe, Unidos do Vale do Canela, Filhos do Sossego, O Abafa, Filhos do Ritmo, Acadêmicos do Ritmo, Juventude da Cidade Nova, Deixe que Diga, Vigilantes do Morro, Farrista do Morro, Unidos do Gantois, Juventude do Tanque, Recordação da Mangueira, Amantes da Orgia, Filhos de São João, Sai na Frente e Bafo de Tigre, entre outras.

Em 1966 foram estabelecidas oficialmente as disputas anuais de primeiro e segundo grupo. Os critérios eram relativos à qualidade da alegoria, fantasias, coreografia, bateria e composição. Já os desfiles ocorriam nas ruas no centro da cidade no circuito “Campo Grande - Praça da Sé”, e a apresentação era realizada em um palco após o desfile. Nesse palco, construído na Praça da Sé, cada ala de cada escola se apresentava para os jurados e centenas de pessoas

que assistiam ao espetáculo. A chegada da abastada Diplomatas de Amaralina (1966), juntamente com o estreitamento das relações entre os carnavais do Rio de Janeiro e Salvador (alguns membros da diretoria das escolas foram ao carnaval carioca, ou pesquisaram intensamente a lógica da disputa carioca), bem como o sucesso do novo formato de disputa em Salvador, impulsionaram as escolas para uma fase de maior requinte das agremiações. Diante disso, entre 1966 e meados da década 1970 as escolas foram descritas como “as grandes atrações do carnaval da cidade”.

Desse período de auge vale destacar a importância da Ritmista do Samba enquanto pioneira e o crescimento das rivais Juventude do Garcia e Filhos do Tororó, além da Diplomatas de Amaralina. Amaralina e Garcia foram as grandes campeãs do carnaval soteropolitano, ainda que, Tororó fosse sempre respeitada pela qualidade de seus sambas e suas centenas de participantes em sua bateria. A prole artística, gestada no contexto das escolas de samba foi grande, cantores, compositores, passistas, sambistas, percussionistas, artistas plásticos etc.

Em meados dos anos de 1960 e 1970 já se observa uma prole artística oriunda das escolas ou relacionada a elas. Essas personalidades já eram destaques entre os populares, a Filhos do Tororó já era um celeiro de célebres compositores (Walmir Lima, Ederaldo Gentil, Nelson Rufino, etc.), a Juventude do Garcia já era considerada a maior escola do carnaval da cidade vinda de três vitórias, Diplomatas de Amaralina já investia pesado para o ganho do seu primeiro campeonato e dela, surgiram nomes importantes como Jaime Baraúna (compositor, passista, diretor, percussionista) e o grande destaque e passista Vadú. Diversas dessas personalidades populares estavam conectadas a agremiações com centenas de participantes, divididos em alas de canto, dança, bateria, passistas, etc.

Em geral, cada participante (reunidos em ala) eram responsáveis pelas suas próprias fantasias (corte, costura e por vezes, custeio), a exceção era a Diplomatas de Amaralina que detinha maiores recursos chegando por vezes a atrair participantes de outras escolas para desfilarem sobre a sua bandeira. As formas de arrecadação para os desfiles contavam em larga escala com doações, ajuda de costumeiros políticos, realizações de pequenas festas, ensaios e até pagamento de carnê. Por vezes os foliões relataram nos jornais

e em entrevistas⁶⁵ estarem pagando para desfilar, seja pelas fantasias, pelos carros, instrumentos, etc. Na década de 1970, com o crescimento da festa e das escolas, a ajuda do poder público (SUTURSA) ficou aquém do necessário, ou do esperado.

Os principais temas de desfile e apresentações das escolas estavam conectados aos grandes acontecimentos já retratados na história tradicional, além de elementos consagrados das práticas culturais baianas. A escravidão, as regiões ou famosos lugares brasileiros, a capoeira, o candomblé, as personalidades como imperadores e demais personalidades históricas do Brasil Colônia e Império eram frequentemente exaltadas nas letras das músicas.

Para melhor entender a vida das escolas faz-se necessário observar o lugar que lhes cabe dentro do universo carnavalesco soteropolitano com seus muitos grupos e atividades. As escolas não estavam sozinhas no carnaval, haviam outras festas dentro da festa. Não era um carnaval, eram carnavais e seus modelos conviviam com as preferências e interesses de grupos políticos, como a SUTURSA e a Associação de Clubes Carnavalescos, assim como do público, ou seja, suas atividades se desenrolavam dentro dos contextos socioculturais da cidade palco: Salvador.

As escolas jamais atraíram públicos imensos como algumas outras manifestações da cidade na época, não passavam de algumas centenas, já os mais famosos blocos de embalo⁶⁶ atraíam milhares de participantes, além disso, diferente dos trios elétricos, as escolas também não tinham por característica arrastar milhares de pessoas em seus desfiles. Entre 1960 e 1980, o carnaval de Salvador cresceu e começou a despontar nacional e internacionalmente, o número de foliões aumentou exponencialmente e diversos grupos se tornam famosos.

O trio elétrico era a principal atração do carnaval de rua da Cidade de Salvador. Sozinho ele era capaz de atrair milhares de pessoas espalhadas pelo percurso, principalmente, presente na Praça Castro Alves. Em 1973,

⁶⁵ Assim, como os jornais, as entrevistas também fizeram parte da dissertação mencionada, uma vez que diversos diretores, compositores, artistas, passistas e cantores, foram entrevistados durante o desenrolar da trajetória da pesquisa. **As escolas de samba da cidade do Salvador (1957-1985)** / Rafael Lima Silva Soares. – Cachoeira, 2015. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2015.

⁶⁶ Os blocos de embalo levavam peças de samba tradicionais, além de marchinhas e sambas do carnaval carioca para as ruas de Salvador. Não possuíam uma explícita definição étnica, mas eram compostos também por populares e foliões negro-mestiços da cidade e anualmente se apresentavam com hinos escolhidos em concurso (ou marchinhas famosas) cantadas durante todo o trajeto, sempre com uniformes simples e estapas padronizadas. Os anos 1960 e 1970 ainda assistiram o nascimento dos chamados blocos de índios, blocos de embalo com temáticas indígenas advindas dos filmes de faroeste americano, e em 1974 nasce o Ilê Aiyê, que consolida um estilo de bloco afro na segunda metade do século XX.

“cerca de 400.000 pessoas pularam ao som dos trios elétricos durante o carnaval; em 1975, o jubileu da invenção do trio é comemorado arrastando também milhares de foliões” (CORREIO DA BAHIA, 1979). Já em 1978, mais de meio milhão de cruzeiros são ganhos somente com os direitos autorais da música “Pombo Correio”, música cantada pelo trio de Dodô e Osmar⁶⁷ (TRIBUNA DA BAHIA, 1976).

Como coloca Góes, no livro “O país do carnaval Elétrico”⁶⁸, em boa parte dos carnavais realizados na década de 1970 pode-se ver a crescente preferência dos foliões pelo trio elétrico. O trio já era a marca da festa, atraindo turistas, foliões e cada vez mais investimento para a festa e para o município de Salvador. Sempre estampados nos jornais da época, os trios chamavam cada vez mais foliões, contando com incentivadores famosos, como Caetano, Gilberto Gil e Moraes Moreira. Assim, a festa foi ganhando um planejamento prévio para a manutenção dos festejos, satisfação das necessidades básicas do folião e um cumprimento melhor de seus objetivos. Salvador paulatinamente começa a ganhar destaque na cena turística e, assim, passou a construir sua imagem enquanto portadora de signos regionais únicos como o trio elétrico, o carnaval de grupos e blocos, a musicalidade e a culinária.

As declarações publicadas em jornal

No ano de 1973, a SUTURSA se declara contra as escolas de samba no carnaval da Cidade de Salvador, afirmando que as Escolas eram as grandes responsáveis pelo desaparecimento das grandes batucadas. O diretor da SUTURSA na época, Antonio Carlos Tourinho, dizia não haver razão para que, na distribuição de verbas para as entidades carnavalescas, fosse dada preferência às escolas de samba. O diretor ainda fez críticas ao modelo organizacional das escolas de samba e colocou-as como sendo incompatíveis com o “carnaval de participação popular” praticado na cidade.

⁶⁷ A partir das comemorações do “jubileu do trio elétrico” em 1975, se tornam ainda mais comuns os destaques de jornal dando espaço para as inovações técnicas e artísticas dos blocos que usavam o trio. As figuras de Armandinho, Dodô e Osmar eram constantemente reverenciadas pelos jornalistas, bem como a própria invenção que ganhava cada vez mais espaço, mesmo em festas fora da Cidade do Salvador. “Jubileu do Trio Elétrico, despedida de Dodô e Osmar” (Diário de Notícias, 17 out, caderno 1, p.03, 1974) e “No trio elétrico de Dodô e Osmar” (Tribuna da Bahia, 12 fev, caderno 2, p.11, 1976).

⁶⁸ O livro “O país do carnaval Elétrico”, escrito por Fred de Góes, já em 1982 se preocupa em situar a importância do trio na história do carnaval do país, bem como sua influência obtida através do frevo pernambucano e as relações entre o trio elétrico e o mercado.

Acho que as nossas escolas de samba devem desaparecer. Foram elas as culpadas pelo desaparecimento das grandes batucadas, que eram o forte do carnaval do Salvador. O nosso carnaval é de participação popular total e as escolas de samba que vemos aqui representam uma péssima imitação das cariocas. A rigor, nem podemos chamá-las de escolas de samba, porque não apresentam as características necessárias de uma organização desse tipo”, quem afirma é o diretor da SUTURSA, Sr. Antonio de Castro Tourinho [...] O diretor da SUTURSA, Sr. Antonio Tourinho, disse ainda: “não vejo razão para que na distribuição das ajudas às entidades carnavalescas, se dê preferência às escolas de samba. Antigamente, Salvador chegou a contar com mais de duas dezenas de escolas de samba que desapareceram com o passar dos anos. Uma prova de que elas não funcionam e que muitos cariocas vêm a Salvador na época do carnaval para brincar nas ruas da cidade. Os cariocas e outros brasileiros ficam imaginando como é que gente da sociedade sai mascarada e brinca na rua a valer. Isto porque eles estão acostumados a pagar para verem as escolas desfilarem. São meros espectadores de um teatro. Aqui não, o povo participa e brinca mesmo (SUTURSA, 20 fev.1973, p.03).

Essa, apesar de ser só mais uma das diversas declarações e artigos de- tratores e críticos das escolas de samba, apresentava, por ser a palavra direta do Diretor da SUTURSA, uma consonância direta com as ideias do carnaval propostas para Salvador. O discurso merece atenção e análise, pois uma vez dentro do contexto dos carnavais de 1960 e 1970 essa fala tem uma importância e, mais que isso, intencionalidades socioculturais e econômicas.

Quando Antônio de Castro Tourinho acusou as escolas de terem acabado com as batucadas, ele se mostrou insatisfeito com as transformações vividas no carnaval de rua da cidade. Dentro dessa lógica, as batucadas representariam um legítimo carnaval de rua, um carnaval por ele chamado “de participação popular”. Muito embora a história do carnaval soteropolitano mostre que as batucadas tivessem um modelo presente em diversas regiões, já se manifestando desde séculos anteriores dentre os diversos grupos, havia modelos onde o folião que estivesse de fora da participação dos festejos se satisfazia em contemplá-los.

Os processos de mudança dos modos de se brincar a festa na cidade apresentavam novidades e as transformações das batucadas (porém sem o desaparecimento do modelo anterior) em escolas, englobando os foliões dos bairros mais afastados do centro (antigos foliões dos corsos e charangas). Mas a afirmação do diretor se torna inconsistente — uma vez que as batucadas sofreram um processo de transformação vindo dos próprios foliões em contato com outras culturas, e escolas de samba soteropolitanas em momento algum acabaram com o carnaval de rua, dos blocos abertos nem com a participação popular (mesmo porque nas escolas a participação de populares era a alma das agremiações) —, ainda assim o modelo é posto em crítica.

O grande problema aqui é com o modelo, o modelo das escolas soteropolitanas, nas palavras do diretor, “representam uma péssima imitação das cariocas”, bem verdade que as Escolas não eram o único modelo de carnaval em Salvador, e estavam longe de serem tão luxuosas como as apresentadas na mesma época no Rio de Janeiro. Porém, em seu discurso, o diretor da SUTURSA julga incompatível o modelo das escolas de samba com o carnaval de Salvador, ou seja, o modelo de escolas de samba (considerado por ele uma modalidade carioca, onde os foliões são “meros espectadores de um teatro”) porque era incompatível com a imagem oferecida pelo carnaval de Salvador, onde “o povo participa e brinca mesmo”. Todavia, essa fala do diretor deixou de refletir sobre os camarotes, palanques, arquibancadas, comunidades dos bairros, foliões participantes das escolas, e definiu o que era e o que era participação popular, ou o que tinha ou o que não tinha um caráter contemplativo ou teatral. Uma opinião simplista de grupos que gozavam de aprovação popular e já existiam há décadas.

Interessante também é a afirmação do Diretor Tourinho de que as escolas não funcionam, evocando a figura do turista carioca quando vem a Salvador “na época do carnaval para brincar nas ruas da cidade”. Isso se torna mais evidente na frase “os cariocas e outros brasileiros ficam imaginando como é que gente da sociedade sai mascarada e brinca na rua a valer (...)”, aqui é a hora da pergunta “ [...] para quem as escolas de samba não estão dando certo?”. Certamente não para os foliões, admiradores e carnavalescos das grandes Escolas da cidade na década de 1970. Na observação da indústria do carnaval e na indústria do turismo, que já se faziam presentes na época, as escolas de samba não refletiam o carnaval da cidade, não compartilhavam da imagem que se formava

de Salvador para o mundo e, para Tourinho, mais que isso, o modelo das escolas de samba na perspectiva dele, era o exato oposto do que o carnaval baiano vinha oferecendo e teria exterminado as grandes batucadas.

Jogando com a preferência da maioria e atendendo à lógica da exploração das indústrias do turismo, que via em algumas manifestações potencial para fazerem parte da imagem da cidade também sendo exploradas comercialmente, o diretor (na mesma nota) ainda conclui:

O diretor da SUTURSA, sr. Antônio Tourinho, declarou ainda que os cordões e batucadas são os verdadeiros responsáveis pela animação das ruas, ao lado dos trios-elétricos. Não se pode conceber que os cordões e batucadas fiquem preteridos pelas escolas de samba. Basta dizer que os “Apaches” no ano passado, saiu com mais de 3 mil figurantes. Ele cresceu tanto, que tivemos este ano que limitar em apenas 2 mil figurantes, para que não aconteça como no ano passado, quando a sua diretoria perdeu o controle e houve alguns problemas (SUTURSA, 20 fev.1973, p.03).

Nesse último parágrafo do artigo, quando o diretor diz “preteridos”, ele não está somente chamando atenção para as ajudas de custo ou auxílios. Vale lembrar que a SUTURSA tinha controle sobre a programação das manifestações que desfilavam no centro da cidade, bem como de seus horários. As escolas de samba, em 1973, segundo a programação oficial do carnaval emitida pela SUTURSA, em 22 de fevereiro, desfilariam no domingo (dia 4 de março) e na terça-feira (dia 06 março) no centro da cidade (Campo Grande-Praça da Sé). Na Praça Municipal, segundo os jornais⁶⁹, o julgamento se realizaria no domingo às 20h30min e na segunda, às 20 horas (SUTURSA, 22 fev. 1973, p.19).

O espaço para o desfile era o mesmo usado pelas outras manifestações carnavalescas e trios elétricos. Todavia, muitas manifestações cresciam (como ilustra a própria fala do diretor) e reivindicavam mais espaço ou tempo na avenida, uma vez que os horários já se encontravam apertados diante do universo carnavalesco soteropolitano. Havia uma disputa pelo espaço carnavalesco

⁶⁹ Era bem comum os horários, desfiles e atrações temáticas (carros e fantasias) das escolas serem divulgadas em nota de jornal, bem como os temas, samba enredo e parte do que seria apresentado no centro da cidade era previamente divulgado. Este é o caso da nota “SUTURSA divulga programa oficial para o Carnaval” (A Tarde, 22 fev, caderno 2, p.19, 1973).

do centro e, como era natural, as manifestações que coadunavam com os ideais da SUTURSA e que ganhavam maior número de admiradores e foliões melhor se colocavam diante desse cenário. Esse é um dos principais dramas das escolas de samba em seu momento de crise: a difícil localização do desfile no centro da cidade.

Enquanto as escolas de samba caminhavam para o fim, os blocos com temáticas indígenas cresciam e se multiplicavam, tornando-se um modelo cada vez mais bem aceito entre os foliões negros que acompanharam as escolas de samba e, antes disso, as batucadas. A dificuldade de gerir, organizar e manter uma escola de samba, em contraponto com a liberdade, quebra do formalismo e facilidade dos blocos de índio, talvez tenha sido mais um importante fator definidor na jornada desses grupos. Sobre isso, Godi levanta respostas de entrevistas, argumentando em seu artigo:

Os blocos de índios herdaram das escolas de samba ensaios alegres e participativos, festas que possibilitaram aos negros o lazer e o divertimento nos fins de semana, durante boa parte do ano. Estes ensaios que geralmente começavam meses antes do carnaval, constituíam um seqüência de rituais que têm seu ponto alto nos concorridos festivais de músicas onde, a cada ano, dezenas de novas composições são cantadas, numa franca preparação para o carnaval [...] por outro lado, é preciso levar em conta que tanto os fundadores deste, quanto os do Caciques, justificam a criação dos seus blocos pelo fato de desejarem brincar mais o carnaval, ao invés de trabalharem na arrumação das escolas de samba". [...] Talvez isto, associado à falta de apoio financeiro, tanto de costumeiros políticos quanto das autoridades responsáveis pela organização da festa, explique a falência das escolas e o crescimento gradativo dos blocos de índios (GODI, 1991, p. 53-55).

Para a SUTURSA (e posteriormente Bahiaturisa), as escolas de samba na década de 1970-1980 eram menos importantes que os blocos carnavalescos, estando também desprestigiadas em relação às ajudas de costumeiros políticos e gradativamente perdiam popularidade. Encontravam-se cada vez mais esvaizadas, devido ao sucesso das novas formas de se brincar o carnaval e à afirmação do trio elétrico como representante do que se passou a chamar de carnaval

participativo. Aqui Godi utiliza a palavra “falência,” colocando em evidência o caráter de gerência administrativa financeira de uma escola e em destaque a falta de dinheiro para gerir o desfile. Estar na “encruzilhada do carnaval brasileiro” significava para muitos estar entre dois modelos de festa, estar entre duas direções para as futuras festas momescas, já para outros significou apenas duas possibilidades de diversão, sendo uma delas mais requisitada.

As escolas sempre preservaram um caráter amadorístico, muito embora diversos artistas tenham contribuído com as apresentações e/ou tenham tido suas primeiras experiências em canto, dança e composição nas escolas (e posteriormente seguiram carreira). Mesmo na chamada “época de ouro” (final dos anos 1960) é evidente os abismos entre aqueles que possuíam mais ajuda, e/ou público, e às demais. As escolas jamais se auto-geraram financeiramente por completo, muito pelo contrário, sempre estiveram a mercê de doações ou de ajuda do poder público.

As escolas sempre foram amadoras, elas jamais foram empresas. Os recursos eram basicamente doação e o esforço em comunidade era a força que colocavam as escolas ano por ano na avenida, ainda que um ou outro trabalho especial tivesse sido remunerado. Sempre existiu uma dificuldade de captação de recursos, ela acompanhou as escolas desde o início, porém, a medida que o nível da competição aumentava as condições de cada escola ficavam visíveis e comprometiam a disputa. Por isso por vezes as reclamações acerca da pouca ajuda recebida, quando ela saía tarde demais ou, quando não saía.

Ainda nos anos 1973 Vianna escreve: “Cabe à Bahia grande parte da responsabilidade de manter a versatilidade e a eterna vitalidade do samba. Samba que era da roda do povo e acabou vestido em roupa nova, aceito nos salões.” (VIANNA, 1973, p. 04). Assim começa o texto de Hildegardes Vianna que, fazendo um breve histórico do samba, do ritmo buliçoso do lundu até o formato em escolas, caracterizava o samba como expressão cultural popular e apontava o crescimento e a desvolutura estonteante das escolas de samba cariocas.

As escolas de samba, no Rio, já não são o que eram. Têm malabaristas da dança e malabaristas da bateria. Criaram um estilo novo de dança inconfundível, distanciando do velho samba que a Tia Ciata e toda a sua gente tinha levado para as festas da velha Capital do País. O samba tornou-se espetáculo e ganhou dimensões inesperadas (VIANNA, 1973, p. 04).

A par do contexto de crítica às escolas de samba soteropolitanas e a título de comparação entre as Escolas cariocas e soteropolitanas, Hidelgardes Vianna tece algumas considerações. Para Vianna,

[...] as escolas de samba da Bahia nunca puderam competir em luxo, contingente humano e beleza com as do Rio. Mas sempre tiveram seus passistas alguns verdadeiros virtuosos, instrumentistas também malabaristas, mas nunca encontraram o seu verdadeiro caminho. Mesmo assim têm lutado em busca de um estilo próprio. Têm sacrificado o que lhes é possível para sua sobrevivência ficar garantida no Carnaval? Ouço dizer que há algo contra elas. Indagam o que é que eu acho. Respondo assim: - “O céu foi feito para cobrir a todos que trabalham e produzem (VIANNA, 1973, p. 04).

O artigo de Vianna, ao mesmo tempo que enaltece o samba e felicita as manifestações populares nascidas desse ritmo na Bahia e no Rio, tece uma comparação entre as Escolas do Rio e de Salvador. Além de manifestar sua opinião sobre esses grupos que não se desenvolveram como seus pares no Rio, admitindo, porém, que as escolas de samba baianas “têm lutado em busca de um estilo próprio”, sendo merecedoras de um espaço no carnaval. Espaço esse que se encontrava cada vez mais disputado, tanto no universo do lúdico quanto fisicamente, o palanque armado na praça municipal tinha de atender às apresentações das baterias das Escolas, bem como das outras dezenas de disputas, apresentações e espetáculos, promovidos pelos outros grupos carnavalescos e pela prefeitura.

No dia 28 de fevereiro de 1973, mais uma vez notícias relacionadas à possível extinção das escolas de samba são publicadas. O artigo de título sugestivo, “debate: até que ponto é viável a extinção das escolas de samba” (DEBATE, 28 fev. 1973, p.12) vem tratar de uma mesa redonda onde seriam expostos motivos e propostas para resolver a situação-problema que as escolas viviam.

Referem-se aqui, entre outros problemas, à “complicada localização dos desfiles,” que estariam prejudicando o carnaval de rua.

As escolas de samba devem ser extintas em função do carnaval de rua ou adaptadas de modo a não prejudicá-lo e continuarem sobrevivendo? Esta questão e muitas outras sobre as dificuldades das escolas de samba e do próprio carnaval baiano serão respondidas, hoje, a partir das 10 horas, durante mesa redonda promovida pela editoria da página de carnaval de “A TARDE” com a participação dos srs. Herval Pereira e Antônio Tourinho, superintendente e diretor da SUTURSA, presidente da Federação dos Clubes Carnavalescos, diretores e presidentes das escolas de samba Filhos do Tororó, Diplomatas de Amaralina, Juventude do Garcia, organizadores dos já extintos préstitos carnavalescos Haroldo Ribeiro, Diretor dos “Corujas” e Ederaldo Gentil (DEBATE, 28 fev. 1973, p. 12).

“Garantir a sobrevivência dessa manifestação, sem que a mesma represente um prejuízo para o carnaval de rua”, era a tônica dos discursos mais otimistas quanto a necessidade de manter as escolas no carnaval de Salvador. Uma das idéias em pauta na reunião era a transferência do desfile das escolas do centro para avenidas mais distantes, onde não haveria prejuízos para as festas promovidas pelas escolas de samba nem para os outros tipos de manifestações, afoxés, trios elétricos, mudanças, dentre outros grupos. Um local onde o público tivesse “condições de assistir um espetáculo de melhor nível“. O resto da pauta da mesa redonda, segundo a nota, reflete os problemas enfrentados ao longo dos anos pelas escolas de samba. Problemas como a falta de apoio financeiro e a deficiente estrutura econômica das agremiações, bem como as soluções para esses problemas:

Outro assunto: a estrutura econômica das escolas. Porque os dirigentes das escolas de samba suspendem suas atividades logo após o carnaval? Pelo modelo carioca o problema de falta de recursos seria solucionado uma vez que as escolas funcionariam o ano inteiro, com a participação ativa dos sócios. Mas há possibilidades de se seguir o modelo carioca na Bahia? [...] Pretende-se também debater a importação de técnicos em desfiles de escolas de samba que possam melhor orientar os trabalhos de organização. Os dirigentes de blocos e clubes explicarão até que ponto o desfiles das escolas prejudica

o carnaval de rua e a SUTURSA colocará em questão também uma velha reivindicação dos dirigentes das escolas de samba, aproveitando o carnaval baiano em todo o seu potencial. [...] Dependendo das conclusões a que se chegue hoje os órgãos oficiais de turismo poderão elaborar um plano de trabalho que venha a impedir o desaparecimento das escolas de samba aproveitando o carnaval baiano em todo o seu potencial (DEBATE, 28 fev. 1973, p. 12).

Nesse trecho, todos os elementos principais que levariam ao desaparecimento das escolas de samba estão sintetizados. Propostas são levantadas e comparações são feitas com as Escolas do Rio e sua capacidade de estarem em pleno funcionamento o ano inteiro. O apoio financeiro, velha reclamação dos carnavalescos das escolas de samba e a possibilidade de estarem em contínuo trabalho o ano inteiro são propostas que, seguindo o modelo carioca, trariam sucesso e evitariam o desaparecimento delas. Além disso, as escolas de samba, preteridas pelo público, e pela crítica, e já em decadência, necessitavam de um espaço onde não interferissem no carnaval de rua, ou fossem prejudicadas por ele. Precisavam ainda de inovação técnica, o que se cogitava conseguir com a importação de técnicos do Rio de Janeiro, onde a experiência do modelo de escolas de samba tinha se modernizado, ao ponto de ser sustentável e apresentar melhoria e avanço ano após ano.

Em meados da década de 1970 e 1980, fora da lógica considerada inclinação do carnaval soteropolitano, as escolas de samba também não compartilhavam das inovações eletro-eletrônicas trazidas pelo trio elétrico. Conta Anísio Felix que, no final, a Ritmistas do Samba foi sendo “atropelada” por essa parafernália, uma vez que possuía sua sede no Centro Histórico da cidade e, assim, fora obrigada a conviver com os ruídos e a música potente dos trios.

Antonio Roberto Pellegrino, em sua Crônica do Carnaval : *O carnaval de Ontem* texto publicado no *Jornal Diário de Notícias* (PELLEGRINO, 1975, p.7), traz as escolas de samba como parte ainda do carnaval de 1975, ainda que estas, para ele, jamais tenham se integrado no carnaval baiano.

Não conseguiram sobreviver as batucadas. Quem se lembra delas? Eram grupos masculinos, geralmente constituídos de crioulos que saíam em fila indiana tocando cuícas, pandeiros, tamborins, tambores, caixas, num baticum monótono e ensurdecidor. As batucadas,

contudo, foram precursoras das baterias das atuais escolas de samba. Também os afoxés, conquanto ainda resistam, não conseguiram se integrar no carnaval baiano. Os mascarados, que satirizavam os costumes e as pessoas, quase desapareceram. Era o fino humor do carnaval. As fantasias, outrora ricas e belas, perderam a vez principalmente porque escravizavam quem as trajava; depois dos macacões e das mortalhas, das bermudas, dos biquínis e das tangas, para que e por que tanta fantasia? E com o calor baiano, prá que tanta roupa (PELLEGRINO, 1975, p. 7).

Pellegrino, na segunda parte da crônica, confere atenção ao grande fenômeno do carnaval, o trio, que agora já estava com sua fama consolidada para além das terras baianas:

A Praça Castro Alves é do Povo...“ (Caetano Veloso), mas também, a rua e avenida, O trio-elétrico, criado há 25 anos, por Dodô e Osmar, tem sido, nos últimos tempos, o maior animador do carnaval baiano. Seus acordes atravessam os limites da Avenida Sete de Setembro e as fronteiras da Bahia e foram mexer com paulistas, cariocas, mineiros, pernambucanos, panaraenses etc. Atraindo-os a Salvador e levando-os de roldão na esteira sonora do trio-elétrico. “Atrás do trio-elétrico só não vai quem já morreu...” – é também Caetano quem diz e ninguém duvida (PELLEGRINO, 1975, p. 7).

Já em fevereiro dos anos oitenta, diretamente relacionada às escolas, o jornal A Tarde publica a crônica: Batucadas e Escolas de Hidelgardes Vianna:

Salvo as chamadas escolas de samba do primeiro grupo e umas duas do segundo grupo (a divisão era feita pelo Turismo da Prefeitura) que tinham roupa para mostrar, o resto era uma lástima. Tais escolas precisavam de creolina, vassoura. Ou mesmo palmatória, para entrar nos eixos. Porque o ridículo da apresentação, incluindo os passistas, era simplesmente doloroso. Na época em que as escolas de samba pontificavam de verdade, em que havia Juventude do Garcia, Filhos do Tororó, Ritmistas do Samba, Unidos do Politeama e outras em grande estilo, escrevi a respeito das que deviam desaparecer ou tomar outro estilo de apresentação. Permito-me transcrever alguns tópicos de um artigo que publiquei no alto da segunda página deste

mesmo jornal: “Escola de samba pede gente, enredo e dinheiro”. O resto vem depois. Porém, o que vemos é uma bateria sumida, uma bandeira sem arte e dois ou três garotões fazendo gatimônias, dizendo que são passistas. À frente dos “passistas” vêm lamentáveis cartazes com ortografia ainda mais lamentável, com dísticos alusivos à nossa história e a nossos heróis” (VIANNA, 1980, p. 04).

Muito embora a opinião de Viana tenha parecido dura (diferente do que ele mesmo disse em 1973) e tenha ressaltado apenas as principais escolas que atingiram sucesso anteriormente, ela ilustra já um insustentável desnível entre as principais escolas e outras que, segundo ele, tinham uma apresentação ridícula. Para Vianna é explícito que mesmo naqueles tempos áureos, havia um amorismo entre as escolas de samba e os desníveis entre elas já eram grandes, assim poucas eram as de grande estilo. Quando Vianna pensa as escolas do momento em que escreve (1980) vale lembrar que somente a Filhos do Tororó está entre elas, e, ao que tudo indica, de maneira geral o nível baixou, uma vez que o texto é recheado de críticas às baterias, artes e mesmo aos passistas de todas as escolas da época, sem que ele frise quaisquer exceções.

Vianna inicia o texto contando parte da importância histórica das batucadas para a formação das escolas e popularização do samba na cidade, utilizando de uma alegoria metafórica ele frisa a importância do tocador de cuíca e do passista como figuras nas quais o cidadão comum queria se ver. Para Vianna havia um tipo de protagonismo desejável em épocas de carnaval, um protagonismo em desfilar, em assumir o destaque. O texto é longo e prossegue criticando os passos e malabarismos dos passistas da atualidade, e, sem sequer salvar nenhuma das escolas que se apresentam aquele ano, conclui sua alegoria com um recado para os dirigentes:

Os dirigentes deviam se entender com pessoas capazes de lhes explicar o que é um enredo. Porque do jeito que vai, salvo as poucas que tomaram feição. As escolas de samba vão se enredar. Mais vale um bom tocador de cuíca de uma finada batucada do que um passista, sem arte, numa escola de samba, que disto só tem o nome. Ainda há tempo para rever os erros e enveredar por caminhos mais certos. Se querem fazer escolas de samba com cultura, vamos estudar. Caso contrário teremos apenas cultura. Agora pergunto

eu: qual o destino da cuíca nos carnavais aonde apenas se fala em guitarras elétricas? Quem cantará como outrora aquele delicioso: “Molhe o pano da cuíca...” (VIANNA, 1980, p. 04).

Críticas duras, fato que existem outras críticas às escolas que podem ser encontradas ao longo dos jornais da década de 1970, porém essa em especial, além de apontar o amadorismo, e a agravação do mesmo amadorismo com o desaparecimento das principais escolas, frisa a mudança da moda carnavalesca de samba e escolas de samba para o ritmo frenético das guitarras em seus trios elétricos. Talvez, ao contrário do que o próprio Vianna tenha dito em 1973 não havia mais espaço para as escolas de samba no carnaval da cidade do Salvador.

Considerações finais

O início do refluxo das escolas de samba pode ser observado a partir de 1973, quando os jornais passam a retratar sobre as escolas soteropolitanas e a situação desses grupos em meio ao carnaval. As dificuldades vividas pela organização do carnaval e organização de cada escola ficam cada vez mais explícitas ano após ano. A questão da estrutura econômica, do local do desfile que passou a ser compartilhado com outras manifestações (muitas vezes possuidoras de som eletrônico e maiores quantidades de pessoas), foram constantemente expostas nos jornais da época. Segundo os relatos dos envolvidos, a SUTURSA. não manteve o incentivo para as agremiações, muitas vezes não premiando devidamente as escolas campeãs e, por diversas vezes as escolas foram preteridas pela organização do desfile tendo que dividir o mesmo espaço com o trio elétrico que já arrebatava multidões.

Em 1975, o jornal *Diário de Notícias* informa a condição da Diplomatistas de Amaralina. O presidente da escola, Sr. Milton Santos, expressa nessa pequena nota de jornal a crise financeira que o grupo enfrenta e, graças a isso, afirma ser aquele ano o último ano de desfile da Escola. Além disso, detalhes financeiros sobre as ajudas e sobre o tortuoso desfile mostram que os problemas não se resolveram e que as condições de apresentação eram péssimas. Essa notícia é interessantíssima, pois naquele ano a Diplomatistas de Amaralina se tornou campeã novamente, porém a insatisfação era impossível de ser ignorada:

Acontece, lamenta o sr. Milton Santos, que até agora não tivemos qualquer verba para ajudar no desfile e assim mesmo o prefeito garantiu dar apenas Cr\$ 20 mil. E o que nos entristece, diz ele, é vermos que a Prefeitura dispendeu Cr\$ 700 mil com a decoração da cidade e Cr\$ 50 mil com cada trio-elétrico: afinal as Escolas de Samba também concorrem para o brilhantismo do carnaval baiano (DIPLOMATAS, 14 jan. 1975, p. 2).

Em outro momento a nota ainda destaca a fala do senhor Milton Santos, “Sair desfilando do Campo Grande até a Praça da Sé entre empurrões e pisadelas, não chega a ser um desfile, é na verdade uma romaria” (DIPLOMATAS, 14 jan. 1975, p. 2). Depois de serem espremidas pelo horário e por outros grupos carnavalescos de maior quantidade de pessoas e potência sonora, as baterias das escolas de samba ainda se apresentariam no palanque montado na praça da Sé. Nessa pequena nota a Diplomatas de Amaralina exprime tanto a crise vivida pelo modelo, quanto uma crise da própria entidade, pois, deixando claro a falta de ajuda de custo para o desfile da escola, o presidente explicita os números gastos com a decoração da cidade e com os trios elétricos.

No dia dez de fevereiro de 1977 as escolas de samba voltam a ganhar destaque, dessa vez no Jornal Tribuna da Bahia. Com imagens e textos que tomam mais de uma página a nota carrega o título “Escolas prometem surpresas”. O primeiro trecho da nota coloca:

Mesmo sem contar até o momento, com qualquer verba dos poderes públicos, as poucas escolas de samba que desfilarão no sábado de Carnaval já se preparam ativamente para apresentar o “teatro na avenida”. Apesar das dificuldades financeiras, os dirigentes estão bastante otimistas e cada escola promete que este ano as outras terão grande surpresa quando ela passar na avenida. Segundo o presidente do Conselho Deliberativo dos Diplomatas de Amaralina, a escola este ano vai apresentar fantasias muito mais bonitas e mais caras que as usadas costumeiramente pelos passistas comuns das maiores entidades carnavalescas do Rio. Somente para citar o alto custo das fantasias deste ano, ele diz que as vestes da Princesa Isabel vão custar cerca de Cr\$ 10 mil. Mais de 600 pessoas figurarão na escola Diplomatas de Amaralina, que terá como enredo a história dos carnavais da Bahia. Serão mostrados ao público o entrudo – festa

onde os foliões molhavam os espectadores e que antecedeu o Carnaval propriamente dito – os bailes dos mascarados no teatro São João, o bando anunciador, os cavalheiros do luar com a procissão dos namorados, Zé Pereira e Zé Povinho. Também serão lembrados os clubes carnavalescos que precederam as escolas de samba, “Os Fantoches” e “Cruz Vermelha” (ESCOLAS, 10 fev. 1977, p. 09).

A matéria coloca esse momento vivido pelas agremiações, dando destaque a Diplomatas de Amaralina (maior das escolas na época), como não contando com “qualquer verba dos poderes públicos”, o jornal também contabiliza as escolas do ano em questão como “as poucas escolas de samba”. Depois do encerramento das atividades das principais campeãs entre as escolas de samba (Ritmistas do samba em 1968, Juventude do Garcia em 1976, Diplomatas de Amaralina em 1979, Filhos do Tororó em 1981) a escola da Liberdade Bafo de Onça é a última escola a desfilar, solitária, em 1985. Em meados da década de 1970 e início da década de 1980 foram acusadas por muitos de não fazerem parte ou de não terem lugar no carnaval baiano e diante dos empecilhos à sua integração, as escolas de samba mergulharam em diversas dificuldades no contexto da festa. Pouco a pouco, elas acabaram sendo reduzidas em número e quantidade de foliões. Esvaziadas em público em relação aos demais divertimentos, criticadas pelos jornais, escanteadas pela política dos órgãos e secretarias da Cidade do Salvador que tratavam do carnaval e sem contar com a ajuda financeira no nível que a disputa exigia, finalizam suas atividades.

As escolas de samba fizeram parte da diversidade do carnaval da capital baiana, estiveram conectadas com as demais manifestações carnavalescas e produziram belíssimos desfiles registrados em jornais, fotos e crônicas jornalistas de 1957 até 1985. Porém o poder público e a crítica se mostram desfavoráveis à permanência das escolas a partir de meados da década de 1970. Essas falas desfavoráveis se mostram mais inclinadas a privilegiar outros modelos de festa como os blocos de embalo e principalmente os trios elétricos que começavam a despontar como referências do carnaval soteropolitano. Esses grupos representariam bens de consumo significativos para a festa e para a ainda jovem, mas promissora, indústria do turismo na cidade.

REFERÊNCIAS:

- CADENA, Varón Nelson. **História do Carnaval da Bahia: 130 anos do Carnaval de Salvador. 1884-2014** – Salvador, Bahia, 2014 – 268p.
- DEBATE: Até que ponto é viável a extinção das escolas de samba? **A Tarde**. Salvador, 28 fev.1973, p. 12.
- DIPLOMATAS de Amaralina desfila pela última vez. **Diário de Notícias**. Salvador, 14 jan. 1975, caderno 2, p. 02.
- ELÉTRICO. **Correio da Bahia**. Salvador, 22 fev. 1979. Caderno cidade, p. 1.
- ESCOLAS prometem surpresas. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 10 fev. 1977, Caderno 2, p. 09.
- GODI, Antônio Jorge Victor dos Santos. De Índio a Negro, ou o Reverso. In: **Cadernos do CRH**. Salvador, 1991. p. 51-70.
- GÓES, Fred de. **O País do Carnaval Elétrico**. Salvador: Corrupio, 1982. 122p. Coleção Baianada, 4.
- JUBILEU do Trio Elétrico, despedida de Dodô e Osmar. **Diário de Notícias**. Salvador, 17 out, caderno 1, p.03, 1974.
- NO TRIO elétrico de Dodô e Osmar. **Tribuna da Bahia. Salvador**, 12 fev. caderno 2, p. 11, 1976).
- NORMAS para os concursos de escolas de samba e batucadas. **A Tarde**. Salvador, 10 de fev. 1969. Caderno 1, p. 16.
- PELLEGRINO, Antonio Roberto. Crônica do Carnaval: O Carnaval de Ontem. **Diário de Notícias**, Salvador, 9-12 set. 1975. Caderno 2, p. 7.
- SOARES, Rafael Lima Silva. **As escolas de samba da cidade do Salvador (1957-1985)** – Cachoeira, 2015. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2015.
- SORTEADA a ordem do desfile das escolas de samba dia 26. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 14 fev. 1979, p.11.
- SUTURSA divulga programa oficial para o Carnaval. **A Tarde**, 22 fev, caderno 2, p. 19, 1973.
- SUTURSA é contra as escolas de samba no Carnaval de Salvador. **A Tarde**. Salvador, 20 fev.1973. Caderno 1, p. 03.

SUTURSA é contra as escolas de samba no Carnaval de Salvador. **A Tarde**, 20 fev, caderno 1, p. 3, 1973).

VIANNA, Hildegardes. Batucadas e Escolas. **A Tarde**. Salvador, 04 fev. 1980, Caderno 1, p.4.

VIANNA, Hildegardes. Depois do Carnaval, **A Tarde**, Salvador, 22 fev. 1969. Caderno 1, p.09.

AUTORAS E AUTORES

NATÁLIA ABREU DAMASCENO: Doutoranda em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-U-FSC/CAPES). Mestra em História Política e Movimentos Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM/CAPES). Integrante do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (LabTempo). Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe (DHI/UFS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-DS). Tem interesse por temas relacionados à História Contemporânea, História do Tempo Presente, História Política, História e Mídia, Guerra Fria, Século XX, Relações Brasil-EUA.

Texto- Notas sobre a História Política em tempos de crise

ATHAYSI COLAÇO GOMES: Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ-GD). Mestra em História pela Universidade Estadual do Ceará, Especialista em História do Brasil pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2016) e Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará (2013). Desenvolve pesquisa na área de História da Ditadura Militar e das relações de gênero, da construção da memória social e da oralidade. Atualmente, pesquisa o agenciamento da noção de maternidade de mulheres militantes políticas na ditadura militar brasileira.

Texto - Relações de gênero e política: experiências de maternidade de mulheres militantes durante a ditadura militar brasileira

GABRIEL LECZNIESKI KANAAN: Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense no setor de História Contemporânea III. Licenciado, bacharel e mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalha com os temas história e imperialismo e história das relações Estados Unidos - Brasil. Atualmente está investigando a atuação da Embaixada norte-americana no Brasil durante o governo Lula (2003-2010) e a participação dos EUA no golpe de 2016.

Texto - Por uma História 2.0: navegando no arquivo digital da Wikileaks

LUCIANA PAULA BONETTI SILVA: Historiadora e jornalista, atualmente é doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde se dedica à pesquisa “A radiodifusão e as relações entre público e privado no Brasil: da criação ao desmonte da EBC (2007 a 2018)”. Desde 2012, investiga a Radiodifusão Pública no país, tendo como objeto empírico de estudo o programa “A Voz do Brasil”.

Texto - A mídia na mediação do debate político entre eleitores e candidatos: uma leitura das campanhas de Collor (1989) e Bolsonaro (2018)

JOSÉ VICTOR LARA: Doutorando em História Política pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e professor colaborador da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Sua área de pesquisa é vinculada à História das Relações Internacionais, mais especificamente a relação entre Brasil e os Estados Unidos nos anos de 1960. Ademais, é membro do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (Labtempo-UEM) e participante do projeto Opening the Archives.

Texto - A política externa para além das chancelarias

ANDRESSA REGINA BISSOLOTTI DOS SANTOS: Doutoranda e Mestre em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade Federal do Paraná. Professora de Direito da Universidade Estadual de Maringá e da Faculdade de Pinhais. Advogada.

Texto - Para além das respostas simples: reflexões sobre o Direito, a política e o que há entre eles

ALICE DANDARA DE ASSIS CORREIA: Pós-graduada em Direito Penal e Criminologia, pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal - ICPC, em Curitiba/PR, e graduada em Direito, pela Universidade Tiradentes - UNIT, em Aracaju/SE. Pesquisadora da Rede INCT Observatório das Metrôpoles. Advogada Popular da Rede Nacional de Advogados Populares - RENAP, conselheira fiscal da ANAJUDH-LGBTI e conselheira consultiva da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Texto - Para além das respostas simples: reflexões sobre o Direito, a política e o que há entre eles

ALISSON CRUZ SOLEDADE: Doutorando em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em História pelo Mestrado Acadêmico em História e Culturas da Universidade Estadual do Ceará (2017). Graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia (2012). Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em História e Culturas (UECE) e pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-DS). Tem desenvolvido pesquisas sobre movimentos culturais, religiosos e artísticos no período da Nova República no Brasil.

Texto - A sexopolítica em Uganda (1950-2014): uma história política

RAFAEL LIMA SILVA SOARES: Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL). Graduado em Licenciatura Plena em História pela UNEB (Universidade do Estado da Bahia), Campus V Santo Antônio de Jesus e Especialista em Ensino de História pela Universidade Cândido Mendes. Orientou trabalhos de conclusão de curso da pós-graduação em “História da África, da Cultura Afro-Brasileira e Africana” da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Desde 2011 trabalha como Assistente em Administração (Técnico-Administrativo) pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia no Centro de Formação de Professores (CFP - Amargosa).

Participou do projeto “Memórias do Reinado de Momo”, projeto que tem como objetivo central o fortalecimento da memória do Carnaval de Salvador. Tem experiência e interesse na pesquisa em História e Ciências Sociais, sobretudo nas temáticas festas populares, carnaval soteropolitano e cultura popular.

Texto - Novas políticas culturais para o carnaval de Salvador e o declínio das escolas de samba

ÍNDICE REMISSIVO

carnaval: 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

debate público: 6, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19

democracia: 15, 48, 62, 79, 104, 105

diplomacia: 39, 40, 43, 50, 78, 83, 84, 88, 89

direito: 26, 32, 88, 92, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 108, 109, 110, 111, 117, 123

ditadura: 15, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 63, 66, 69, 86

direitos humanos: 114, 115, 117, 118, 122, 123, 126

eleições: 25, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 82

escola sem partido: 99

Facebook: 42, 43, 44, 70, 71

gênero: 15, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 41, 47, 117, 118, 124

história: 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 25, 26, 33, 34, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 73, 84

88, 110, 114, 115, 127, 128, 138, 140, 149, 151

historiador: 11, 12, 16, 17, 18, 43, 51

história digital: 39, 40, 43, 44, 45, 46, 49

história política: 10, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 25, 26, 51, 73, 128

intelectual: 10, 12, 14, 15, 16, 84

internet: 12, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 54, 63, 70, 80, 82, 124

LGBTI: 114, 115, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128

maternidade: 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33

mídia: 12, 14, 47, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 74, 97, 125

opinião pública: 83, 84, 135

poder: 10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 25, 27, 29, 30, 32, 33, 40, 70, 79, 82, 86, 88, 90, 92, 98, 110, 115, 117, 118, 119, 125, 128, 138, 144, 152

política: 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 51, 54, 62, 63, 65, 66, 69, 73, 74, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90,

91, 92, 93, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 128, 152

política externa: 48, 50, 54, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

relações internacionais: 54, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 88, 90, 92

relações de poder: 15, 17, 25, 29, 33, 79, 115

sexopolítica: 115, 118, 119, 127, 128, 129

Wikileaks: 39, 40, 41, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55

Youtube: 12

A História Política é um campo que se estende para além da análise de regimes de governança, de disputas partidárias ou da trajetória de líderes e movimentos sociais. O político extrapola as esferas institucionais de uma sociedade. Ele é vivo, permeia as nossas relações sociais, constrói cotidiano e interfere nas formas pelas quais produzimos, compreendemos e nos relacionamos com o tempo. Ultrapassando o binômio do público e do privado, o político conduz e é conduzido por múltiplos agentes e percorre rotas tão diversas quanto inescapáveis.

Tendo isso em vista, o livro “As vias múltiplas do político: itinerários para uma História Política” propõe debates sobre temas de natureza política sem qualquer pretensão de esgotá-los. A cada capítulo, são apresentados objetos, sujeitos e abordagens que compõem uma visão ampliada do que pode ser considerado político. Da maternidade ao Wikileaks, da sexopolítica ao Direito, passando pelo carnaval, por campanhas eleitorais, pela diplomacia e pela próprio fazer historiográfico, a obra convida os leitores a nutrir perspectivas críticas a respeito daquilo que nos cerca.

Deslocando o político das tribunas, parlamentos e dos demais tradicionais lugares de análise, “As vias múltiplas do político” dialoga com o atual contexto de radicalização do debate público e com a complexidade de uma contemporaneidade globalizada, tecnológica e fragmentada. Em busca de terrenos férteis para o pensamento crítico, o livro empenha-se em entender de que forma conceitos e abordagens pertinentes à História Política podem nos auxiliar na compreensão do presente.